

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SANDRA ANDREA SOUZA RODRIGUES

**A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CONSTITUIÇÃO
DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO MUNICÍPIO DE NOSSA
SENHORA DA GLÓRIA/SE**

Cidade Universitária, Prof. José Aloísio de Campos

São Cristóvão, Agosto de 2015.

SANDRA ANDRÉA SOUZA RODRIGUES

**A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CONSTITUIÇÃO
DA CADEIA DO LEITE NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DA
GLÓRIA/SE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
(PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe
como parte dos requisito para obtenção do título
de mestre em Geografia.

Orientador: Dr. José Eloízio da Costa

São Cristóvão/SE

2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

R696i Rodrigues, Sandra Andréa Souza
A inserção da agricultura familiar na constituição da cadeia do
leite no município de Nossa Senhora da Glória/SE / Sandra
Andréa Souza Rodrigues ; orientador José Eloízio da Costa. – São
Cristóvão, 2015.
115 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2015.

1. Geografia agrícola. 2. Agricultura familiar – Nossa Senhora
da Glória (SE). 3. Agroindústria. 4. Leite – Comércio. 5. Espaço
em economia. 6. Solo rural – Uso. I. Costa, José Eloízio da, orient.
II. Título.

CDU 911.3:63(813.7)

SANDRA ANDRÉA SOUZA RODRIGUES

**A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CONSTITUIÇÃO
DA CADEIA DO LEITE NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DA
GLÓRIA/SE**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Eloízio da Costa

Orientador – PPGeo/UFS

Prof^a Dr^a. Sônia de Souza Mendonça Menezes

Membro interno - PPGeo/UFS

Prof. Dr. Marcelo Alves Mendes

Membro externo – DGEI /UFS - Campus Itabaiana

São Cristóvão/SE

2015

Aos meus pais, que me deram o encaminhamento inicial em busca do conhecimento lembrando-me sempre que estudos e o saber ninguém tira de você.

Aos meus filhos e esposo, que sempre confiaram, apoiaram, torceram e estão presentes incentivando-me em qualquer que seja as minhas escolhas, obrigada por fazerem parte dos meus sonhos!

AGRADECIMENTOS

Este é um momento de grande realização, foram muitas as provas, mas acima de tudo carrego comigo a força, dedicação e responsabilidade para conduzir as minhas escolhas e o grande autor para tamanha determinação e fé é o glorificado e exaltado Deus, conhecedor e sabedor de todas as coisas, a Ti consagro tudo que sou, o meu deitar e o meu levantar, pois nada sucede sem Tua permissão.

Aos meus pais, Maria José e José Carlos (In memoria), que direcionaram-me aos estudos e a correr atrás dos meus ideais com dignidade. Agradeço a vocês pelo ser que sou.

Ao meu esposo, Jair Rodrigues, companheiro de todas as horas e desde sempre incentivando-me e apoiando-me nos estudos.

Aos meus filhos, Bianca e William, que sempre foram o propósito das minhas conquistas, amo muito vocês!

A minha irmã, Suely, por inspirar com sua história de vida e entusiasmar-me na busca desta realização junto com seu esposo Aliberte, companheiros de publicação na fase inicial da construção de currículo e sempre presente nas necessidades tecnológicas.

Aos meus familiares, pelo apoio, carinho e respeito pelas minhas escolhas.

Ao meu orientador, José Eloizio pela confiança e credibilidade ao ingresso no grupo de pesquisa GEPRU, possibilitando o crescimento e amadurecimento acadêmico em permanente construção, assim como na concretização deste sonho. Meu muito obrigada!

A composição da banca avaliadora com a participação de Sônia Menezes e Marcelo Mendes por aceitarem ao convite.

Aos docentes do PPGEIO, pelas contribuições que auxiliaram para construção desta caminhada em busca do amadurecimento acadêmico e intelectual.

A todos que fazem parte do PPGEIO, agradeço imensamente a coordenadores Prof^{as}. Dr^a Josefa Lisboa e a José Eloízio da Costa na compreensão de fatos inesperados no decorrer do processo. Assim como também, aos secretários Everton e Franci e ao bolsista Mateus pela dedicação que pacientemente resolviam sempre com maestria as pendências e solicitações.

Ao corpo docente, em especial, a Araci, Lício Valério, Auro de Jesus, Rita de Cássia e Adailton do curso de Geografia da UNIT, o meu apreço por fazerem parte desta história e por terem me preparado, despertando o interesse pelo mundo acadêmico. Meu muito obrigada!

A Acácia Souza, companheira de luta em busca da realização desse sonho que hoje se faz real em nossas vidas. Obrigada pela sua disponibilidade e abdicação da construção da sua dissertação para elaboração dos Mapas, valeu mesmo!

A minha amiga Elis Regina, companheira acadêmica e da vida, você tem um papel muito importante nesta conquista, meu muito obrigada por não deixar-me desistir atrelado pelo apoio moral, credibilidade, confiança, oportunidades e carinho, em momentos turbulentos e de alegrias, que mesmo em meio ao momento maternal sempre disposta em ajudar com minhas dúvidas e angústias.

A minha amiga Márcia, companheira acadêmica e da vida, agradeço pelo apoio, incentivo, oportunidades e carinho ao longo desta jornada, mesmo afastada devido a suas obrigações estava sempre presente.

A Cátia, companheira acadêmica, pela positividade transmitida a cada encontro, pela disposição em ajudar em todos os momentos, principalmente nesta trajetória com seu auxílio e incentivo, você tem um papel importante nesta caminhada!

A Diana Mendonça, venho a agradecer, imensamente, pelo norte inicial e pelas injeções de ânimo e seu comprometimento em ajudar o próximo dentro das suas possibilidades e disponibilidade.

Aos colegas do GEPRU, pelos momentos de estudos e debates proporcionando amadurecimento intelectual sobre o mundo rural que direta ou indiretamente contribuíram para esta realização.

A minha equipe de trabalho de campo Handresha e Adanyl, apoiada pelo orientador, meu muito obrigada, vocês foram muito importantes neste processo sempre com ânimo e dispostos a contribuir. Tenho a certeza que Deus coloca pessoas certas na hora certa, principalmente para compartilhar de eventualidade ocorrida nesta atividade para dar forças, serenidade e racionalidade para gerir a situação e também protegê-los.

A todos os produtores de leite do município de Nossa Senhora da Glória que nos cederam parte do seu tempo de trabalho para compreensão do seu espaço.

A população gloriense pelo acolhimento e aos amigos que fiz por lá durante o trabalho de campo.

Ao presidente da associação dos trabalhadores rurais pela conversa mais próxima sobre a dinâmica rural do município, também aos que fazem parte da secretaria da agricultura.

Aos técnicos e engenheiros da Emdagro, pela acessibilidade dos dados cedidos e na realização das entrevistas.

A todos meus amigos que ausentei-me das suas vidas para dedicar-me a construção desse sonho.

Enfim, agradeço a todos que puderam contribuir para materialização deste trabalho.

Engrandecidamente, meu obrigada!

Tudo tem o seu tempo determinado, e há
tempo para todo propósito debaixo do céu;
Tempo de nascer e tempo de morrer;
Tempo de plantar e tempo de arrancar o que se
plantou;
Tempo de matar e tempo de curar;
Tempo de derribar e tempo de edificar;
Tempo de chorar e tempo de rir;
Tempo de prantear e tempo de saltar de
alegria;
Tempo de espalhar pedras e tempo de ajuntar
pedras;
Tempo de abraçar e tempo de afastar-se de
abraçar;
Tempo de buscar e tempo de perder;
Tempo de guardar e tempo de deitar fora;
Tempo de rasgar e tempo de coser;
Tempo de estar calado e tempo de falar;
Tempo de amar e tempo de aborrecer;
Tempo de guerra e tempo de paz.

RESUMO

O presente estudo, sobre a agricultura familiar na produção leiteira no município de Nossa Senhora da Glória, analisou os processos sociais e produtivos, a partir da dinâmica de produção fornecedora de matéria prima e da sociabilidade de destinação para com o mercado. Neste sentido, a pesquisa teve por objetivo analisar a diversidade dos sistemas de produção da cadeia produtiva do leite no município de Nossa Senhora da Glória, no estado de Sergipe, de forma a fortalecer o entendimento da importância da agricultura familiar na sua inserção para o mercado regional, favorecendo o desenvolvimento local. Essa justificou-se nos rebatimentos sociais e econômicos, como também na organização do espaço rural, do papel da institucionalidade, bem como da percepção dos atores sociais envolvidos no processo. Para tanto, partiu-se, inicialmente, da pesquisa bibliográfica a cerca do tema seguido de observações diretas e indiretas dos fatos, através do trabalho de campo, com a aplicação de questionários com os protagonistas desse processo estes, os produtores de leite; de entrevistas e levantamento de dados com órgãos federais, estaduais, municipais e institucionais. As informações obtidas comprovaram a estabilização dos produtores, sobretudo do agricultor familiar, constituindo a produção de leite como única alternativa de fonte de renda, sendo, então, gerados postos de trabalho em vários setores como no transporte da matéria-prima, na produção e comercialização dos derivados. Esta atividade agroalimentar tem, por excelência, forte ligação com o alto sertão localizado ao noroeste do estado, em especial, no município de Nossa senhora da Gloria, em razão do processo histórico dominante na área retratada como demandante da matéria-prima, ou seja, in natura que atualmente é marcado por uma cadeia assimétrica, porém que ainda não se caracterizou como rede, decorrente do poder de alguns fatores econômicos que determinam procedimentos como o preço, o tempo da produção e o volume a ser vendido. A cadeia apresenta-se fragmentada em função da incredulidade dos atores sob a inclusão institucional, que seria uma forma de escoamento linear eliminando a ação dos atravessadores e da protagonização das fabriquetas que surgiram como estratégia de consolidar o escoamento do leite, atuando também como intermediários para com as indústrias locais. Deste modo, os agricultores familiares, inseridos na cadeia produtiva do leite, fortalecem cada vez mais a rede de sociabilidade com as fabriquetas substanciadas na garantia da renda que é concretizada, semanalmente, tornando-se cativos dos canais de comercialização que alimentam os mercados formal e informal, tanto em escala local quanto regional do Nordeste.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Cadeia Produtiva do Leite. Espaço Rural.

ABSTRACT

This study about family dairy farming in the municipality of Nossa Senhora da Glória analyzed the productive and social processes from the dynamics of supplier production of stock and from the allocation sociability to the market. In these terms, this research aimed to analyze the diversity of dairy production chain's systems in the municipality of Nossa Senhora da Glória, in Sergipe state, in order to strengthen the comprehension of the importance about family farming in its insertion to a regional market, which benefits local development. This study is justified due to social and economics unfoldment as well as the organization of the rural space, the role of the institutionality and the social actors' perception involved in this process. For this purpose, we started from a bibliographic research about the theme, followed by direct and indirect observation of the facts through field research, with application of surveys to the protagonists of this process, the dairy producers, as well as interviews and data collection with federal, state, municipal and institutional organs. The information obtained proved the stabilization of producers, mainly the family farmer, with dairy production as the only alternative for source of income, which generates working places in many sectors such as transportation of stock and in production and trading of derived products. This alimentary and agriculture activity has quintessentially a strong relation with the high sertão, located in the northwest of the state, especially in Nossa Senhora da Glória, due to the dominant historical process in the area portrayed as plaintiff of stock, in other words, *in natura*, which is currently remarked by an asymmetric chain, but that haven't been characterized as a system yet, due to economic factors that determine procedures such as price, production time and the amount to be sold. The chain has been fragmented due to the disbelief of the actors under institutional inclusion, which would be a way of linear flow, eliminating the intermediaries' action and the prominence of small factories that emerged as a strategy to consolidate dairy distribution, acting also as mediators to the local industries. Thereby, family farmers, inserted in the dairy production chain, strengthen increasingly a sociability network with the small factories substantiated on the guarantee of income, which has been concretized weekly, making them captive of trading channels that feed informal and formal market, in local and regional scales in Brazil's northeast.

Keywords: Family farm. Dairy chain production. Rural space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa território do Alto Sartão.....	18
Figura 02: Mapa da área de estudo.....	20
Figura 03: Mapa do município.....	27
Figura 04: Mapa dos municípios limítrofes.....	28
Figura 05: Mapa uso da terra.....	29
Figura 06: Av. Sete de Setembro nos dias atuais.....	31
Figura 07: Igreja Matriz do município Nossa Senhora da Glória.....	32
Figura 08: Coleta de leite realizada por fabriquetas.....	42
Figura 09: Rebanho com melhoria genética.....	43
Figura 10: Armazenamento de silagem.....	44
Figura 11: Corte da palma forrageira.....	45
Figura 12: Palma e suplementação de cereais para a alimentação do gado.....	45
Figura 13: Plantação de milho para preparação de silagem.....	46
Figura 14: Acesso ao PRONAF.....	47
Figura 15: Produção Caseira de queijo; b Reaproveitamento do soro.....	58
Figura 16: Entrada do povoado Tanque da Pedra.....	60
Figura 17: Feira Semanal do município aos sábados.....	61
Figura 18: Feira da agricultura as quartas-feiras.....	62
Figura 19: Casa do doce Dona Nena na Rota do Sertão.....	62
Figura 20: Sindicato dos Trabalhadores Rural do município.....	68
Figura 21: Cadeia Produtiva do Leite da propriedade.....	75
Figura 22: Trabalho familiar.....	84
Figura 23: Aquisição da propriedade.....	85
Figura 24: Local da residência do produtor de leite.....	86.
Figura 25: Plantação de palma associada com outras culturas.....	87

Figura 26: Ordenhadeira mecanizada.....	88
Figura 27: Tanque de resfriamento em propriedade particular.....	90
Figura 28: Unidade beneficiadora pública; b- Área externa da unidade.....	90
Figura 29: Período de produção por estação do ano.....	91
Figura 30: Produção caseira de queijo; b- Produção de queijo em fabriqueta.....	92
Figura 31: Indústria de laticínios no povoado Lagoa do Carneiro.....	92
Figura 32: Coleta da produção pelo Intermediário.....	93
Figura 33: Grau de satisfação em relação ao preço do leite.....	95
Figura 34: Incentivo a produzir leite.....	96
Figura 35: escoamento da produção, b - Produção destinada a outros estados.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Distribuição Populacional em Nossa Senhora da Glória/SE 1996-2010.....	33
Tabela 02: População Residente na Zona Rural e Zona Urbana de Nossa Senhora da Glória/SE -2010.....	33
Tabela 03: Gênero e Faixa Etária da População de Nossa Senhora da Glória/SE-2010..	34
Tabela 04: Lavoura Temporária de Nossa Senhora da Glória/SE-2010.....	35
Tabela 05: Rebanhos de Nossa Senhora da Glória/ SE-2010.....	36
Tabela 06: Estabelecimentos Rurais de Nossa Senhora da Glória-2006.....	37
Tabela 07: Condição legal do produtor – Estabelecimentos Rurais de Nossa Senhora da Glória/SE-2010.....	38
Tabela 08: Destribuição dos Qestionários Aplicados em Nossa Senhora da Glória/SE– 2014/2015.....	83
Tabela 09: Produção diária distribuída por povoado em Nossa Senhora da Glória/SE– 2014/2015.....	89

LISTA DE SIGLAS

APL- Arrajo Produtivo Local

APT-Arranjos Produtivos Territoriais

BNB- Banco do Nordeste do Brasil

BNDES-Banco Nacional do Desenvolvimento

CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CPRM- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

EMBRAPA-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMDAGRO-Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFS- Instituto Federal de Sergipe

INCRA-Instituto Nacional de Reforma Agrária

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDA-Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAA-Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE-Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPM- Produção Pecuária Municipal

PROMIL- Programa Mulheres Mil

PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONASA- Programa Nacional de Saúde Animal

SEAGRI-Secretaria do Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário

MDIC- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDETEC- Secretaria do Estado e Desenvolvimento Econômico e da Ciência Tecnologia

SUDAP- Secretaria da Agricultura do Estado

UFS- Uiversidade Federal de Sergipe

UNIT- Universidade Tiradentes

USDA -United States Department of Agriculture

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vi
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
LISTA DE FIGURAS	xii
LISTA DE TABELAS E QUADROS	xiv
LISTA DE SIGLAS	xi
INTRODUÇÃO	18
1. ESPAÇO E TERRITÓRIO: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS APLICADOS AO ESTUDO	21
1.1. Espaço, um Marco Conceitual em Constante Transformação	22
1.2. A Organização Espacial do Município de Nossa Senhora da Glória	26
1.3. A Expansão da Pecuária Leiteira em Nossa Senhora da Glória: Perspectivas e Desafios	40
2. A AGRICULTURA FAMILIAR E OS FUNDAMENTOS INSTITUCIONAIS	49
2.1. Arcabouço Conceitual da Agricultura Familiar	49
2.2. A Caracterização Agricultor Familiar em Nossa Senhora da Glória/Se	55
2.3. A Constituição dos Arranjos Produtivos Locais (Apl): O Caso do Leite em Nossa Senhora da Glória.....	63
2.3.1. A organização e inserção dos agricultores familiares gloriense na APL do leite.....	69
3. REBATIMENTOS SOCIOECONÔMICOS DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE EM NOSSA DA GLÓRIA	73
3.1. A Cadeia Produtiva: Marco Conceitual.....	73
3.1.1. A Cadeia leiteira no cenário brasileiro	78
3.1.2. A cadeia leiteira no nordeste	80
3.2. A Cadeia Produtiva do Leite no Município de Nossa Senhora da Glória	81
3.3. As Estruturas de Comercialização do Leite em Nossa Senhora da Glória: do curral aos mercados institucionais.	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	110
APÊNDICE	105

INTRODUÇÃO

O estudo versa sobre a agricultura familiar na cadeia produtiva do leite, em particular, no município de Nossa Senhora da Glória, localizado no território do Alto Sertão Sergipano e possui grande importância ligada ao desenvolvimento da atividade leiteira como demandante da matéria-prima, ou seja, in natura que articula-se territorialmente. Como verifica-se na figura 1 abaixo:

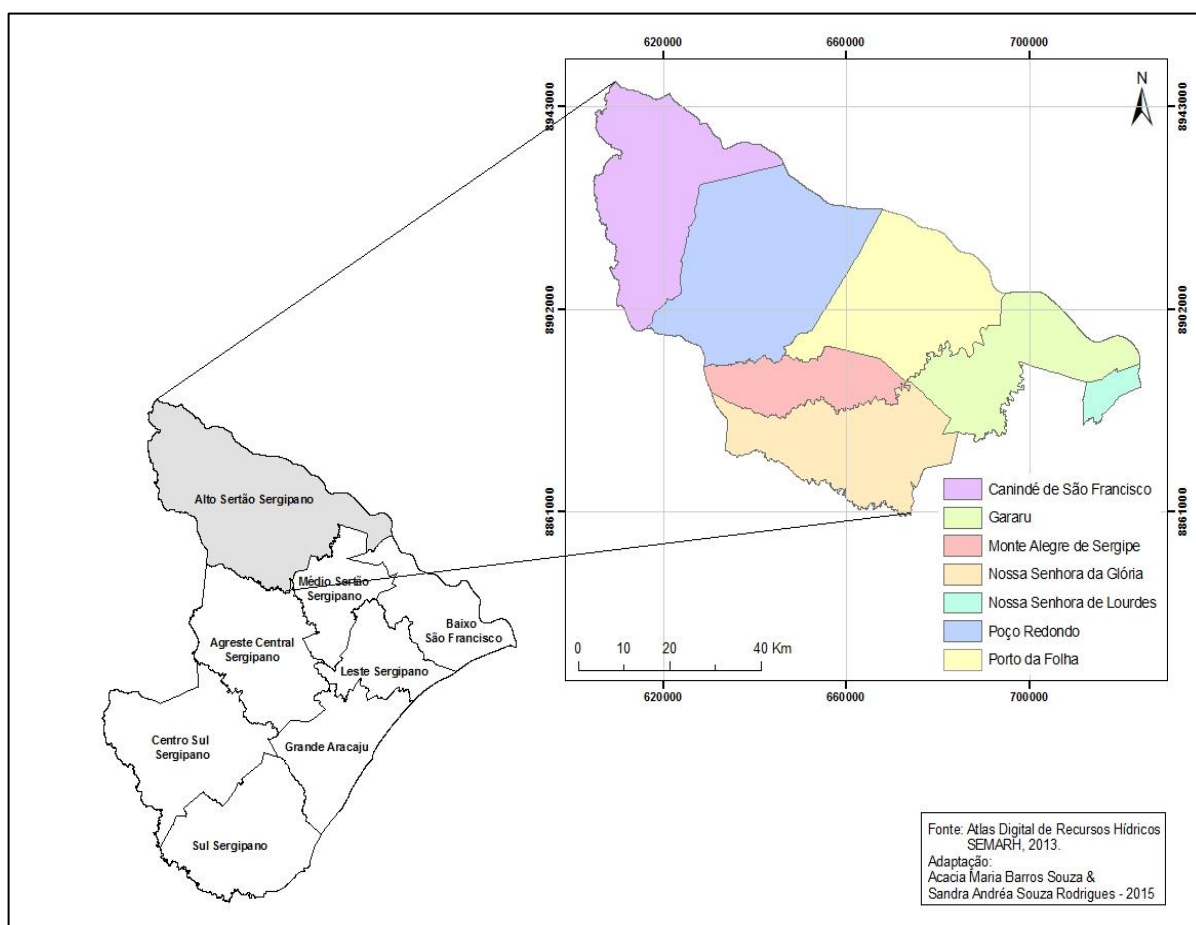


Figura 01: Mapa território do Alto Sertão

A produção leiteira, provinda da mão de obra familiar, é desenvolvida em pequenos estabelecimentos com pouco acesso às inovações tecnológicas, sem interferir na sua produtividade com a finalidade de integrar aos aspectos sociais e econômicos, possibilitando atender às necessidades de consumo do mercado.

O presente estudo tem como objetivo analisar a inserção da agricultura familiar na constituição da cadeia produtiva do leite no município de Nossa Senhora da Glória/SE e seus rebatimentos sociais e econômicos, como também na organização do espaço rural, do papel da institucionalidade, bem como da percepção dos atores sociais envolvidos no processo.

Inicialmente, foram feitos levantamentos e revisão bibliográfica geral e específica, dando ênfase às publicações nacionais e, principalmente, sergipanas que retratam a temática proposta. No segundo momento, foram realizadas coletas de dados primários e secundários em órgãos e entidades públicas como: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe), Secretaria de agricultura municipal, Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A análise desses dados foi feita com o cruzamento das informações referente à produção e comercialização do leite em Nossa Senhora da Glória, suas relações de trabalho e, posteriormente, com a confecção de tabelas, gráficos e mapas.

Dentro do marco teórico-metodológico, as categorias de análise utilizadas foram as seguintes: o espaço como categoria dominante e território sob a concepção das relações de poder sob a priori do espaço; Agricultura com ênfase na agricultura familiar, baseada na clássica abordagem da sua inserção no capitalismo do campo, constituída a partir de meados da década de 60, trazendo o avanço tecnológico como fator principal para modernização no campo e destaca a institucionalização da Agricultura Familiar como categoria; o APL apresentando-se secundário na sua atuação devido a incredulidade dos produtores de leite em relação a organizações e institucinalizações devido a processos anteriores e na demarcação dessas categorias, com ênfase na constituição e operacionalização da Cadeia Produtiva.

A realização de trabalho de campo foi realizada no período de 09/10/2014 a 27/02/2015, com a aplicação de 37 questionários semiestruturados por abordagem aleatória, nos seguintes povoados do estudo de caso: Lã do Carneiro, Piabas, Mamueiro, Fortaleza, Tanque da Pedra e Baixa Limpa, sendo estes os escolhidos por possuírem menor raio de distância em relação à sede municipal, de acordo com as relações de produtividade e dinâmica econômica para desenvolvimento do povoado. Conforme podemos observar figura 2 as seguir. No questionário foram focadas perguntas referentes à condição, produção e visão dos agricultores em relação à cadeia produtiva do leite. Na sequência, houve a realização de entrevistas semiestruturadas e levantamento de dados nos órgãos federais, estaduais, municipais e institucionais.

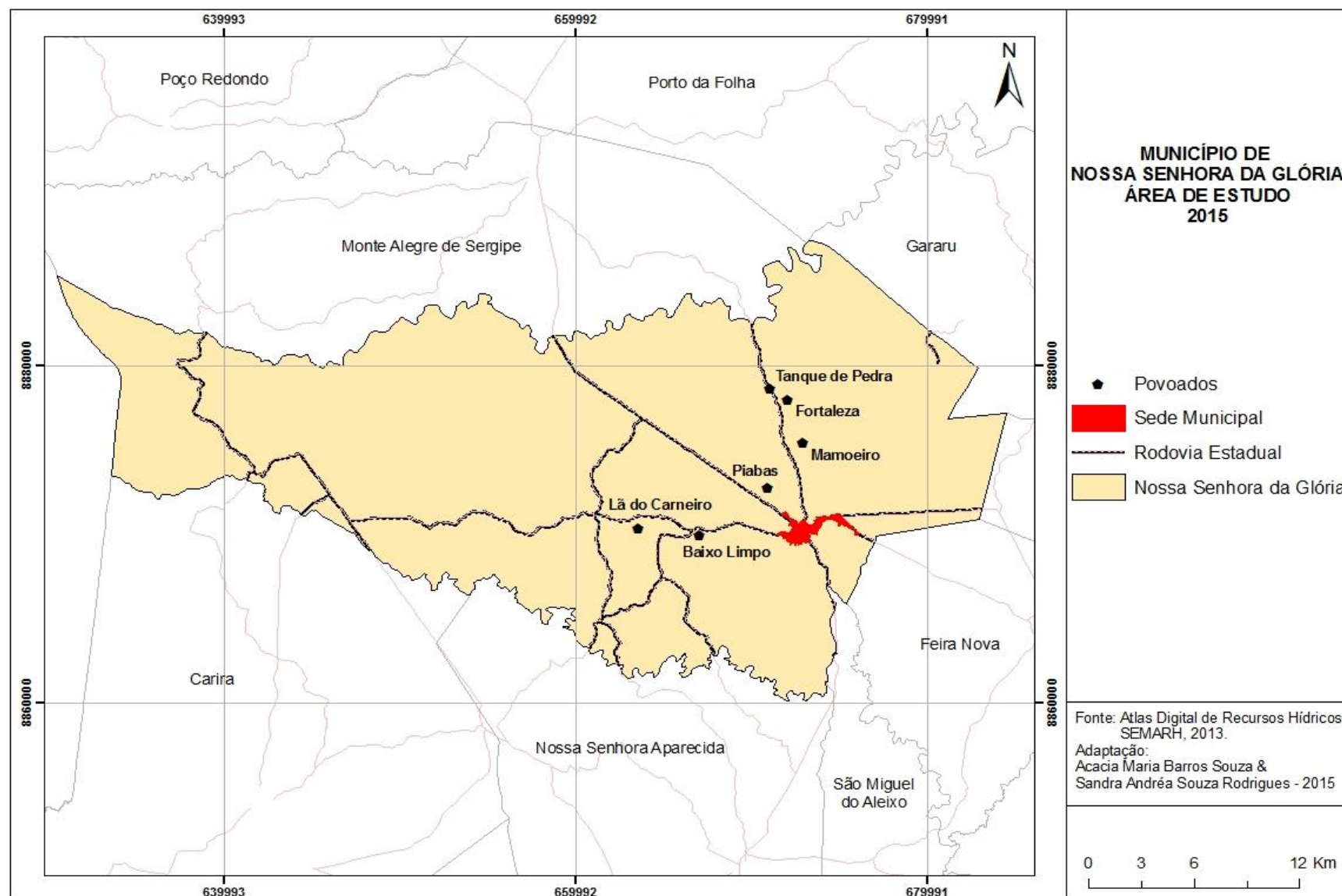


Figura 02: Mapa da área de estudo

A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro faz uma breve retrospectiva da concepção de espaço e território. Para tanto, foi necessário utilizar os seguintes autores: Simão Camacho, Milton Santos, Roberto L. Corrêa, Marcelo Souza, Claude Raffestin. Para entender que o espaço geográfico é produto das relações e reproduções da sociedade marcada por contradições e o território, é somente retratado como relações de poder sendo posterior ao espaço. Em seguida, foram levantados aspectos históricos, naturais e econômicos da área de estudo.

O segundo capítulo refere-se à concepção da Agricultura Familiar na abordagem teórica versando os seguintes autores: Ricardo Abramovay, Sérgio Schineider e Carlos Guanziroli, que mencionam como o mundo rural vem passando por transformações, o capitalismo no campo com o fortalecimento e crescimento da agricultura familiar na utilização de inovações tecnológicas e da mão-de-obra familiar. Na sequência, caracteriza-se o agricultor familiar do referente estudo de caso e como se dá sua inserção e organização diante da constituição dos arranjos produtivos locais.

No terceiro capítulo, discuti-se a Cadeia Produtiva apoiada nas teorias dos seguintes autores: Jhon Wilksom, Luiz Brum, Victor Prochnik, Danilo Aguiar. A temática, inicialmente, discorre de aspectos conceituais e a importância da cadeia produtiva no cenário brasileiro e no Nordeste, na perspectiva da produção leiteira. Em seguida, vem expor como os agricultores familiares se estabelecem nas estratégias de produção desde do seu perfil até a qualidade de vida dentro da cadeia, como também vem a esclarecer a carência de políticas públicas, as quais seriam as principais legitimadoras e estimuladoras do crescimento da sua reprodução e apresenta a expansão da comercialização diante do relacionamento de sociabilidade com as feiras que, atualmente, é o principal fator de escoamento da produção da agricultura familiar local e a cadeia produtiva nesse cenário é baseado no crescimento da produção e no melhoramento das técnicas de reprodução.

1.O ESPAÇO: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS APLICADOS AO ESTUDO

O primeiro capítulo apresenta o espaço como a abordagem categorial geográfica, escolhida a partir do uso do método Empírico-Analítico, substanciado na corrente Positivista, baseada nos estudos dos fenômenos que se restringe aos aspectos visíveis, palpáveis e pautadas na observação, foi através desta corrente que se fundamentou a Geografia Tradicional. No entanto, o espaço perante sua abrangência é analisado a partir da produção e reprodução da sociedade que se materializa no seu espaço com suas contradições e desigualdades inerentes.

Posteriormente, traça-se um detalhamento do recorte espacial do município de Nossa Senhora da Glória/SE, dando ênfase ao seu espaço rural apresentando seus aspectos historico-geográfico, seus principais cultivos agrícolas, uso da terra como resultante da estrutura fundiária e destacando a expansão da pecuária leiteira como agente mobilizador da economia e desenvolvimento local.

1.1. Espaço, um Marco Conceitual em Constante Transformação

O espaço, mediante a natureza da sua complexidade conceitual e variadas aplicabilidades, perpassa pelo senso comum advindo da dinâmica do espaço físico compreendido na extensão da superfície, na obtenção como área e o que nela contém. Para ciência geográfica, o espaço é historicamente produzido pelo homem em meio as necessidades de evolução e da introdução da técnica ao modo que organiza-se economicamente e socialmente. Além disso, Correia (2005. p. 20-21) afirma que:

Admite-se como um ponto de partida uma superfície uniforme tanto no que se refere á geomorfologia como ao clima e a cobertura vegetal, assim como sua ocupação humana: há uma uniforme densidade demográfica e renda padrão cultural que se caracteriza, entre outros aspectos, pela adoção de uma racionalidade econômica fundada na minimização dos custos e maximização dos lucros ou da satisfação. A circulação nesta planície é possível em todas as direções.

A categoria geográfica espaço, segundo Corrêa (2005), define-se nas diferentes escalas de tempo apresentando-se em período distintos, perpassando por várias áreas dos estudos da

humanidade. Logo, conseqüentemente, possui uma interdisciplinaridade na ciência tal como na antropologia, sociologia, economia, e história, possuindo em comum como objeto de estudo a sociedade, que no bojo da sua complexidade, analisa o contexto social em sua abrangência. Nesta concepção, afirma-se que:

O mérito do conceito de formação sócio-espacial ou simplesmente formação espacial, reside no fato explicitado teoricamente que uma sociedade só se torna concreto através de seu espaço, do espaço que ela produz e, por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Não há, assim, por quem falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas que nós reuniríamos a *posteriori*, mais sim de formação sócio-espacial (CORRÊA, 2005. p.26-27).

A organização espacial é concretizada nas idealizações da humanidade, logo, é decorrente do trabalho humano acumulado historicamente, sendo este trabalho subordinado ao capital, além do Estado capitalista tal qual são agentes centrais, para que haja organização do espaço que nele possa se reproduzir. Como espaço capitalista globalizado ao modo que a produção tornou-se social, o meio técnico é utilizado e acrescido por transformações contínuas apresentando um controle sobre a natureza, por meio das técnicas, assim, aperfeiçoando e descobrindo a recriação (CORREIA, 2005).

Além disso, Santos (2008 p.14) frisa que:

O próprio processo direto da produção é afetado pelos demais (circulação, distribuição e consumo), justificando mudança de localização dos estabelecimentos produtivos. Com os circuitos produtivo se dão no espaço de forma desagregada embora não desarticulada a importância que cada um daqueles processos tem a cada momento histórico para caso particular, ajuda a compreender a organização do espaço.

Santos (2005) evidencia o espaço como a totalidade social composta pelas relações sociais (cultural, religiosa, política, econômica e ideológica) e pelo fundamento físico, sendo resultante da interação destas variáveis. Partindo-se do princípio que o espaço constitui-se de acordo com toda estrutura social ao tratar-se dos espaços organizados ou produzidos pelo acúmulo de capital.

De acordo com Corrêa (2005) e Santos (2005), na década de 70 ocorreu a contribuição sobre a declaração do conceito de formação sócio-espacial, derivado do conceito de formação socioeconômica, assegurando sua incorrência ser concebido sem antes recorrer ao espaço. No entanto, o espaço é idealizado a partir da reprodução das relações sociais de produção

apreendido de forma vivencial caso não venha ser entendido como espaço absoluto, um produto social, um instrumento político ou campos de ações destinados à reprodução da força de trabalho, por meio do consumo ou compreendida na efetivação imposta pela funcionalidade, devido ao acompanhamento das relações com prática social a ela instituída. Desta maneira, Corrêa (1995) define o espaço como o locus da reprodução das relações sociais de produção, ressaltando a grandeza da suma importância do seu significado e natureza.

Em Corrêa (1995), o espaço apresenta o papel das formas e interações espaciais, dos fluxos e fixos apresentando-se como um reflexo social entendendo que a organização espacial é um conjunto de objetos entendido como materialização social em que o espaço ao ser organizado pelo homem desempenha um papel na sociedade, condicionando e compartilhando do processo existencial e reprodução social compreendido em espaço socialmente produzido.

O processo de reprodução espacial, apontado por Carlos (2001), articula-se no plano da reprodução da vida ao que o espaço se reproduz enquanto lugar onde desenrola-se a vida e todas as suas dimensões, o habitar e tudo que a ele se revela. Paralelamente, o espaço geográfico é produto, condição e meio de reprodução das relações sociais no sentido amplo de reprodução da sociedade, num determinado momento histórico definindo-se como social e histórico; significando a existência de uma relação entre espaço e sociedade, no entanto o processo de produção do espaço baseia-se nas relações entre homem e natureza, sendo irrevogável nesse contexto.

Torna-se necessário evidenciar que o espaço soma-se a sociedade, assim como cada fração da natureza abriga um fragmento da sociedade atual. Nesta direção, Santos (2008), ressalta que ao mesmo tempo os elementos do espaço tornam-se mais simultâneos e as relações entre eles têm-se a ser mais íntimas e muito mais intensas, ao modo que a noção do espaço como uma totalidade estabelece-se de maneira mais aberta e presente, resultando na integração e dependência entre si e tornando mais exigente a análise do espaço geográfico.

Nestes atributos, Santos (1995) determina que o espaço deve ser analisado a partir das seguintes categorias: forma, processo, função e estrutura, em que todas as características das categorias, anteriormente citadas, devem ser avaliadas de forma conjunta, pois uma está intimamente ligada á outra, mas cada uma com sua característica específica, em que a forma é o aspecto visível do objeto, a função sugere a atividade a ser desempenhada pelo objeto criado resultante na forma, a estrutura remete à natureza social e econômica de uma sociedade e o processo sendo ação realizada implicando tempo e mudança. Afirma-se, neste sentido, que:

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo o contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente apresentam apenas realidade parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS.1995, p.52).

A organização espacial determina o espaço moderno norteado em modificações resultantes dos processos espaciais sendo estes: a centralização ao que representa a concentração de atividades mercantis e serviços, fixando usuários ao conduzir a aglomeração; a descentralização, neste sentido, ocorre de maneira planejada com o intuito para desafogar localidades, estimulando o distanciamento entre os pontos da área central que, por sua vez, é mais limitada devido aos elevados custos e a área periférica expande-se e passa ser mais concorrida em prol da impossibilidade de firmar-se neste espaço centralizador; a coesão representa aglomeração de atividades comerciais monopolizadas que atraí o consumo; a segregação provém a partir do uso e do trabalho realizado pelo homem no espaço; a invasão-sucessão é facultada com ocupação indevida por uma classe distinta da que ocupava antes e a inércia é o processo correspondente ao valor econômico estimado no espaço, segundo afirma Corrêa (2001).

A modificação do espaço não depende somente do resultado das relações sociais na produção do espaço decorrente da importância do trabalho, consequentemente este não existe sem o homem e se não houver trabalho não há transformação espacial. O espaço geográfico é produzido, historicamente, na relação entre a sociedade-natureza mediada nas relações de trabalho, ou seja, em um processo homogêneo de historização, humanização e socialização da natureza, possibilitando que a natureza na sua origem transforme-se em segunda natureza propagado no processo de produção espacial, Camacho (2010).

Além disso, Santos (2012, pg 96) afirma que:

O processo de trabalho exige um aprendizado prévio, o homem necessita a aprender a natureza a fim de poder apreendê-la. Quando aprende, apreende; quando apreende, aprende. A riqueza do ensinamento da natureza é proporcional á ação do homem sobre ela; quanto maior a troca com a natureza, tanto maior o processo de intercâmbio entre os homens. A relação entre os homens e o seu entorno é um processo sempre renovado, que modifica tanto o homem como a natureza.

Neste sentido, o espaço e trabalho, para Moreira (1983), estão na relação da configuração e essência, isto é, o espaço geográfico é a configuração do processo histórico do

trabalho. Contudo, o trabalho é produto do espaço geográfico e este não é unicamente produto do trabalho, em que o espaço geográfico consiste na materialização do processo do trabalho.

È por meio do trabalho que o homem constroa suas relações sociais e encontram-se submetidas ao modo de produção capitalista, suas relações de trabalho tem como princípio a reprodução relacionada à acumulação do capital, resultante da exploração do trabalho, consequentemente originando lutas de classes, justificando o processo desigual do capitalismo. De todo modo o trabalho é o conceito primordial para melhor investigar o espaço, segundo afirma Camacho (2010).

O espaço rural ou urbano perpassa, constantemente, por transformações devido a atuação constante dos agentes modeladores, tais como: os proprietários dos meios de produção, Estado e os grupos sociais excluídos, possuem um papel no ato de construir e reconstruir o espaço inserindo-se no processo de organização espacial capitalista. Desta maneira, o Estado possui sua visibilidade destacando-se como principal agente modelador, atuando como sujeito legítimo e possuindo papel decisivo na performance de fazer e refazer o espaço.

Observa-se que o Estado além de agente modelador é construtor do espaço, de acordo com Corrêa (1995), possui um conjunto de equipamentos que podem ser empregados tanto no espaço urbano como na modelagem do espaço no meio rural. O Estado se dispõe a efetivar as seguintes ações institucionais disponibilizadas como o direito de desapropriação e precedência na compra de terras, por interesse social e coletivo a regulamentação do uso do solo, controle de limitação dos preços de terra, tributos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização, investimentos públicos, além da organização de mecanismo de crédito em geral.

Embora o Estado atue como agente modelador e construtor do espaço, este também atribui a outros aspectos apresentando sua importância na função de mediador de conflito de diversos agentes sociais na tentativa de organizar a sociedade.

1.2. A Organização Espacial do Município de Nossa Senhora da Glória

O município de Nossa Senhora da Glória-SE, integrante do território do Alto Sertão Sergipano, situado na região noroeste do estado, transição do sertão com o agreste, apresenta uma área de 758,4 km² esta distante á 126 km da capital do Estado, através das rodovias BR-101, BR-235, rodovia interestadual que liga Areia Branca até Itabaina e a SE-206, também

interestadual de Itabaiana até a rota do sertão. Além de sua sede municipal localizada no centro do território, possui mais de sessenta povoados, dentre eles os que foram delimitados para o presente estudo: Tanque da Pedra, Baixa Limpa, Lã do carneiro, Piabas, Fortaleza e Mamoeiro. Como pode-se verificar na figura 3 abaixo.

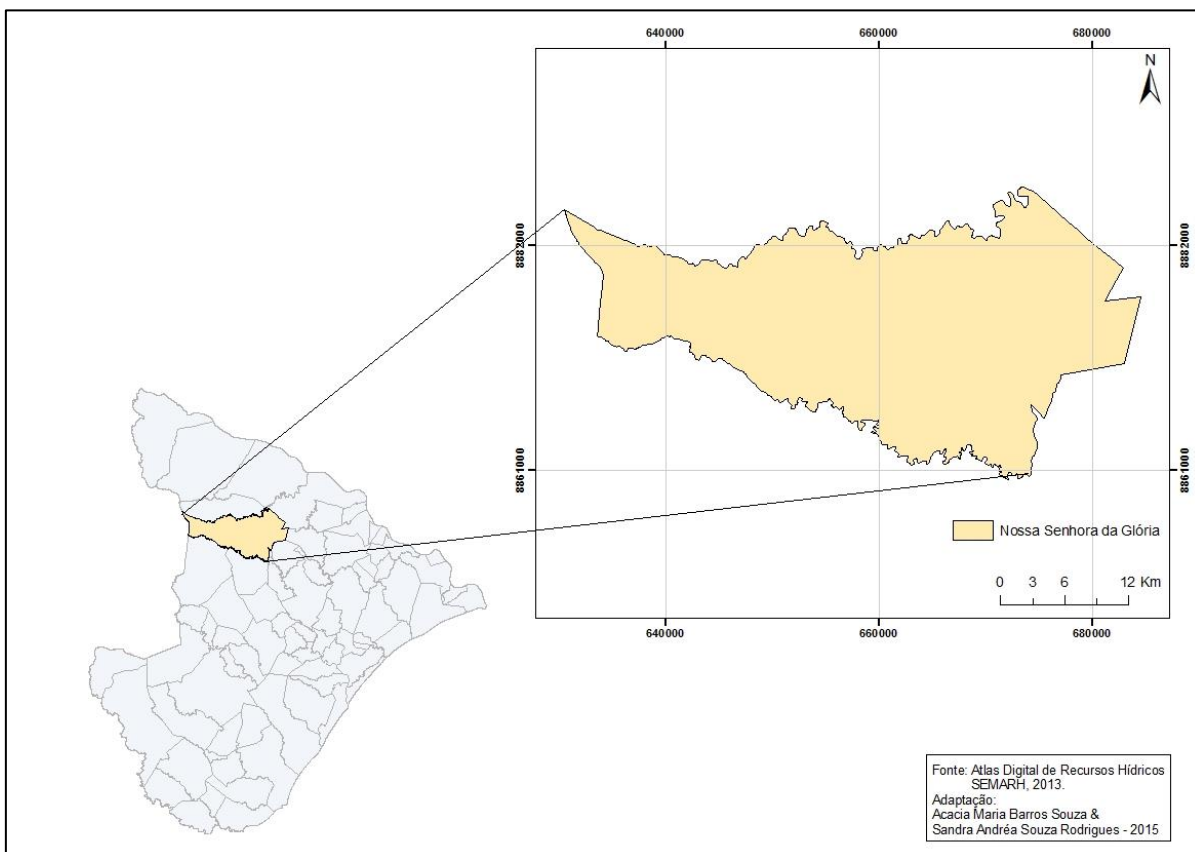


Figura 03: Mapa do município

Em relação aos seus limites fronteiriços, ao norte com os municípios de Monte Alegre e Porto da Folha; ao sul com Carira, Nossa Senhora Aparecida e São Miguel do Aleixo; ao leste com Gararu, Feira Nova e Graccho Cardoso e ao oeste com parte do município de Carira e com o estado da Bahia. Como pode verificar na figura 4 abaixo.

Quanto aos aspectos naturais do município, a hidrografia está inserida em duas bacias hidrográficas, a do Rio São Francisco e a do Rio Sergipe, assim com a drenagem principal o Rio Sergipe, o Rio Capivara e o Rio São Domingos, compondo também os riachos sazonais (Capivara, Monteté e Piabas), que durante o período de seca seus cursos são interrompidos, grande parte deles possui características salobra na água (INCRA-SE, 2006). Possui um clima megatérmico semiárido, apresentando uma temperatura média anual de 24,2° com

precipitações pluviométricas com média anual de 702,4mm, a concentração de chuva ocorre no período de abril a agosto e a mais seca de outubro a março (IBGE, 2000).

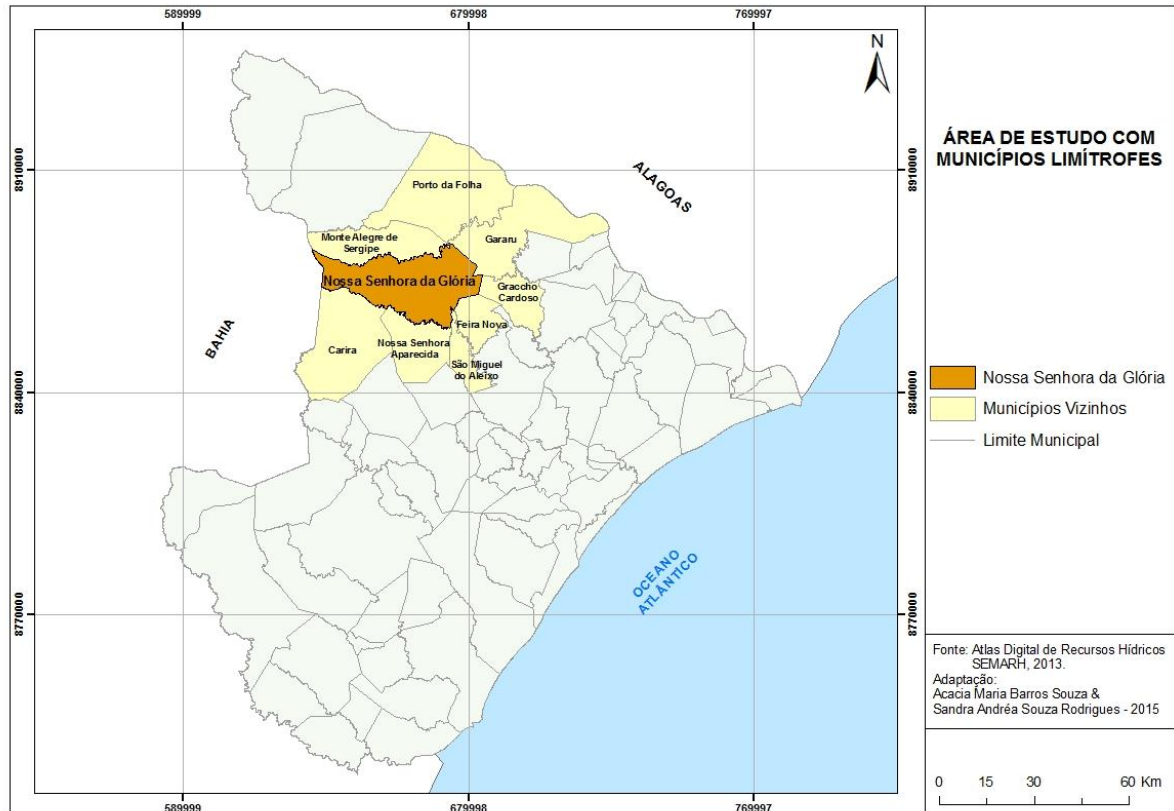


Figura 04: Mapa dos municípios limítrofes

A constituição da área de estudo apresenta aspectos físicos e estruturais os quais caracterizam o relevo por uma superfície pediplanada e dissecadas, com formas do tipo colina e tabuleiros, e aprofundamento de drenagem muito fraco. O território tem ocupação de 80% compreendida por litótipos do Grupo Macururé, representando, a sua maioria é composta de micaxistos graníferos seguidos de metarrilitos, metavulcanitos, metagrauvacas, metarenitos finos e metassiltitos maciços. Associados ao Grupo Macururé, ocorrem por toda a região corpos de granitos, granodioritos e monzonitos do tipo Glória, Projeto de Cadastro da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste - CPRM, 2002.

O solo que predomina é do tipo podzólico vermelho amarelo equivalente eutrófico, Neossolos Litólicos, e planossolos Hápticos e Náuticos, sendo estes aptos para pecuária e o cultivo de culturas garantindo o sustento (EMPRAPA, 2005).

A vegetação originária deste espaço era compreendida por caatinga, com predomínio das espécies Xerófilas, que foram quase desmatadas inteiramente cedendo lugar a pastagens e

aos cultivos (MENEZES, 1999). A mata nativa do município possui área de reservas com um percentual inferior ao que é determinado pela legislação (Lei 4771/65) do código florestal, sendo este de 8,5 da área total (IBGE, 1996), embora 20% é a estimativa mínima de reserva florestal para o estado de Sergipe.

No entanto, devido as suas características físicas e climáticas de acordo com o uso da terra subdividido em três áreas: a antrópica não agrícola, que compreende área urbanizada que destacam-se como um dos principais centros urbanos da região que têm seu crescimento diretamente ligado ao agronegócio, a Extração Mineral referente à extração de pedras, ou seja, à atividade de pedreiras; a Antrópica Agrícola destaca-se com as culturas permanente, temporária e pastagens, embora essa região se constitua como uma das mais importantes áreas agrícolas do Estado em função do grande quantitativo de assentamentos rurais do INCRA. O predomínio são áreas de pastagens para atividade pecuária; as áreas de vegetação natural, contendo área florestal e campestre, contém o domínio da vegetação de caatinga, áreas de preservação permanente, água inserida na bacia do Rio São Francisco e Rio Sergipe, como pode observar na figura 5 a seguir:

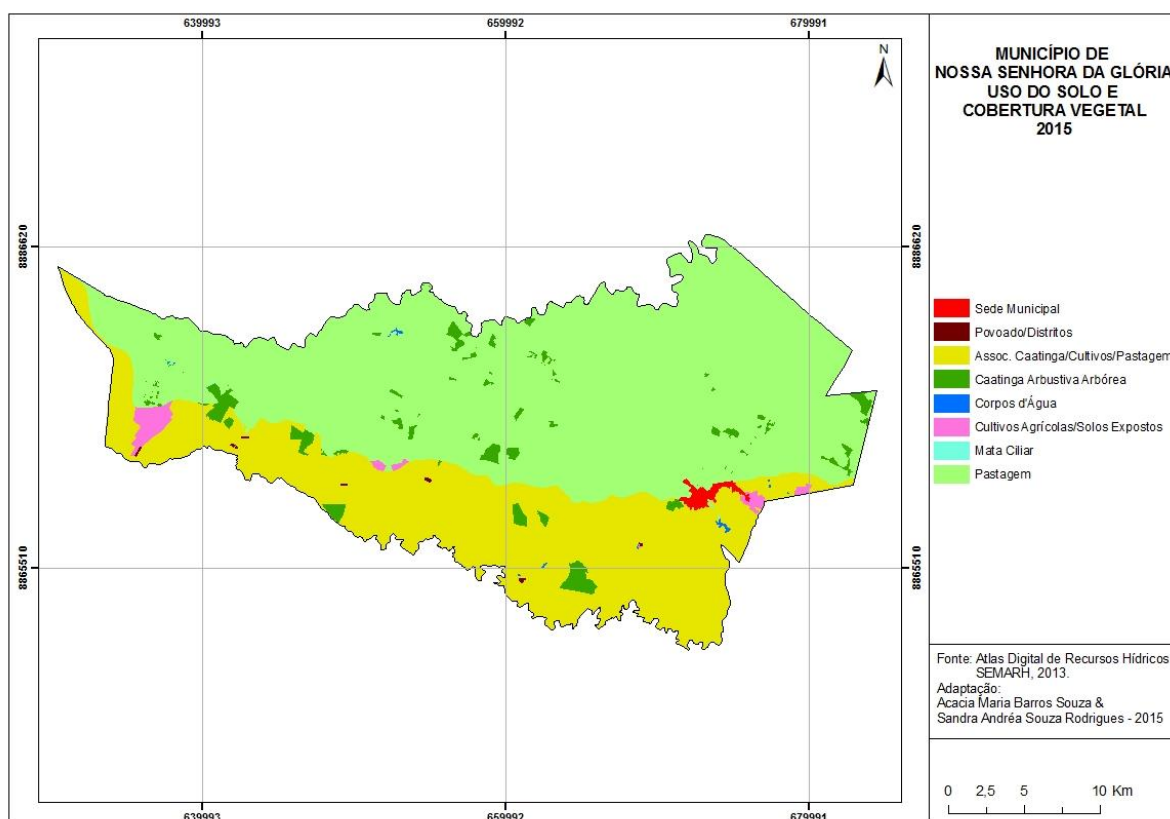


Figura 05: Mapa uso da terra

A história da origem do município de Nossa Senhora da Glória dar-se a partir do povoado Boca da Mata, fazendo parte da jurisdição de Curral de Pedras (Gararu), ocorrendo depois do deslocamento da pecuária para o noroeste sergipano, no século XVII. Por força das invasões holandesas e, posteriormente, pela Carta Régia de 1701, que proibiu a criação em até 10 léguas do litoral, dessa forma, favoreceu a criação e o crescimento de vilas na região. Sua ocupação correspondia á sesmaria pertencente a Tomé da Rocha Malheiros.

Possuía a denominação de Boca da Mata por caracterizar uma vegetação densa retratada por uma mata fechada servindo de rancho, ponto de parada dos viajantes, boiadeiros, tropeiros, tangedores de gado e interessados na compra do açúcar e no jabá da região do vale do Cotiguiaba que pernoitavam receiosos de seguir, conforme Santos (2012).

A colonização do povoado deu-se em meados dos anos 1600 a 1620, sendo ocupada basicamente por europeus quase não havendo influência indígena, mas sobressai uma pequena fração de caboclos, resultado da miscigenação ao que se tornam vaqueiros, sendo os pioneiros a desafiarem o processo de expansão de terras no sertão, como ressalta Diniz:

Na expansão do povoamento para o sertão, não se pode ignorar a figura do vaqueiro que utilizando-se da quarteação, acabou por se transformar em criador, dando origem a uma estrutura de pequenos pecuaristas que persiste até os dias atuais. (1996, p. 52).

Ainda de acordo com o pesquisador, diferente das povoações que surge a partir de uma capela, neste município deu-se de modo contrário, o povoamento sucedeu-se em 1879 em função da criação de gado, visto que, com o desbravamento dessa região, atesta-se no domínio do ciclo da economia pastoril, com a instalação de currais.

Dessa maneira, por meio dos ranchos dos visitantes, provocou-se a derrubada progressiva da mata para o cultivo agrícola e para servir de pastagem para o gado, formando o primeiro centro habitacional da localidade. De acordo com Santos (2005), a primeira habitação foi a fazenda com o mesmo nome do povoado pertencente a Antônio de Souza Corrêa, local que veio a ser construída a primeira capela que, atualmente, encontra-se a Avenida 7 de Setembro uma das mais importantes vias de escoamento do município, como pode ser constatada na figura 6 a seguir:



Figura 06: Av. Sete de Setembro no município de Nossa Senhora da Glória nos dias atuais.
Fonte: Trabalho de campo, novembro 2014

Destarte, a Boca da Mata surgiu anterior à capela esta que em outras regiões possibilita a valorização local, somente foi construída vinte anos após povoação, em 1904, através da doação do terreno feita pelo primeiro habitante, o senhor Francisco Teles Trindade, por meio de um mutirão revelando a devida importância do papel da igreja católica para o desenvolvimento e constituição da referida cidade. O nome do povoado foi modificado para Nossa Senhora da Glória após uma campanha comunitária para a compra da imagem da santa e do sino sob a responsabilidade do capelão Francisco Gonçalves Lima (SANTOS, 2008).

Contudo, a igreja Matriz passa a ser paróquia em 1959, com o primeiro paroco José Amaral de Oliveira, a maior parte das festas dos povoados passou a ter uma relação íntima com a religiosidade do sertanejo, estando à população estreitamente unida as manifestações religiosas podendo estar ligados ao fator social ou político, as festas pioneiras foram a Festa de Santos Reis (06/01/1905) e a Festa da Padroeira (15/08/1906), ao que contribuem de forma incisiva para o desenvolvimento e refletindo na crença divina (SANTOS, 2008). Como pode-se observar na figura 07 a seguir:



Figura 07: Igreja Matriz do Município de Nossa Senhora da Glória.

Fonte: <http://www.cidade-brasil.com.br/foto-nossa-senhora-da-gloria.html>.

Segundo Santos (2008), a evolução política de Boca da Mata iniciou-se em 1922, quando a povoação passou a ser sede do 2º Distrito de Paz de Gararu, já com a denominação de Nossa Senhora da Glória. Seis anos depois, no dia 26 de setembro de 1928, por força da Lei nº 1.014, elevou o distrito a município, e termo judiciário. Elevado a cidade por Decreto-Lei estadual nº 69 de 28/03/1938. No dia 1º de janeiro de 1929, a vila teve como primeiro intendente, João Francisco de Souza, que construiu a prefeitura e foi eleito para o período de 1930 a 1934. Somente em 1938, a vila foi elevada à categoria de cidade, porém perdendo parte do seu território para instalar o município de Monte Alegre de Sergipe (IBGE).

Desde a sua emancipação política, no município predominava a população rural com características agropecuária, sem representatividade para os setores secundários e terciários, com o passar dos anos, Nossa Senhora da Glória fica conhecida como capital do sertão sergipano, passando a ser considerada polo administrativo do sertão pelo seu crescimento industrial e econômico predominante, a partir deste momento a população urbana vem evidenciando-se até os dias atuais. A partir de 2010, houve uma variação, essa apresentou uma alteração de 10.734 habitantes, com população existente a mais na zona rural como pode ser vista na tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Distribuição Populacional de Nossa senhora da Glória/SE- 1996 - 2010

Ano	População Urbana	População Rural	População Total
1996	15.331	8,944	24.275
2010	21.617	10.883	32,497

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1996 e 2010.

Nota: Organizada pela autora

De acordo com o censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município supracitado possui uma população total de 32.497 habitantes com uma densidade populacional de 43 hab/km². Apresentando um total de residentes rurais de 10.879 habitantes e da zona urbana de 21.618 residentes, totalizando uma diferença de 10.739 habitantes entre a zona urbana (66,6%) e zona rural (33,4%). Como pode ser observado abaixo na tabela 2 a seguir:

Tabela 2: População Residente na Zona Rural e Zona Urbana de Nossa Senhora da Glória/SE -2010

População Residente	32.497 pessoas
População Residente da Zona Urbana	21.618 pessoas
População Residente da Zona Rural	10.880 pessoas
Homens na Área Urbana	10.473 pessoas
Homens na Área Rural	5.603 pessoas
Mulheres na Área Urbana	11.146 pessoas
Mulheres na Área Rural	5.275 pessoas

Fonte: IBGE, 2010.

Nota: Organizada pela autora

Além disso, nota-se que os dados contidos sobre a população demonstram que mais de 50% da população rural é economicamente ativa, o município está inserido em atividades

agropecuárias, pois menos de 30% exerce atividades agrícolas. Isso mostra a forte presença da composição na renda familiar e acesso ao mercado.

A população gloriense no ano de 2013 ficou estimada em 34.799 habitantes, que mesmo diante deste acréscimo quantitativo, a representatividade quanto ao número de crianças e jovens continua em evidência, seguindo as mesmas estimativas dispostas no censo demográfico de 2010, apresentando um diferencial significativo da faixa etária de 0-19 anos, totalizando 12.230 habitantes que corresponde a população total do município, como pode ser verificada abaixo na tabela 3 a seguir:

Tabela 3: Gênero e faixa etária da população do município de Nossa Senhora da Glória/SE-2010

Faixa Etária	0-19	20-29	30-49	50-69	+70
Gênero	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
Masculino	6.148	3.115	4.217	1.877	719
Feminino	6.082	3.151	4.417	2.154	617

Fonte: IBGE, 2010.

Nota: Organizada pela autora

Segundo o IBGE (2010), embora não prevaleça o número de habitantes da zona rural, houve um gradativo crescimento da população urbana. Nota-se que entre os anos de (1996-2010) é observado que o crescimento populacional urbano foi bem mais acentuado. Enquanto isso, na zona rural, durante o período de 1996 e 2010, ocorreu uma variação negativa da população, sendo que esta apresentou um decréscimo de 90 pessoas, em relação entre 1996 a 2010.

Muito embora demonstre claramente que a população mesmo caracterizada como urbana possui uma forte expressão vocacional para a agricultura de ciclo curto, em função do curto período de chuvas na região, somente é exercitada principalmente pelas culturas temporárias não existindo as permanentes, devido às condições climáticas, sendo a produção assistida pelo sistema de irrigação ou sequeiro, dependendo da disponibilidade de equipamentos e das condições do ambiente.

As graníferas e cerealíferas na região estão representadas pelos cultivos de fava, feijão e milho. Contudo, o plantio do milho apresenta-se como a principal cultura com área plantada com grande importância por estar inserido no setor agroindustrial do município, demandante de matéria-prima alimentícia utilizando os grãos com características transgênicas para poder

atender à indústria de grande porte. O milho também faz parte, principalmente, da alimentação de animais que, em época de estiagem, é destinada à produção de silagem para poder complementar a nutrição do rebanho, conforme tabela 4:

Tabela 4: Lavoura Temporária de Nossa Senhora da Glória/SE– 2012

Produto	Quantidade Produzida (t)	Área Plantada (hectares)	Valor da Produção (mil reais)
Fava (em grãos)	2	25	6
Sorgo	240	120	144
Feijão (em grão)	84	730	236
Mandioca	240	20	88
Milho (em grão)	1.380	8.000	828

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2012.

Nota: Organizada pela autora

Diante dos cultivos citados no quadro acima, o milho é o principal, possui valor da produção de 828 mil reais e com 8.000 hectares da área plantada, mesmo sendo uma cultura temporária é de fundamental importância para o município, este sendo o que dá suporte na alimentação do gado em tempos de seca. Para acrescentar, o feijão é ocupante do segundo lugar com uma produção rentável de 236 mil reais, com 730 hectares de área plantada e uma produção de 84 toneladas, quantidade inferior a produção da mandioca e o sorgo que tem a mesma produção de 240 toneladas, porém suas áreas de plantio são bem menores entre 20 a 120 hectares.

Sabendo que as culturas acima discutidas têm produção para o consumo da família com valor comercial igual para indústria local, as micro-indústrias e comercialização na feira do município e da redondeza fazem parte da cadeia agroalimentar do território, objetivando a agricultura, especialmente, para o autoconsumo e o abastecimento de mercados locais.

Neste cenário, a atividade agrícola do município apresenta-se de maneira inexpressiva devido à ocupação e uso do solo que, de acordo com as características ambientais, são desfavoráveis para exercer uma agricultura de ponta para atender a uma demanda socioeconômica majoritária. Desta maneira, levando-se em consideração o domínio pelas

áreas de pastagens está agregada a atividade Pecuária de Animais de Grande Porte, Médio Porte e Pequeno Porte.

Durante 165 anos, as pastagens dividiram espaço com culturas temporárias em sistema de sequeiro, em geral de graníferas. A criação de animais de grande porte dominante na região nessas áreas de pastagens de relevo, movimentado pelo pisoteio, passou a ser de amplo domínio das atividades de criação de animais de grande porte (bovino) com a finalidade leiteira.

A pecuária é a principal representatividade econômica local, mas é a avicultura que tem a maior produção com 183.200 de produção do rebanho, comercializados tanto no município como em cidades circunvizinhas. O bovino representa o segundo maior rebanho responsável pelo maior número de 46.850 efetivos, tais rebanhos são importantes atividades na receita municipal. Como podemos observar abaixo na Tabela 05:

Tabela 5: Rebanho de Nossa Senhora da Gloria /SE- 2012

Rebanho	Efetivo
Asininos	400
Bovinos	46.850
Caprinos	6.420
Equinos	1.680
Galinhas	28.600
Galos, frangas, frangos e pintos.	183.200
Muare	170
Ovinos	6.740
Suínos	8.150

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal, 2012.

Nota: Organizada pela autora

Caracterizando as condições de produtor de acordo com as variáveis que são os produtores que tem sua autonomia sem torna-se assalariado, assim, os estabelecimentos rurais são caracterizados por pequenas unidades produtivas (em média quatro hectares por unidade familiar).

É fato que o município possui 1.556 estabelecimentos rurais ocupando uma área do seu território com 51.201 milhões de hectares. Essa estrutura agrária é formada, predominantemente, por pequenos e médios estabelecimentos, pois cerca de 80% dos

estabelecimentos rurais possuem áreas com mais de 50 hectares. Assim, verificado na tabela 6 a seguir:

Tabela 6: Estabelecimentos Rurais de Nossa Senhora da Glória/SE – 2006

Condição do produtor	Nº (Número)	Ha (hectares)
Proprietário	2.357	47.760
Arrendatário	07	104
Assentado	53	828
Ocupante	335	2.509
Totais	2.752	51.201

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal, 2006.

Nota: Organizada pela autora

Torna-se imprescindível destacar que as pequenas propriedades rurais, deste modo, exercem importante papel social de geração de emprego e renda no campo, pois representam uma fonte adicional de renda, caracterizada como uma atividade potencial para obtenção de alimentos e para suprir algumas das necessidades da família.

A agricultura familiar tem o papel importante no contexto socioeconômico brasileiro promovendo uma melhor oferta de alimentos e reduzindo o fluxo migratório para as cidades, já que um maior contingente de mão-de-obra permanece ocupado no campo, segundo Schneider (2003). O agricultor familiar continua a se reproduzir nas sociedades atuais, preservando sua originalidade e adaptando-se ao movimento do capital e as mais variadas situações que lhe são impostas pelo ambiente em que são inseridos. As transformações capitalistas no campo promovem a modernização da agricultura e o produtor familiar passa a produzir para assegurar tanto a subsistência da sua família como também para atender às necessidades de consumo do mercado.

Para tanto, Nossa Senhora da Glória vem ganhando destaque de acordo com o desenvolvimento local, havendo mudanças no uso da terra que foi subentendida como estratégias econômica e cultural, na necessidade do agricultor permanecer na sua localidade.

A estrutura dos estabelecimentos rurais dos municípios, no ano de 2006, contava com 2.824 hectares, com ênfase dos pequenos estabelecimentos rurais, a área de pastagens era predominantemente, direcionada para a criação de bovinos, com 17.207 dos hectares. Já as

áreas ocupadas com culturas temporárias eram caracterizadas 8.948 hectares, destinadas à lavoura, conforme verifica-se na Tabela 7:

Tabela 7: Condição Legal do Produtor - Estabelecimentos Rurais de Nossa Senhora da Glória/SE - 2006

Nº de estabelecimentos	2.824
Área dos estabelecimentos (ha)	51.066
Utilização das terras (ha):	
- lavoura	8.948
- pastagens	17.207
- matas e florestas	2,024
- produtivas não utilizadas	23

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal, 2006.

Nota: Organizada pela autora

O município vem retomando a valorização do espaço rural levando em consideração, em contrapartida, o retorno e inserção destes atores sociais com uma nova expectativa de qualidade de vida, deixando de ser empregado para ser produtor independente devido ao crescimento econômico do município de Nossa Senhora da Glória, retornando para seus estabelecimentos agropecuários e investindo e adotando o crédito para estruturar a produção. Para alguns, há concentração fundiária em decorrência da acumulação de grandes extensões de terra entre um número reduzido de grandes propriedades. Isto é, existe um significativo número de propriedades com tamanho bem reduzido, que juntas ocupam pequena porcentagem das terras agricultáveis. Enquanto isso, poucas grandes propriedades tomam área maior do que a ocupada por todos os minifúndios juntos, que se apresentam em maior número.

Verifica-se que no município, mesmo com o menor número de habitantes morando na zona rural, as atividades agrícolas absorvem um número superior a 50% dos residentes nos estabelecimentos agropecuários. Nessa vertente, pondera-se que o município apresenta um fator a ser notado, o da imigração em busca de novas oportunidades. Neste âmbito, ocorre no município de Nossa Senhora da Glória um retorno de antigos produtores de leite ao espaço rural devido às novas oportunidades de trabalho, no presente momento, a permanência do

homem no campo está sendo valorizada devido ao grande desenvolvimento econômico para o mercado local.

Diante do cenário atual, é indispensável compreender a evolução histórica da estruturação das atividades econômicas local, que ocorre no século XX em diferentes momentos, primitivamente, o algodão possuía grande representatividade econômica, o que reforçava sua produção, dando ênfase a consórcio de cultivos garantindo a segurança alimentar, dando prioridade a culturas tradicionais como o milho, feijão e mandioca. A produção de leite expande-se, neste contexto, com o declínio da produção algodoeira devido ao ataque de praga do bicudo (CARVALHO FILHO et al., 2000).

No tocante à economia, desde a sua formação, o município destaca-se pelas atividades agropecuárias com certa diversificação para cada região, sendo a mais importante à pecuária com destaque nas atividades de bovinocultura, que tem sua maior parte destinada a produção leiteira e a sua minoria para o abate. A produtividade do município fica em torno de 720 litros de leite anuais por cabeça, que equivale a uma produção anual de aproximadamente de 24.120.000 litros. O setor comercial redistribui produtos industrializados tanto em atacado como a varejo. A feira ainda é a grande impulsionadora do desenvolvimento deste município, além das unidades produtoras e beneficiadoras do leite.

Neste sentido, com a atividade leiteira em evidência, ocorreram alguns progressos para alavancar a economia como a iniciativa da criação dos suínos para o reaproveitamento do soro, sendo a segunda alternativa de renda, a pavimentação da rodovia SE-206 Glória /Aracaju, facilitando o acesso e mobilidade no escoamento do leite e derivados e a injeção da tecnologia para acompanhar a globalização.

Logo, o desenvolvimento da localidade abrange todos os setores da economia, o primário destaca-se com a agricultura e, principalmente, a pecuária; o setor secundário é promovido com a instalação de indústrias de vários segmentos como de sacolas plásticas, móveis de metal e de madeira, colchões, estofados, artefatos de cimento, vassouras, duas grandes fábricas de laticínios e dezenas de fábricas de queijo artesanal. Já o setor terciário é presente com a atuação de prestação de serviços e estabelecimentos comerciais bem diversificados, tornando o município uma sede central no Alto Sertão com grande importância regional e local.

1.3. A Expansão da Pecuária Leiteira em Nossa Senhora da Glória: Perspectivas e Desafios

O desenvolvimento da pecuária leiteira, de acordo com Menezes (2009), avança e estimula novas atividades, ocasionadas a partir da oferta do leite presente na região, cuja matéria prima é transformada em derivados nas pequenas unidades de produção e nas indústrias de laticínio.

A afirmativa anterior vai ao encontro do posicionamento de Wanderley (2001, p. 38) que afirma “a agricultura ainda é, e será por muito tempo, a principal atividade, a fonte principal de ocupação e renda, a base para a criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização”. Nesse contexto, a pecuária leiteira se apresenta como uma estratégia para a sustentabilidade do agricultor familiar, criando uma nova forma de renda semanal, com a comercialização do leite e queijo, atividades econômicas predominantes no Sertão sergipano.

Em Sergipe, a atividade leiteira tem seu processo de deslocamento ocorrendo de maneira semelhante em todo o Nordeste, de acordo com Cerdan (2003); Sautier (2000); Rocha (2004). As bacias leiteiras, até 1950, concentravam-se em torno da capital deslocando-se para o centro nos anos 1960, estendendo-se até a região do semiárido caracterizada pela presença da agricultura familiar que basicamente produzia o leite para o autoconsumo. Como afirma-se a seguir:

A partir da década de 1970, a pecuária em Sergipe, localizada principalmente no Agreste e Sertão tem seu crescimento acelerado em relação a outros estados nordestinos. Esse crescimento é uma consequência de alguns fatores favoráveis como melhores estradas, clima propício às pastagens, menor incidência de doenças no rebanho bovino e uma política de crédito agrícola voltada principalmente para a região semiárida, assim como também ocorre a introdução de inovação tecnológica, do capim pangola e a palma forrageira em maior escala (MENEZES, 2009, pg 61-62).

Ainda de acordo com Menezes (2009), em 1973, o semiárido sergipano foi se modificando progressivamente em que a policultura foi substituída pela pecuária leiteira mista, com tendência a intensificação e especialização, visto que os grandes estabelecimentos transformaram-se em inúmeras unidades produtoras de leiteira de médio e pequeno porte. Em meio ao avanço dos setores terciário e secundário, observou-se o declínio do poder do setor primário e, no tocante ao agricultor familiar, ocorreu a derrocada do cultivo do algodão, devido à praga do bicudo - *Anthono-musgandis* – com reflexos na perda de um produto com valor comercial, conforme Sônia (2009, p.63).

Nesse contexto, verificou-se o crescimento da pecuária nos estabelecimentos pertencentes aos agricultores familiares do Sertão Sergipano, alicerçados pelo leite, produto com inserção no mercado.

A secretaria de Agricultura do Estado-SUDAP, em 1975, criou o PRONASA com o intuito de fornecer incentivos técnicos aos agricultores e pecuaristas para o aumento da produção. Em 1980, foi criado o Programa de Inseminação Artificial, no sentido da melhoria do rebanho bovino uma estratégia para a sustentabilidade para o agricultor familiar, criando uma nova forma de renda semanal, com a comercialização do leite. Foram realizados outros investimentos através do estado como em forragens em recursos hídricos da infraestrutura das propriedades, como afirma (CERDAN, 2003; MENEZES, 1999).

No período de 1983 a 1993, após ter perpassado pela seca com reflexos de grandes impactos ambientais e sócioeconômicos, houve grandes avanços para o fortalecimento da atividade leiteira em que a agricultura deixa de ser prioridade destacando-se algumas conjunturas ocorridas neste processo de emergência da bacia leiteira, tais como: a produção voltada, essencialmente, para o consumo, baseada na articulação minifúndio/latifúndio até a emergência da bacia leiteira; a iniciativa de agricultores proprietários de pequenos estabelecimentos produtores de leite e dos proprietários de fabriquetas, com a alternativa na criação de suínos com o aproveitamento do soro; a pavimentação da rodovia Aracaju/Glória, facilitando o acesso a mercados regionais; aprimoramento tecnológico procedentes da assistência técnica e da iniciativa de produtores mais capitalizados e o surgimento de indústrias de laticínios. (CARVALHO FILHO *et al.*, 2000).

Nesta direção, o leite produzido em Nossa Senhora da Glória no ano de 1995, segundo Cerdan e Miternique (1996), tinha distribuição equilibrada em que 10% para o autoconsumo, 9% vendido *in natura* no mercado local, 16% para produção caseira artesanal do queijo, 25% vendidos para indústria e 41% negociados com as beneficiadoras informais denominadas de fabriquetas. Na aplicação dos questionários com os produtores de leite 10% permanece para autoconsumo, 40% para produção caseira e 50% destes responderam que vendem sua produção diária diretamente para a fabriqueta alegando estas que vão pegar no estabelecimento. Outro fator é a garantia de pagamento que é feito semanalmente, além de combinarem a devolução do soro para o produtor para ser utilizado na alimentação do gado e de suínos, caso contrário o efluente é lançado indevidamente no meio ambiente. Como podemos observar esta coleta na figura 08 abaixo:



Figura 08: Coleta de leite feita pela fabriqueta no povoado Piabas.

Fonte: Trabalho de Campo, novembro, 2014.

Segundo Menezes (2009), o crescimento produtivo do leite passa a liderar na região ultrapassando os limites geográficos, o aumento do número de vacas ordenhadas é reflexo do avanço na produtividade dos animais pelo melhoramento genético, que deu-se, inicialmente, com a inserção de matrizes holandesas oriundas do município de Batalha (Alagoas) em Nossa Senhora da Glória, como afirma Menezes (2009, p.69). Posteriormente, as suas crias são repassadas pelos agricultores com sua rede de sociabilidade, havendo uma mestiçagem com os animais zebuínos e Giri, resultando na raça Girolando, raça mais utilizada para produção de leite no município. A ideia da melhoria genética foi dada de acordo com a situação climática no cruzamento da raça Giri, que suporta altas temperaturas, como a Holandesa possui boa qualidade na produção de leite, resultando no Girolando agregando resistência e qualidade na produtividade leiteira. Assim como observa-se na figura 09 abaixo:



Figura 09: Rebanho diversificado por melhoria genética no povoado Tanque da Pedra.
Fonte:Trabalho de Campo, Fevereiro, 2015.

Nesse sentido, segundo os produtores entrevistados, o ciclo de produção de uma vaca leiteira depende de uma boa organização de produção. Pois, naturalmente a vaca tem um ciclo produtivo de 9 meses, em 9 meses com produção de leite, de 6 a 7 meses aproveitando a redução de leite com quantidade insatisfatória para comercializar, a produção é interrompida por gestação provocada através de inseminação artificial, sendo esta uma estratégia de melhoria de genética ou pelo cruzamento com gado reprodutor, este que em alguns casos não faz parte de rebanho e utilizam-se do empréstimo do gado de vizinhos ou parentes para reprodução. Com esta intensidade no ciclo de produção, desrespeitando o tempo de restabelecimento do animal, provoca a diminuição do tempo de vida do animal que, normalmente, seria de 15 anos reduzindo para no máximo 8 anos devido a sua debilitação física, ficando, assim, fragilizada para reprodução dentro do tempo normal havendo um retardamento no ciclo.

A pecuária leiteira, o sustentáculo econômico dos pequenos produtores do município de Nossa Senhora da Glória, perpassa por vários desafios, o maior deles é a seca concentrada com maior intensidade no território do Alto Sertão do Estado devido as suas características físicas e climáticas, limitando os recursos naturais. Porém, nas últimas décadas esse fenômeno vem se tornando cada vez mais intenso e acaba por afetar negativamente os agricultores dessa região. Nesse sentido, Pinto (1997) destaca que quando o fenômeno da seca aumenta, a produção diminui prejudicando, assim, a todos que dependem da chuva para conseguir realizar as suas diversas atividades no campo. Conforme apresenta o cenário na figura 10 abaixo:



Figura 10: Armazenamento da silagem no povoado Mamueiro.

Fonte: Trabalho de campo, Fevereiro 2015.

Assim, a maior bacia leiteira de Sergipe, devido à problemática da seca, está passando por uma crise, sobretudo, o modo de vida dos pequenos agricultores, uma vez que:

O impacto da seca que se faz sentir de forma diversa, segundo a condição camponesa, diminui com a introdução de técnicas de defesa da agricultura, e é diferenciada no médio e no grande produtor, que é de ordem mais econômica, com prejuízos que, na maioria das vezes, são resolvidos pelo governo, através de créditos especiais. Para o pequeno camponês fragilizado, a situação é mais difícil, porque ele depende da lavoura e do período chuvoso (PINTO, 1997, p.73).

Sobre a produção de leite, o impacto é bem perceptível, uma vez que sem o abastecimento de água para o consumo animal, o gado morre mais rápido e a produção de leite e seus derivados diminui gerando uma forte problemática econômica, já que a produção leiteira é um grande arcabouço da renda local, sendo também responsável pela renda semanal, possibilitando despesa da feira feita por muitas famílias.

Neste interim, foi relatado por alguns produtores que durante o verão são usadas algumas estratégias para sobrevivência do rebanho como a produção de silagem; o uso do soro do leite na substituição da ração; o cultivo intenso da palma, sendo a base alimentar principalmente no período de seca e a prática emergencial é da comercialização ou troca de uma vaca produtora por uma roça de palma para sustentar as demais vacas e garantir produção do leite, a presente dinâmica ocorre durante o meio da seca em que o silos estocado está

chegando ao final e o produtor é obrigado a reduzir a quantidade de vezes que alimenta gado. Como verifica-se na figura 11 a seguir:



Figura 11: Corte da palma para alimentação do gado no povoado Tanque da pedra 2015.
Fonte: Trabalho de Campo, Janeiro, 2015.

Quanto à produtividade do leite, devido ao reflexo da alimentação diária do gado, tem forte impacto com relação às condições climáticas que são relativas, 70% dos entrevistados responderam que não influencia na qualidade do leite, pois alimenta o gado o ano todo com palma, silagem e suplementos (milho, sorgo, soja e farelo) e, por isso, não há uma decadência na qualidade do leite. Como podemos observar na figura 13 abaixo:



Figura 12: Alimentação suplementada à base de cereais e palma no povoado Baixa Limpa.
Fonte: Trabalho de campo, Dezembro de 2014.

Por outro lado, os 30% restante dos entrevistados garante que durante o período de chuva o leite tem uma melhor qualidade porque o gado alimenta-se da pastagem aumentando

o volume da produção, consequentemente, é uma dinâmica de curto prazo devido ao desfavorecimento do inverno que tem pequena duração, havendo grande vantagem para o cultivo do milho destinado para produção de silagem utilizada na alimentação do gado durante o verão, sendo a principal estratégia alimentar no período de seca. Como observa-se na figura 13 a seguir:



Figura 13: Plantação de milho para preparação de silagem em Nossa Senhora da Glória
Fonte: Trabalho de campo, Agosto, 2015.

No entanto, existem outros desafios como assistência técnica disponibilizada pela Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO, que, atualmente, opera somente com três fatores: a alimentação, disponibilizando para os pequenos produtores que são cadastrados para ter o acesso ao rolão que é produto advindo do milho; a sanidade trata-se do processo de vacinação e avaliação da saúde do animal e a inspeção sanitária nas queijarias, de acordo com a padronização exigida pelo Ministério da Agricultura, ao que se resume a base da assistência técnica. Ficando por conta do produtor, a preocupação da melhoria genética no qual este realiza todo processo de inseminação até o momento do parto e de outras práticas relacionadas à saúde do animal, como também fica a deriva a relação do produtor com as boas práticas de ordenha e não recebe visitas de orientação para com o trato com o animal, devido à ineficiência da instituição na disponibilização de profissionais capacitados, sendo assim, o produtor não tem recursos suficiente para contratar assistência técnica privada para solucionar o problema.

No tocante às Políticas Públicas, o Programa do Leite (parceria entre Governo Federal e Estadual) tem duas vertentes: a compra e a distribuição para as pessoas carentes, no momento não há uma atuação efetiva, nenhum dos estabelecimentos contidos nos seis

povoados em que foi aplicado o questionário participam do PAA/ PNAE, devido a sua desativação em 2013 a produção hoje é destinada, exclusivamente, para fabriquetas ou os próprios produtos que produzem o queijo caseiro artesanal.

No levantamento das informações, verificou-se que a única política atuante é o PRONAF em que todos tiveram acesso, seja para investimento ou custeio em busca da prosperidade, tendo como ponto negativo a inadimplência. Conforme apresenta na figura 14 a seguir:

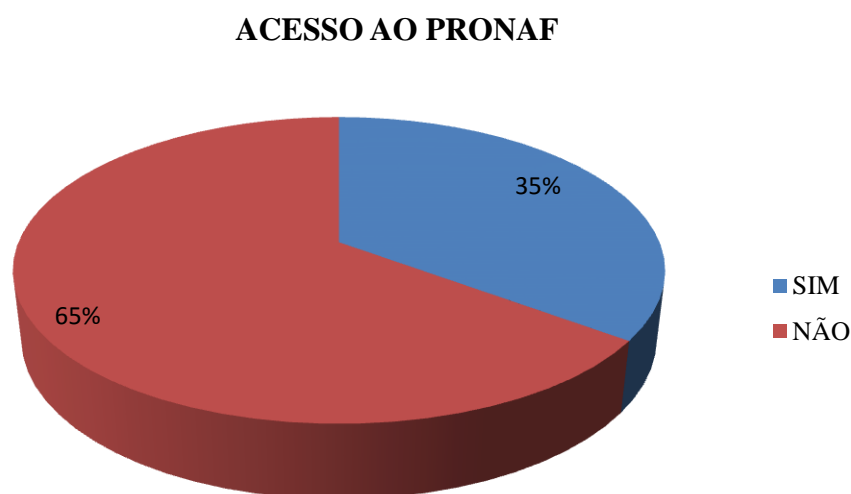


Figura 14: Produtores que possuem acesso ao PRONAF.

Fonte: Trabalho de campo, Fevereiro, 2014.

Segundo relatos em conversas informativas, durante a aplicação dos questionários, muitos disseram não quererem e nem pretenderem acesso devido ao receio de não terem como quitar a dívida, sendo representados pelos 65%. Os 35% são representados por produtores mais estruturados que têm acesso e investem em mecanização para uma coleta significativa por litro ao dia.

Segundo gerente executivo do Banco do Nordeste, responsável pela célula de Gestão da Agricultura Familiar, Mini e Pequeno Produtor Rural e Crédito Fundiário, em entrevista afirma:

“A busca pelo crédito para a mecanização da produção do leite é uma realidade, o banco quer que o produtor produza e tenha sustentabilidade, e que possa pagar normalmente o crédito concedido pelo banco aos agricultores. Falta de uma gestão organizada é um dos fatores que prejudicam o crescimento e fortalecimento da agricultura familiar. Sendo que a falta de uma assistência técnica organizada de qualidade é um dos

grandes gargalos que dificultam um crescimento mais amplo, é mais prestativo para os beneficiários da agricultura familiar” (V. A. B.).

Diante das perspectivas almejadas pelos produtores entrevistados, relataram a importância de um preço justo para venda do produto *in natura* independente da época do ano, dando possibilidade de melhoria nas instalações do estabelecimento; ampliar o criatório do gado leiteiro, suínos e caprinos; a possibilidade de armazenar por mais tempo a alimentação do gado; aumentar a área de pastagem, palma forrageira e milho. Desse modo, não ter a necessidade de vender sua produção e fabricar o próprio queijo agregando maior valorização para comercialização, garantindo melhoria de renda. No tocante aos filhos, gostariam que estes continuassem os estudos para possíveis oportunidades no futuro, mas sem abandonar a atividade desenvolvida pelos pais, dando continuidade a tradição. Assim, como será retratada, a seguir, da importância da Agricultura Familiar para as sociedades atuais e a valorização da identidade rural.

2. A AGRICULTURA FAMILIAR E OS FUNDAMENTOS INSTITUCIONAIS

O segundo capítulo versa da premissa teórica sobre a agricultura familiar com base nos estudos desenvolvidos por Abramovay (1992), Lamarche (1993), Scheider (2003; 2009), Navarro(2011); além das abordagens de Guanzioli *et al* (2001), que esclarece a importância da agricultura familiar como fundamento social no processo do desenvolvimento rural contemporâneo, sob o paradigma a modernização da agricultura. Desse pressuposto, a categoria foi selecionada para dar substrato ao estudo de caso, mesmo ciente que outros autores analisam por outra vertente que vai além da apropriação do Estado como alvo para implementação das políticas públicas. Nesta direção, em seguida, discutiremos como se caracteriza o agricultor familiar em Nossa Senhora da Glória/Se e na sequência um breve retrato da constituição do Arranjo Produtivo Local, elucidando a organização e o inserimento do agricultor familiar local.

2.1. Arcabouço Conceitual da Agricultura Familiar

A agricultura familiar perante as divergências sobre seus conceitos corresponde à unidade de produção em que o trabalho, terra e família estão relacionados. Segundo Abramovay (1992), o debate conceitual da categoria camponês estaria, historicamente, superada em consequência de suas dificuldades aplicativas na produção para determinadas realidades do mundo rural, em face a complexidade e do domínio absoluto dos mecanismos da economia de mercado em seus processos de trabalho e de produção sob a pequena produção familiar.

Neste cenário, vale ressaltar que houve mudanças significativas sobre os estudos das questões agrárias sob o contexto do desenvolvimento capitalista este, que seria o vilão tal qual provocaria o desaparecimento enquanto permanência dos pequenos produtores. Na ótica do autor, os pequenos produtores vêm superando esse dogma de dissipação, mostrando sua estratégia de sobrevivência ao aprimorar as várias formas sociais de trabalhos, amparadas nos pequenos produtores transformando-os em agricultores familiares, mesmo diante da interferência dos avanços do progresso técnico.

A modernização da agricultura ocorre como um processo de aperfeiçoamento pela adoção de técnicas modernas a que este processo não alcança todos os agricultores provocando desigualdades na reprodução. Os estabelecimentos agrícolas podem possuir graus bem distintos de modernização, onde ocorre o binômio latifúndio-minifúndio, conforme afirma José Alexandre Felizola Diniz (1986), mas ao que se refere à transformação da

agricultura sob o modo de produção capitalista, Abromovay (2008), afirma que não significaria a superioridade da agricultura patronal ou da propriedade capitalista, mas sim o fortalecimento da agricultura familiar.

O termo agricultura familiar é oriundo dos Estados Unidos da América – EUA, e suas políticas governamentais foram construídas a partir dos anos de 1940 em razão do desenvolvimento agrário no país. Segundo Navarro (2011), o intuito foi meramente de segmentar os produtores a partir de indicadores da realidade rural e refletindo a premissa de ser a agricultura uma atividade econômica e de interferir no esvaziamento populacional das regiões rurais, provocado pela aceleração das migrações para áreas urbanas devido à exploração da industrialização.

Ainda de acordo com o autor, as políticas governamentais aplicadas neste contexto emergem como padrão que inspira a modernização da agricultura, tendência observada na direção do desenvolvimento agrário norte-americano e passa também a ser observada no caso brasileiro. No tocante à agricultura familiar e sua institucionalização, diversos aspectos que precisam ser destacados sob três grandes diferenças categóricas quando comparados ao desenvolvimento agrário norte-americano e o brasileiro. A primeira diferença versa a respeito sobre a distribuição da propriedade sendo este um fator estrutural, processo, formalmente, iniciado com a distribuição de terras públicas através da Lei de Terras; a segunda diferença a ser ressaltada diz respeito à natureza completamente diversa das instituições do mundo rural nos Estados Unidos, a igreja, principalmente as de denominação protestante tal qual sempre exerceram um papel ativo de pressão sobre os organismos governamentais, forçando-os a programar políticas de apoio às comunidades rurais, aplicando os serviços diversos que garantissem a manutenção daquelas comunidades e diminuíssem os processos migratórios que foram esvaziando o campo.

Enfim o terceiro é decisivo, pois indicam situações históricas diferenciadas entre os dois países e diz respeito à formação de uma comunidade de cientistas sociais interessados no mundo rural, além de apresentar a relação do resultado de seu trabalho com as políticas governamentais. Por este motivo, a manutenção da pequena propriedade, ou seja, a agricultura familiar, já no nascedouro dessa nova ciência tópica, seria um dos temas principais sendo a razão pela qual a tipificação dos familiares e os estudos sobre esse grande grupo fizeram parte da própria gênese das ciências sociais dedicadas aos processos sociais rurais nos Estados Unidos.

De acordo com Abramovay (1992), a forte influência que a agricultura familiar teve nas economias norte-americanas, europeia e japonesa, a organização do espaço agrário estas

se basearam no acesso a terra que no caso do oeste americano. Os EUA promoveram a abertura das fronteiras aos farmers do acesso a terra até a reforma agrária compulsória na Coréia e em Taiwan. O dinamismo da agricultura, nessas sociedades, garantiu uma estrutura mais organizada e equilibrada do espaço social rural.

A estruturação do espaço agrário nos EUA foi baseada no modelo dinamarquês. As unidades familiares de produção eram abertas as incorporações de inovações tecnológicas, com o objetivo de baixar o preço dos alimentos e liberar recursos para aquisição de produtos industriais, visto que havia um grande número de consumidores no campo. Dessa forma, criaram-se nesses países unidades de pequeno porte com elevada produção e produtividade (ABRAMOVAY, 1992). No Brasil, Mendes (2005) salienta que:

A situação é inversa. Tanto a política de colonização de fronteiras e a atual política da atual política de assentamento não foram capazes de promover mudanças significativas na estrutura brasileira. A produção familiar foi significativamente marcada pelas origens coloniais das economias e da sociedade brasileira, assenta na grande propriedades, nas monoculturas de exportação e no trabalho cativo (MENDES, 2005,p.35).

Nesse pensamento, Abramovay (1992) afirma que o Brasil é marcado por grandes avanços tecnológicos. De um lado, as explorações modernas superam-se na produções das supersafras e na tecnificação acelerada dos setores integrados ao Complexo Agroindustrial (CAIs). Por outro Ângulo, destacam-se a extrema pobreza da população rural, o atraso econômico, social e política nas regiões onde predomina o latifúndio, o coronelismo e a lei dos mais fortes.

A agricultura familiar, de acordo com Schneider (2006), é categoria emergente devido às mobilizações patrocinadas pelo movimento sindical, assim, como também na formação de políticas públicas com o seu reconhecimento existente, mas com outras categorias. Diante da heterogeneidade e diversidade somente encarada como um obstáculo ao desenvolvimento rural, sendo imposto pelas diferenças e dos diversificados mecanismos através dos quais os agricultores conseguem viabilizar sua condição de vida e criar espaço para garantir a sua reprodução material, social, política e identitária.

Portanto, o propósito de muitas terminologias foi empregado, historicamente, para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. A substituição de termos obedece, em parte, à própria evolução do

contexto social e às transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado também de novas percepções sobre o mesmo sujeito social.

A expressão “agricultura familiar” engloba diversas denominações construídas ao longo dos anos e de acordo com a necessidade construída, com o propósito de acompanhar suas modificações no cenário econômico e social. Assim, Wanderley (2001, p. 21) afirma que “a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. No entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil, assume ares de novidade e renovação”.

A agricultura familiar constitui uma categoria que vem sendo trabalhada por pesquisadores ligados a variadas áreas do conhecimento. Tal situação demonstra as diferentes concepções que envolvem seu conceito, os desafios e as perspectivas pertinentes. Em estudo realizado por Buainain (2003), Schneider (2006), os autores dispõem que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –PRONAF, conceitua agricultura familiar como o modelo de agricultura no qual os processos de gestão e trabalho estão ligados, sendo o proprietário (no caso a família) o responsável pelo processo produtivo, porém podendo ter o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado.

Para uma melhor compreensão do real significado e sentido da agricultura familiar, iremos reportar ao seu surgimento no Brasil, que ocorreu em meados da década de 1990, quando o cenário político social estava passando por diversas modificações, pois a mesma era conhecida como uma atividade em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietário dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. De acordo com Lamarche (1993, p.23), “a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade”.

Para Schneider (2003), o termo familiar destacou-se no Brasil na década de 1990 amparado pelos movimentos sociais no campo, através do sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), sendo proveniente de manifestações políticas, propondo-se proteção social, política e econômica dos produtores familiares. Sendo assim, diante da ação dos movimentos sociais, o governo brasileiro vem implantando uma gama de políticas públicas, com o intuito de viabilizar a locação de critério agrícola e apoio institucional a estes produtores, demonstrando a necessidade de políticas agrícolas que garantam um maior compromisso do Estado com essa categoria, de forma a apoiá-los diante das dificuldades que lhes são impostas.

Diante dessa situação, a categoria concretiza-se em políticas públicas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criado através do Decreto Presidencial nº 1946, de 28 de junho de 1996, tendo por finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo lhes propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda. Desde sua criação, o programa foi dividido em diversas categorias, dependendo do público-alvo a ser atingido: PRONAF A, A/C, B, C, D, E contando também com uma linha especial de crédito para custeio e para investimento (PRONAF Semiárido, Mulher, Jovem, Agroecologia, ECO, Custeio e Comercialização), que foram fortalecidos ao longo do tempo, através de legislação específica.

Neste ínterim, também foi criado o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), para o fortalecimento e apoio a categoria destinando e implementando novas políticas e meios que proporcione o avanço para garantir sua permanência no mundo rural, além do revigoramento da Reforma Agrária. A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária acatou, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados, mas está fundamentada também em formulações conceituais desenvolvidas pela comunidade acadêmica nacional.

De acordo com a afirmação que os movimentos sociais no campo constituem-se em um processo decisivo de unificação em defesa dos agricultores familiares, assim:

Formou-se, portanto uma nova categoria política que passou a carregar o conjunto dos pequenos proprietários rurais, os assentados, os arrendatários e os agricultores integrados as indústrias, entre outros. Através da noção de agricultura familiar, esse agricultores passam a constituir uma nova identidade política e a orientar de maneiras distintas, lutas sociais do movimento sindical rural, tal como expresso nos documentos mais recentes dessas entidades (SCHEIDER, 2003, p. 31).

Observa-se que a atividade inserida no contexto familiar, na qual todo processo de produção é conduzido pelas mesmas pessoas, num cenário de atividades específicas e particulares, a realidade dessa prática de produção considerada informal, no cenário econômico, era visualizada como um modo de vida e converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho (SCHNEIDER, 2009).

Diante do exposto, nota-se uma necessidade em frisar e compreender o real significado da agricultura familiar, a qual conta com várias denominações, no entanto, o fundamental é entender sua importância, principalmente, no contexto social e econômico. De

acordo com Veiga (2005), este tipo de prática agrícola fomenta a economia, no entanto, é reduzida à margem da exploração e desvalorização do trabalho familiar em que perdura o conjunto de poucos em busca da sobrevivência. Já Guazirolí et al (1998) frisam que no contexto atual da agricultura, encontra-se um grande reservatório de empregos e subempregos. E nos países como o Brasil com uma grande expansão de terras produtivas, a chance de superar a pobreza, o desemprego, a fome e a exclusão social, a despeito das ações políticas, a expansão da agricultura familiar moderna é uma propulsora para diminuir a disparidade da desigualdade social.

Todavia, mesmo havendo consenso entre vários autores sobre a importância da agricultura familiar, as visões em relação ao modelo que essa agricultura familiar deveria adotar divergem em certos aspectos. Assim, Abramovay diferencia a agricultura familiar no interior das sociedades capitalistas mais desenvolvidas como uma forma completamente diferente do campesinato clássico. Enquanto os camponeses podiam ser entendidos como “sociedades parciais com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto a mercados imperfeitos”, representando um modo de vida caracterizado pela personalização dos vínculos sociais e pela ausência de uma contabilidade nas operações produtivas. Já a agricultura familiar, segundo o mesmo autor, “[...] é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais [...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho” (ABRAMOVAY, 1992, p.22-127).

Para Lamarche (1998, p. 62), a existência do agricultor familiar está condicionada a fatores como o “apego a valores tradicionais, o projeto que ele tem para si e para a família e as limitações ligadas ao ambiente imediato”. As dependências tecnológicas, financeira e de mercado influenciam na sua relação com a economia de mercado e revelam o grau de autonomia ou dependência da organização da produção agrícola. Já Friedland (2002) apud Veiga (2006), afirma que definir agricultura hoje apresenta o mesmo teor de dificuldade quanto definir rural, visto que a determinação do fenômeno rural é dependente da atividade produtiva. Entretanto, pelo fato da agricultura está se tornando cada vez mais industrial, o rural torna-se apenas um resquício que abriga o restante de agricultura ainda persistente. Chegaria então um momento em que o rural deixaria de se fazer presente.

De acordo com alguns diagnósticos da situação pelos agricultores familiares, fica claro que a categoria enfrenta uma série de dificuldades. E o mais agravante é o fato disso não acontecer de forma isolada, estando presente em todas as regiões brasileiras. As demandas de maior frequência incluem a disponibilidade de capital de giro e recursos para investimentos.

Ademais, ficam registrados os custos elevados com equipamentos e instalações para auxiliar na produção; fato que revela a presença mais constante de sistemas produtivos modernos com uso intensivo de insumos adquiridos no mercado pela agricultura familiar.

Por outro lado, Buainain (2003) também relata que a agricultura familiar apresenta potencialidades, advém da própria natureza da produção familiar, como por exemplo, a diversificação da produção que constitui uma estratégia de redução de riscos e incertezas. Outro caso de “trunfo” utilizado pela agricultura familiar diz respeito ao baixo nível de capital e de uso de insumos industriais, possibilitando a redução da dependência de insumos e serviços de difícil acesso aos agricultores nos mercados locais.

A agricultura familiar tem um papel importante no contexto socioeconômico brasileiro, promovendo uma melhor oferta de alimento e reduzindo o fluxo migratório para as cidades, já que o maior contingente de mão-de-obra permanece ocupado no campo. O agricultor familiar continua a se reproduzir nas sociedades atuais, preservando sua identidade e adaptando-se ao movimento do capital e as mais variadas situações que são impostas pelo ambiente em que lhes são inseridas. As transformações capitalistas no campo promovem a modernização e o produtor familiar passa a produzir para assegurar tanto a subsistência da sua família como também para atender às necessidades de consumo do mercado.

Dessa forma, a agricultura familiar participa da sociedade global através de uma relativa autonomia das unidades de produção, pois os mecanismos que regem o funcionamento destes estabelecimentos estão pautados tanto na economia local, quanto nos costumes do agricultor familiar. Contudo, apesar da sua relativa economia, a agricultura familiar encontra-se subordinada às decisões econômicas e políticas tomadas em escala global, visto que as unidades de exploração familiares objetivaram maximizar os resultados em relação aos recursos da unidade de produção.

2.2. A Caracterização Agricultor Familiar em Nossa Senhora da Glória/Se

A agricultura familiar é conceituada como um sistema de produção agrícola que permeia as atividades econômicas e agrárias desde o começo da colonização no Brasil, no início do século XVI. No procedimento da instalação das fazendas no litoral nordestino, a agricultura começou a despontar como um meio eficaz de subsistência das famílias, bem como um arranjo produtivo de suplementação alimentar, quando não, a única forma de alimentação para aquela população.

A realidade da produtividade visualizado no sistema da agricultura familiar é marcante porque essa forma de desenvolvimento primário de trabalho perdura há muitos anos e no contexto de mundo globalizado, essa prática é criticada por não ter condições de acompanhar os avanços tecnológicos propícios para a agricultura, juntamente, com o cenário econômico, já que esta forma de sobrevivência, principalmente nas regiões norte e nordeste, mantém o sustento de várias famílias.

Neste sentido, o agricultor familiar não considera a terra somente uma representação econômica, mas um patrimônio. Para Lamache (1998), o estilo de funcionamento dos estabelecimentos rurais dar-se a partir dos laços familiares, considerando o papel da família na organização da produção, da gestão aos investimentos, sendo constituída pela terra, trabalho e reprodução familiar, conseqüentemente, envolvidos pelos fatores de dependência e autonomia facultados pelas dependências tecnológica, financeira e mercado, estes elementos são fundamentais na sua emancipação.

A composição do espaço rural do município de Nossa Senhora da Glória esta contido na importância que o agricultor familiar determinou como opção de vida e continuidade da tradição, preservando a identidade. A terra adquirida fraccionada em pequenas propriedades é caracterizada, historicamente, pela forte fragmentação de terras, resultante da quarteação conquistada pelo vaqueiro, transformando-o em criador e dando origem a uma estrutura de pequenos pecuaristas. A distribuição deste espaço atinge 90% de ocupação de pequenas propriedades, 8% para médias propriedades e as grandes somente com 2%, predominando o trabalho familiar em que a gestão e investimentos da unidade produtiva são feitos, respectivamente, pelos membros de laços de sangue que nela reside (OLIVEIRA,2007).

As propriedades no município, segundo Carvalho Filho et. al. (2000), destacam-se em dois grupos de pequenos produtores: os pequenos agricultores proprietários de terras com a média de 25 tarefas, cuja principal atividade é a roça, possuem poucos animais, somente para consumo da família com faixa etária acima de 55 anos, possivelmente, aposentado e descapitalizado, porém possuem mais terras e menos animais; os produtores de leite possuem características diferenciadas e detêm de terras e animais e a produção do leite tem grande importância na composição da renda familiar, caracterizada por produtores mais jovens com áreas de 8 a 45 tarefas e com uma quantidade de vacas leiteiras que variam de 5 a 16 no mínimo, e parte de alguns produtores a sua renda é variável, os poucos capitalizados dispõem da venda de mão-de-obra; os mais capitalizados de práticas não agrícolas aderem às inovações tecnológicas suas rendas provêm da produção do leite e de práticas não agrícolas.

No entanto, mesmo com a mão-de-obra sendo uma estratégia de suplemento de renda, esta é raramente contratada, ocorre esporadicamente na necessidade da preparação do solo para plantio, colheita e limpeza do terreno, por ser um trabalho informal tem seu pagamento através de diárias. Segundo Cerdan et al. (1996), foi observado que com 1/3 dos pequenos produtores apenas 63% produziam leite, 56% auferiam renda através da sua comercialização, e 50% completavam a renda com cultivo de produtos agrícolas e não agrícolas.

Nesta direção, ressaltamos que a principal fonte de renda dos pequenos agricultores no município é obtida através da produção da propriedade, sobretudo, na venda da mão-de-obra, que no caso é cobrado por meio de diária, o trabalho assalariado é com pagamento mensal e são auxiliados por outros meios de complementação de renda, como programas do governo, dispondo o acesso aos benefícios da aposentadoria, pensões e da bolsa família.

No que se refere ao pequeno estabelecimento rural, de acordo com Menezes (2009), ocupado, anteriormente, com a lavoura de milho, feijão, mandioca e algodão, consorciados, transformou-se devido à inclusão das pastagens destinadas para a criação do gado leiteiro. A alteração do cultivo agrícola pela pastagem possibilitou a permanência familiar como estratégia de reprodução social, conseqüentemente, sendo mais rentável e seguro para a pecuária.

Nessa mesma linha, segundo Wanderley (2001), os agricultores caracterizados pela sua concepção sobre a terra como um lugar de vida e do trabalho, com o seu saber criaram estratégias conduzidas pela sua identidade sociocultural, gerando a reprodução que contribuiu para expansão da atividade pecuarista e certifica a tradição sertaneja da criação de gado, destacada pela produção leiteira, sobretudo, na área de estudo.

Como frisa Oliveira (2007), a pecuária de leite, o repassador majoritário da economia local, mesmo em convivência com as dificuldades da seca para sobrevivência, muitos agricultores familiares utilizam-se de alternativas para permanência, a mais comum são as culturas agrícolas e criação de suínos, de forma consorciada, arrendamento de áreas para plantio de palma e milho, garantindo a alimentação do gado. A comercialização dos animais é realizada nas feiras semanais, no intuito de sobreviver aos prejuízos decorrentes da estiagem, assim coloca Menezes que:

Com as frequentes secas e a conseqüente perda da lavoura, foram também induzidas as referidas mudanças no uso da terra, uma vez que, antes de ocorrer a perda total dos animais, precede-se à comercialização do rebanho ou de parte deixando, nesse caso, o que os agricultores denominam também de “sementes”. Para o agricultor familiar consiste em uma tradição não

comercializar um casal de animais (sementes) com o objetivo de retomar a criação de gado no período pós-secas (MENEZES, 2009, pg.65).

No tocante a outros tipos de criação nas unidades produtivas do leite, de acordo com o resultado de campo, constatou-se que depois da pecuária leiteira, a suinocultura é a atividade mais importante e o município é considerado o maior criatório do Estado. A criação está ligada aos beneficiamentos econômicos dos pequenos produtores de leite, em que alguns destes são produtores de queijo caseiro, no aproveitamento do soro lactéio para alimentação destes animais, havendo um acordo entre as queijarias e os produtores na devolução do soro. Na sequência, a avicultura de capoeira e o ovo produzido possuem pouca representação financeira e são encontrados em todos os estabelecimentos, a sua comercialização detém de um custo mais elevado e valorizado em relação ao procedimento de criação diferenciado dos frangos de granja, que atendem ao mercado de modo emergencial. Os cavalos e muares é muito utilizado pelas fabriquetas como meio de transporte na coleta do leite, quando a quantidade é em menor volume e dependendo do acesso devido a terrenos muito acidentados, como é o caso do povoado Fortaleza, a coleta é feita por motocicleta. Diante das informações acima pode ser observado a figura 15 a seguir:



Figura 15: Produção caseira de queijo; b- Reaproveitamento do soro.
Fonte: Trabalho de campo, Janeiro, 2015.

Convém continuar a observar que os ovinos sofreram desvalorização com a expansão da atividade leiteira e, no momento, vem retomando sua valorização. A caprinocultura, mesmo com as condições climáticas favoráveis para exploração, tem pouca expressividade

por seu sistema de produção ser extensivo, sem raça e com baixo rendimento e rentabilidade (SEAGRI,2006). Ainda, com tamanha vulnerabilidade, Nossa Senhora da Glória dispõe de uma associação de caprinocultores que estimula e coloca no mercado o leite de cabra e seus derivados, segundo afirma Oliveira (2007).

Embora a distribuição das atividades no estabelecimento esteja disposta de acordo com o gênero, o trato com o gado bovino está, restritamente, relacionado com o sexo masculino, predominando o pasto como espaço para o desenvolvimento das suas tarefas, conforme Woortmann (1995). Representa a capacidade do patriarca da família de produzir ou manter um patrimônio, os filhos do sexo masculino seguem a mesma tradição como executor e gestor no direcionamento do cumprimento das atividades no estabelecimento. A criação de pequeno porte (aves) compete ao sexo feminino e apresenta uma taxa de reprodução elevada, cuja renda semanal provém da comercialização nas feiras locais, com a venda dos animais vivos e de ovos. O espaço utilizado para a criação é o quintal, onde as aves se alimentam com o milho, pequenos animais e com sobras da alimentação humana (OLIVEIRA, (2007).

Ainda nesse cenário, foi observado, durante o trabalho de campo realizado, que não houve mudanças em relação à divisão do trabalho de acordo com o gênero, pois ainda permanecem as mesmas atividades econômicas no estabelecimento, com a mesma predominância na divisão das tarefas e sua execução. O diferencial é que as mulheres além de trabalhar no estabelecimento rural, estas também trabalham fora exercendo a pluriatividade, muitas são domésticas na sede municipal, no comércio, indústrias e foi verificado que muitas estudam e outras já têm nível superior como professora.

O espaço rural do município é observado pelo cotidiano da população sertaneja, marcado pelo esforço do trabalho na garantia de renda, proporcionando o desenvolvimento econômico relacionado com as ruralidades caracterizado na perspectiva do *continuum* dada pela relação campo/cidade.

Na concepção de Veiga (2002), o rural é, necessariamente, territorial e não setorial como costumam considerar muitos programas governamentais, as relações urbana/rural não mais corresponderiam à “antiquadra dicotomia” entre cidade e campo. Deste modo, a viabilidade econômica do espaço rural que busca superar a concepção de espaço rural como sinônimo de atraso, enfatizando o dinamismo encontrado hoje nestas áreas em países desenvolvidos e sua análise de caráter instrumental, restringe-se a uma perspectiva econômica e não problematiza os aspectos sociais envolvidos nas atuais mudanças verificadas na relação campo-cidade. Desta forma, o autor apreende, de forma naturalizada, a manipulação da

imagem do espaço rural como espaço natural, defendendo a necessidade de se tirar vantagem desta tendência, que transforma o espaço rural em objeto de consumo.

Diante de tal afirmativa, durante o trabalho de campo em visita aos povoados, foi possível observar que em alguns existe uma forte tendência emergencial das ruralidades inseridas no modo de vida da população local, favorecendo em alternativas de renda, passando a exercer atividades não agrícolas, a exemplo de estabelecimento comerciais como mercearias, bares, salão de beleza etc. A inserção da industrialização ocorre em decorrência da intensa comercialização do leite, principal sinônimo de economia dos povoados, ao exemplo do povoado Tanque da Pedra, como pode-se observar na figura 16 abaixo. O povado teve seu crescimento diante da forte concentração de produtores de leite e representatividade das fabriquetas, favorecendo acessibilidade com a implantação de infraestrutura e serviços, fatores determinantes para o deslocamento dos produtores de leite e derivados, proporcionando melhorias, alternativas de renda e gerando qualidade de vida.



Figura 16: Entrada do Povoado Tanque da Pedra.

Fonte: Trabalho de campo, Fevereiro, 2015

Para o agricultor familiar, a feira também tem importância na inserção das ruralidades, atraindo moradores, produtores e comerciantes das cidades adjacentes. A feira local é uma grande estratégia econômica, os feirantes são produtores locais e de outras cidades circunvizinhas, que vêm em busca de oportunidades, vender sua produção, criação e até mesmo os derivados do leite, como manteiga de garrafa, requeijão e manteiga sólida. Para tanto, ocorre somente aos sábados, é neste dia que a população do campo faz suas compras

para reabastecer a dispensa, adquirir alimentação do gado e aproveitar para rever os amigos, fortalecendo sua rede de sociabilidade.

Sua dinâmica possui reflexos perante a vulnerabilidade climática resultante da estiagem prolongada e, ainda assim havendo, é bem frequentada por ser a maior do sertão, sendo assim configura-se como o lugar de várias relações territoriais, materiais e simbólicas. Como podemos observar na figura 17 abaixo:



Figura 17: Feira semanal aos sábados no município de Nossa senhora da Glória.
Fonte: maissertao.com.br/

Durante visita ao município, verificou-se a existência da feira de agricultura familiar realizada toda a quarta-feira, iniciativa da prefeitura, pois dá oportunidade aos produtores locais de comercializar derivados do leite produzidos artesanalmente, produtos hortifrutigrangeiros cultivados com características de produção orgânica livre de agrotóxicos e também sendo uma oportunidade para os pequenos produtores que não estão na atividade pecuarista. Assim observa-se na figura 18 abaixo:



Figura 18: Feira da Agricultura familiar na praça da igreja matriz.

Fonte: trabalho de campo, Janeiro, 2015.

O município possui uma forte característica em relação à expansão das urbanidades, é notório que, se o governo investisse na rota do sertão, os turistas poderiam consumir diversos produtos a partir da noção da “cesta de bens”, como bem enfoca Pecqueur (2006). A ideia de uma articulação dos modos de valorização de diversos produtos em torno de um mesmo território, nesse caso, poderiam ser explorados diversos produtos das fabriquetas de queijo, os diversos produtos da feira de Nossa Senhora da Glória, os artesanatos locais. O grande atrativo na rota do sertão para o turismo é a casa do doce de Dona Nena, com grande variedade de doces feitos do próprio leite e de seus derivados, como também das frutas corespondente como a têmpora, tudo produzido artesanalmente. Conforme pode ser observado na figura 19 a seguir:



Figura 19: Casa do doce Dona Nena na Rota do Sertão.

Fonte: Trabalho de campo, Dezembro, 2014.

Queiroz Neto *et. al.* (2011) enfocam que o desafio colocado atualmente é o de buscar um modelo que valorize as inter-relações em sua totalidade entre as atividades agrícolas e não agrícolas, superando também a dicotomia rural-urbana, pensando, assim, o espaço rural com suas particularidades e multifuncionalidades.

2.3.A Constituição dos Arranjos Produtivos Locais (Apl): O Caso do Leite em Nossa Senhora da Glória

O Arranjo Produtivo Local – APL trata-se de aglomeração de empresas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantém vínculos de Articulação, Cooperação, e Aprendizagem entre si e com atores locais.

Os arranjos produtivos locais proporcionam uma aproximação do território em prol de favorecer o crescimento produtivo do leite, se os produtores tivessem acesso as políticas públicas, como os mercados institucionais, ou fossem organizados em cooperação. No alto sertão sergipano onde esta realidade é presente, como é o caso de Nossa Senhora da Glória, com seu alto indicativo de produção de leite executado pela agricultura familiar e toda a infraestrutura administrativa para atender o território, os produtores trabalham individualizados mantendo-se sozinhos.

Dentre os municípios inseridos no território do Alto Sertão, o destaque como produtor de leite é de Nossa Senhora da Glória, seguida de Porto da Folha e Poço Redondo. Diversos estudos executados pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário – SEAGRI, subsidiado pelo Projeto de Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Bovinocultura de Leite (Maio de 2007), foram elaborados, especialmente, no município de Nossa Senhora da Glória, como maior produtor de leite do Estado de Sergipe. Estes estudos apontam que a produção de leite no APL se caracteriza como uma atividade com base na agricultura familiar e na pequena propriedade. Assim, a atividade leiteira tem se tornado imprescindível para os pequenos produtores do APL, principalmente, na geração de renda para a família envolvida.

O processamento do leite no APL abrange as formas industrial, artesanal, familiar ou caseira. Nos municípios do APL, como Porto da Folha e Poço Redondo, podem-se encontrar unidades produtivas de laticínios, produção caseira e uma fábrica, a maioria dos estabelecimentos que produzem leite e derivados localizam-se na zona rural. Desse modo, partindo-se da perspectiva da cadeia produtiva do leite como demandante de matéria-prima, por meio do beneficiamento, mas, principalmente, do beneficiamento do produto in natura e

que, atualmente, por uma cadeia assimétrica, porém, ainda não se caracterizou como rede, em função do poder de alguns atores econômicos, que determinam procedimentos como o preço, o tempo da produção e o volume a ser vendido.

Por ser uma atividade de cadeia curta e articulada com políticas públicas beneficiando os produtores, sobretudo, agricultores familiares, os quais agregam aspectos importantes, tais como: a família, trabalho, a produção e aspectos culturais, a atuação do APL do leite e derivados tem por finalidade integrar os aspectos socioeconômicos e territoriais, possibilitando o aumento dos números de produtores informais e formais, avançando cada vez mais a produção e a geração de mais emprego, assim, propiciando o desenvolvimento econômico para a região.

Neste sentido, a área de estudo, segundo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio-MDIC (2006), é constituída pelo enraizamento das capacidades produtivas e expande-se pela interdependência entre crescimento econômico, gerador de externalidades positivas em seu entorno, e vantagens locacionais relevantes para a melhoria de processos e produtos das empresas. Dispõe de um elevado quantitativo de postos de trabalhos gerados em micro, pequenas e médias empresas, localizadas em evidente crescimento do capital social, oriundo da inclusão dos atores locais, sendo fonte de vantagens competitivas, apoia o desenvolvimento, contribuindo para geração de emprego e renda e para redução de desigualdades sociais e regionais.

Ainda nesta premissa, o governo do Estado, no intuito de promover o desenvolvimento sustentável, fomenta através da Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC) o Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais, com proposta de articular ações para constituir políticas de desenvolvimento dos arranjos produtivos já existentes no município. O projeto dos APLs propõe uma melhor estrutura para tornar mais dinâmica a economia local e regional, interiorizar o desenvolvimento de cada território do estado, incentivar potencialidades e constituir um ambiente favorável para interação e cooperação entre produtores e empreendedores, atração de capital, promover a inovação tecnológica e melhorar a qualidade de vida de cada localidade inserida.

O APL da Pecuária de Leite e Derivados é assistido pelo Núcleo Estadual de Arranjos Produtivos Locais de Sergipe (APL/SE), instituído em 23 de maio de 2007, com a proposta de articular as ações relacionadas ao apoio das atividades produtivas locais, cujo principal objetivo é articular as instituições que atuam em aglomerações produtivas para promover ações para desenvolvimento local. Projeto implantado em 2007 para atender ao território do Alto Sertão Sergipano, todos os municípios produzem leite e derivados, sua produção diária

tem um montante de 355.011 litros/dia, segundo IBGE (2007), ao que chamou atenção para implementação de APL.

Conforme Cassiolato, Lastres e Szafiro (2000), o APL possui sua estrutura organizativa que envolve as principais particularidades caracterizado pela sua dimensão territorial, liderada por empresários, sindicatos, associações, governo, instituições financeira, instituições de ensino, instituições de pesquisa e de apoio, sendo a diversidade das atividades para com os atores relacionados às inovações e aprendizados interativos que surgem através dos atores, dada pela governança exercida por empresários ou conjunto representativo por sindicatos e associações.

Diante das dimensões territoriais lideradas pelas governanças atuantes, convém destacar as instituições contidas no APL de Pecuária de Leite e Derivados, representantes do governo federal e do Estado, a exemplo da EMDAGRO, SEBRAE, BNB, UFS, IFS, empresas formais e informais, associações e sindicato dos trabalhadores rurais.

A atuação dessas instituições e suas particularidades acarretam na devida importância do dinamismo econômico estruturando o APL do Leite e derivados, logo, serão apresentadas as organizações e suas interações para desenvolvimento, mudança e modernização da estrutura produtiva e social da região. O estado tem forte articulação junto aos serviços prestados pela EMDAGRO, órgão da Secretaria do Estado da Agricultura e o Desenvolvimento Agrário, a sua unidade regional está sediada no município de Nossa Senhora da Glória e compreende a atender todo o território do Alto Sertão, sua atuação é direcionada para o fortalecimento da agricultura familiar e expansão do agronegócio do estado de Sergipe, atuando nas áreas de assistência técnica e extensão rural, pesquisa, defesa agropecuária e ações fundiárias, para assegurar o desenvolvimento sustentável e o bem-estar da sociedade. Está configurada para dispor de um quadro de funcionários da área agrônoma, veterinária e social, devidamente capacitados para construir com os novos modelos de desenvolvimento rural.

O assessoramento às atividades agropecuárias pela EMDAGRO é incentivado na produção de alimentos, o fortalecimento das estruturas comunitárias, disponibilizando de três importantes programas, como fortalecimento da agricultura, defesa sanitária e fortalecimento das cadeias produtivas. Durante entrevista realizada em 29/11/2014, com o CHEFE da unidade de Nossa Senhora da Glória, o Engenheiro Agrônomo Ary Osvaldo, este disponibiliza informações atualizadas perante aos serviços prestados pelo órgão, este aponta três fatores importantes que são a genética, alimentação e sanidade, ou seja, são os fatores principais atuantes. Foi enfatizado que em relação à alimentação, se deve se ter uma atenção

especial, pois se trata de uma região semiárida e também a sanidade passa por todo um processo de vacinação, além de avaliar se o animal está sadio, sendo que se resume nisto a base da assistência técnica. Porém, tal prática não é acessada por todos os produtores, muitos utilizam o manejo cultural para com o trato com o animal, de forma tradicional, passada de geração a geração, não solicitando visita do profissional, além de não possuírem cooperação entre si, no sentido de se organizarem institucionalmente.

O SEBRAE traz uma abordagem totalmente contrária da atuação de empreendimentos coletivos e não é constituído sob a forma da pessoa jurídica, trata-se de aglomerações de empresas que apresentam especialização produtiva entremeados na articulação, cooperação e interação para localidade. As diversas ações do SEBRAE são no sentido de colaborar no desenvolvimento dos APLs, por meio de planejamento, participação em eventos, representatividade, execução, acompanhamento de ações etc. O APL no terrioriado Alto Sertão, junto ao SEBRAE, iniciou em parceria do BNDES com o APL da Pecuária de Leite para instituir um Sistema Agroindustrial do Leite no Alto Sertão Sergipano e dá amparo tecnológico para o cultivo da Palma em Sergipe como estratégia de alimentação em períodos de estiagem prolongada. Eventualmente, em Nossa Senhora da Glória não há a atuação do SEBRAE, devido ao desinteresse dos atores locais de se articularem e integrar-se.

No tocante a empreseas formais e informais, o leite hoje é o grande gargalo econômico, havendo o acompanhamento, sendo que pelo diagnóstico dele foi constatado 102 queijarias na região do Alto Sertão, que possuem informalidades e precariedades na infraestrutura, sendo que mais da metade beneficia de 2 a 3 mil litros de leite/dia. Foi elaborado um modelo completo de estrutura para a construção das unidades para comercialização dos queijos, como exigência do Ministério da Agricultura, incluir toda a parte hidráulica, elétrica entre outras coisas, sendo feito um projeto completo, com a realização destas plantas básicas modulares para padronização.

No município, a produção de leite, nos últimos anos, constituiu-se na principal fonte de renda. O leite produzido tem sua maior parte vendida para as fabriquetas para a produção de queijo e para algumas indústrias de laticínios do município, uma minoria dos produtores de leite fabrica queijo, manteiga, requeijão, mussarela, artesanalmente, vendidos na feira livre ou para alguns atravessadores, que revendem os produtos em Aracaju ou até mesmo em outros estados. A cidade possui uma capacidade de industrialização devido a sua localização possuir dois grandes laticínios e mais de 26 fabriquetas informais, gerando empregos diretos e indiretos. No período do verão, em que se caracteriza a seca, a ração fica mais cara e a produção de leite passa por alteração de preço, em muitas vezes o produtor se desfaz de

alguns bovinos que são vendidos porque os agricultores não conseguem alimentar o seu rebanho.

Nesta direção, o APL tem como forte incentivador e aticulator o Banco do Nordeste (BNB), dando suporte em financiamento e acesso a crédito. O pequeno produtor é assistido pelas linhas de crédito que beneficia e auxilia. No Alto Sertão sergipano, o BNB é o agente financiador, principalmente, na pecuária de leite. Visando atender às diversas classes de produtores de rendas variáveis, o comércio e, em especial, o Sertão vive da produção do leite. Pois, é visto a existência no emprego de recursos públicos a fundo perdidos, aplicados diretamente nas fábricas de laticínio construídas por meio de recursos do PRONAF-infraestrutura no sentido de atender a todo Alto Sertão (COSTA, 2009). O banco é financiador da produção e das agroindústrias, a pequena produção deveria ter uma assistência técnica mais presente pelo governo do estado.

O BNB tem o PRONAF como linha de crédito para beneficiar o agricultor familiar e, no caso, o pequeno produtor de leite que procura, no sentido de desenvolver sua propriedade, muitos utilizam tanto para custeio como para investimentos. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tem quase 20 anos de existência, consolidado como importante instrumento de apoio às atividades agrícolas. O programa é resultado de antigas reivindicações de movimentos sociais e de entidades que representam os interesses dos pequenos agricultores, junto ao Governo Federal (MENDONÇA, 2012).

Para o Ministério da Fazenda e da Agricultura, o PRONAF atua como um amenizador dos efeitos da marginalização e exclusão dos pequenos agricultores sem condições reais de integração e competição nos mercados globalizados. Não passando apenas de uma política compensatória. O Ministério do Desenvolvimento Agrário respalda por setores do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento e do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, pretende dar ao PRONAF a importância e a amplitude de uma efetiva política de desenvolvimento rural.

O agricultor familiar continua a se reproduzir nas sociedades atuais, preservando sua originalidade e adaptando-se ao movimento do capital e as mais variadas situações que lhe são impostas pelo ambiente nos quais são inseridos. As transformações capitalistas no campo promovem a modernização da agricultura e o produtor familiar passa a produzir para assegurar tanto a subsistência da sua família como também para atender às necessidades de consumo do mercado. Ainda nessa estrutura, associações operam para organização de produção e incentivos e, enquanto atuantes, estão sem o produtor do leite que diz não as ações decorrentes da instituição, pois não atende à categoria e que é somente para ações sociais.

O ensino veiculado ao APL ainda é iniciante e de difícil efetivação, principalmente no âmbito federal e estadual, as instituições de ensino superior são procuradas para integrar-se, a exemplo da Universidade Tiradentes - UNIT, e a Universidade Federal de Sergipe – UFS, que foram procuradas por articulador territorial, no intuito de desenvolver projetos de interesse, como estudo da cadeia produtiva do leite neste território. A EMBRAPA é uma das grandes incentivadoras, no sentido de firmar cooperação técnica, visando solucionar problemas que os projetos de execução enfrentam, contribuindo, desta maneira, no incentivo ao estudo e pesquisa, facilitando a elaboração de Arranjos Produtivos Territoriais-APT (LOPES, 2009).

O Sindicato dos Trabalhadores Rural do município tem como o propósito, orientar os produtores rurais no acesso à documentação e referente aos seus direitos trabalhistas. O presidente do sindicato tem um amplo conhecimento dos avanços e dificuldades encontrados pelos pequenos produtores de leite do município. Como pode observar na figura 20 logo abaixo, a sede do sindicato fica localizada no centro comercial para facilitar o acesso aos agricultores e produtores de leite, tem um funcionamento regular contando sempre com a presença do presidente.



Figura 20: Sindicato dos Trabalhadores Rural do município.
Fonte: Trabalho de campo, Janeiro, 2015.

2.3.1. A organização e inserção dos agricultores familiares gloriense na APL do leite

A produção de leite no município de Nossa Senhora da Glória está constituída sob a sustentabilidade econômica de grande importância para aos pequenos estabelecimentos rurais, tem o sucesso da produção e da transformação familiar do leite em meio às vulnerabilidades climáticas, explicada pela intervenção cultural local dos pecuaristas, por sua habilidade de convivência com a seca e com a determinação de vivência da região, ao que resulta de uma dinâmica territorial (CERDAN; SAUTIER, 2002).

Segundo Menezes (2001), devido ao elevado volume de leite processado ao dia, os produtores buscam um local fora do seu ambiente residencial para confecção dos produtos denominando-as de fabriqueta do queijo, parcialmente existe a busca da matéria-prima em outros estabelecimentos rurais, esta dinâmica está fortalecida pelas redes de sociabilidade identificadas nas unidades de produção.

O território consiste em um espaço apropriado pela ação do trabalho investido, pelo sentimento identitário e de pertencimento entremeado pelas redes de sociabilidade que, por meio das ações da territorialidade, buscam o acontecer solidário, abordado por Milton Santos (1996). Prevalece entre os produtores de leite e os proprietários das queijarias as relações de proximidade e de confiança, no tocante ao pagamento da matéria-prima do leite in natura, que é feito em espécie, antes da feira semanal. Conforme relatou alguns entrevistados em trabalho de campo, observou-se que entre as fabriquetas e os produtores de leite não existe contrato, não existe formalidades de comercialização, porém assegura-se o compromisso entre os atores dando sua palavra. Ainda de acordo com práticas das relações de proximidade, Menezes (2009, pg 168) afirma:

Foram identificados outros tipos de prestação de serviço dos proprietários das fabriquetas, aos agricultores familiares produtores de leite, como a compra de medicamentos, transporte de rações e, às vezes, até a ordenha do rebanho em casos de emergência. A prestação de serviços, nesse caso, faz parte de uma estratégia de otimizar a capacidade instalada, assim como contribui para o fortalecimento de parcerias entre os agricultores familiares.

Diante de estudos realizados no município de Nossa Senhora da Glória, de acordo com Menezes (2009 apud CERDAN; SAUTIER, 2002), constatou-se que ainda prevalece a interação e o maior contingente de destinação da produção de leite para as pequenas unidades informais pelos agricultores familiares, fortalecida pela proximidade geográfica e social entre as fabriquetas e produtores de leite, resultante da resistência dessas unidades de transformação modestas e precárias, mas de grande importância econômica. Nestes estudos, ainda ressalta a

relação de cooperação entre os produtores com destaque no período de chuva, devido à excessiva oferta de leite realizando o repasse de fornecedores para os seus concorrentes. No período de seca, ocorre a concorrência pela matéria-prima, ou seja, o leite in natura devido a sua escassez e no inverno retoma-se as relações de cooperação entre os produtores, caracterizando na dinâmica concorrência-emulação-cooperação entre as empresas.

Os agricultores familiares, com o fortalecimento da atividade leiteira, vêm a inserir-se no mercado em que os modos de integração são múltiplos, complexos e ainda permanecem, de acordo com levantamentos realizados em trabalho de campo, ainda acarretando na incerteza sobre a produção bem como também sobre o escoamento dos produtos, visto que o município possui diversos circuitos de comercialização que vai da venda direta ao consumidor até aos atacadistas regionais. As unidades artesanais, sobretudo, as fabriquetas são o maior veículo de escoamento, com forte concorrência com os laticínios locais. Em meio ao estreitamento da relação entre produtores e fabriquetas, diante de exigências na adequação de legislação vigente, estes se encontram desmotivados na melhoria do beneficiamento do leite, como no seu transporte por estarem constantemente nas ameaças da fiscalização (OLIVEIRA, 2007).

Em entrevista realizada com o chefe da EMDAGRO, este confirma a fiscalização das fabriquetas para adequar-se a legislação sanitária, em que muitas atuam na clandestinidade. Relata sobre a parceria com outras entidades, uma relação estreita com o SEBRAE, Embrapa, sindicatos, prefeituras municipais, BNB etc. Enfatiza, em sua fala, o comprometimento com os agricultores familiares. Em visita a vários estabelecimentos produtores de leite para aplicação de questionário com agricultores familiares, foi unânime a negação sobre o apoio da EMDAGRO para com os produtores de leite, a não ser a vacinação da prevenção da febre aftosa, relatam também que não há nenhum tipo de assistência técnica, que na necessidade contratam vaqueiros para dar suporte.

Nesta mesma linha, o SEBRAE não atua no município com consultoria, fortalecendo a constituição do APL, em contato com o responsável pelo projeto, afirma que a atuação do SEBRAE no Alto Sertão Sergipano contempla somente o município de Porto da Folha, Gararu, Poço Redondo e Monte Alegre, com equipe de assessoria técnica. As associações não têm funcionamento, sempre encontram-se de portas fechadas e não dá assistência, segundo relatos de agricultores familiares, definitivamente, são invisíveis.

Perante a estrutura organizativa do APL local, os únicos que apoiam o agricultor familiar é o BNB com o PRONAF, dando acesso ao crédito tanto para custeio ou investimento, visto que índice de inadimplência é uma realidade, pois os produtores muitos

não são cooperados e associados, o que gera um dos principais problemas, que é a gestão. Sendo que os sindicatos e o MDA não suprem o suporte necessário para toda a agricultura familiar. Outro problema evidente é a ausência de um cooperativismo entre os agricultores da agricultura familiar. Para existir esta continuidade da produção do leite, deve haver acessibilidade, fator fundamental. O entrevistado, o gerente executivo V. A. B., diz que o Sertão tem sua economia girando em torno do leite, sendo que a agropecuária é intensa no território do Alto Sertão de Sergipe. Os agricultores familiares são fundamentais para a produção leiteira.

A maior causa pelo acesso ao crédito para incentivos de inserir a modernização, por meio da mecanização da produção do leite, cita V. A. “Sendo que o banco quer que o produtor produza e tenha sustentabilidade, e que possa pagar normalmente o crédito concedido pelo banco aos agricultores”. A qualidade de vida do agricultor melhorou diante do investimento das políticas públicas do governo. O entrevistado afirmou que a falta de uma gestão organizada entre os produtores de leite é um dos fatores que prejudicam o crescimento e fortalecimento da agricultura familiar.

Atualmente, o grande incentivo no ensino e pesquisa para o município de Nossa Senhora da Glória está direcionado a fortalecer o agricultor familiar, como na sua permanência, entendendo e instruindo para contribuir com o desenvolvimento local, disponibilizando cursos de Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia Agrônômica e Agroindústria, que proporcionará a habilitação para o mercado de trabalho. A chegada da UFS Campus Glória vem a favorecer a todo o território do Alto Sertão, ao qual dispõe de cursos que favorecem ao desenvolvimento tecnológico da região. O IFS oferece cursos técnicos de Alimentos, Agroecologia, Agropecuária e Laticínios e também promove programas para a comunidade, como o Programa Mulheres mil –PROMIL, com formação no beneficiamento de frutas, hortaliça e leite, o intuito é promover a formação profissional e tecnológica de mulheres em situação de vulnerabilidade social das regiões Nordeste.

No que se refere à participação dos agricultores familiares de Nossa Senhora da Glória no APL do leite local, esta não se aplica, visto que não há incentivos e atuação de todas as organizações que a compõe para se dar suporte e consolidar o arranjo. Os pequenos produtores de leite organizam-se de maneira autônoma, diante das relações de proximidade para a consolidação das unidades de produção local, conhecido que estas relações estão arraigadas nos sentimentos de pertencimento, segundo Menezes (2009 Apud Offner; Pumain, 1996), que contribuem para o crescimento da identidade territorial, contendo atributos simbólicos que articulam as redes ao território. Essas relações solidárias, horizontais,

cotidianas, foram verificadas e fortalecem a identidade dos atores envolvidos na atividade leiteira.

3. REBATIMENTOS SOCIOECONÔMICOS DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE EM NOSSA DA GLÓRIA

O terceiro capítulo aborda o desdobramento da cadeia produtiva dentro da grandeza conceitual e dialoga no prisma da sua premissa, apresentando a sua devida importância no cenário brasileiro e aborda o desdobramento da cadeia produtiva, interliga a produtividade leiteira no Nordeste, que expõe características próprias, oferecendo potencialidades à produção de leite. Apresenta ênfase nas particularidades da cadeia produtiva do leite em Nossa Senhora da Glória, detentora de uma alta produtividade de leite, focada na produção onde esta é reconhecida no Nordeste, mesmo enfrentando dificuldades, os agricultores superam problemas, como a dependência de insumos externos. Por fim, na sequência, discutiremos sobre as estruturas de comercialização do município, resultante da Cadeia produtiva do leite e como esta se insere nos mercados institucionais.

3.1. A Cadeia Produtiva: Marco Conceitual

Estabelecer definições para a cadeia produtiva envolve alguns fatores imprescindíveis e fundamentais para uma determinada compreensão e separação, já que o conceito de cadeia produtiva é de natureza holística, e foi desenvolvida como instrumento de visão sistêmica. A análise prospectiva se apoia na premissa da complexidade e na necessidade de explorar e entender esta teia de relações complexas para se estabelecer possíveis alternativas de futuro. Ocorrem que as técnicas empregadas, em geral, não distinguem graus de hierarquias entre as variáveis, setores e eventos, ou seja, não consideram o caráter sistêmico das relações entre esses elementos, tornando difícil a criação de um marco lógico sobre o passado e o presente, que possa apoiar a formulação de hipóteses de futuros plausíveis.

No entanto, o intuito é fomentar ideias de cadeia produtiva voltada para a realidade da agricultura familiar, na qual a produção é estabelecida para a sobrevivência familiar, tanto para a venda como para o consumo. Assim, o conceito de cadeia parte da premissa que a produção de bens pode ser representada como um sistema, onde os diversos atores estão interconectados por fluxos de materiais, de capital e de informação, objetivando suprir um mercado consumidor final com os produtos do sistema.

A presença da produção familiar é característica marcante na produção da cadeia leiteira, de acordo com Carvalho (2006), o leite é uma boa alternativa quando se pensa em

agricultura familiar, uma vez que pode ser explorado em pequenas áreas, apresenta baixo risco comercial (sempre haverá por perto alguma linha de leite), o risco tecnológico nos sistemas a pasto é reduzido (compare com horticultura ou fruticultura intensivas), o fluxo de caixa mensal é atraente, com características de assalariamento e há emprego de mão-de-obra familiar, representando uma forma interessante de ocupação e renda para a população rural.

No ponto de vista de Brum (2012, p. 187), as cadeias produtivas são vistas como “sendo uma sucessão de operações de transformação separadas entre si por um encadeamento técnico”. Pois, uma cadeia produtiva pode ser conceituada como um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre todos os estados de transformação, um “fluxo de troca, situado de montante a justante, entre fornecedores e clientes” (BRUM, 2012, p.189).

Nota-se uma diversidade de conceituação relacionada à cadeia produtiva e Batalha (2007, p. 23) retrata que uma cadeia produtiva seria “um conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e assegura a articulação das operações”.

Diante das colocações sobre definição de cadeia produtiva, Proechnik e Haguenauer (2002), afirmam que esta é direcionada não mais em relação ao produto final, mas sim aos insumos, conceituando uma cadeia produtiva como um conjunto de sucessivas etapas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos.

Mediante todas as colocações, observa-se que o propósito da criação da cadeia produtiva foi alavancar alguns elementos fundamentais para seu desenvolvimento, dentre estes: mobilizar, articular, desenvolver e gerir ações sustentáveis de inclusão e transformação social. Tendo como objetivo desenvolver com maior êxito a agricultura familiar, propiciando um maior incentivo à autonomia familiar no quesito econômico, social e ambiental.

Além dessa colocação, podemos assegurar que a cadeia produtiva é o conjunto de atividades econômicas que se articulam progressivamente desde o início da elaboração de um produto. Sendo que o objetivo central dessas cadeias é o resultado de uma crescente divisão do trabalho e na maior interdependência entre todos os segmentos produtivos, que incluem os elos entre matérias-primas básicas, as máquinas e equipamentos, os produtos de consumo intermediário e produto final, bem como com sua distribuição e comercialização.

Para Proechnik e Haguenauer (2000), a cadeia produtiva está direcionada não mais em relação ao produto final, mas sim aos insumos, conceituando uma cadeia produtiva como um conjunto de sucessivas etapas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos.

Nota-se que na medida em que se propiciam novas alternativas, mudanças ocorrem como no caso do procedimento da agricultura que se denominou agronegócio, que compõe a

cadeia produtiva. O agronegócio compõe-se de cadeias produtivas e estas possuem entre seus componentes os sistemas produtivos, que operam em diferentes ecossistemas ou sistemas naturais. No ambiente externo ou contexto do agronegócio, existe um conglomerado de instituições de apoio, composto de organizações de crédito, pesquisa, assistência técnica, entre outras, e um aparato legal e normativo, exercendo forte influência no seu desempenho (CASTRO et al., 1994). Assim como apresenta-se logo abaixo na figura 21:

CADEIA PRODUTIVA

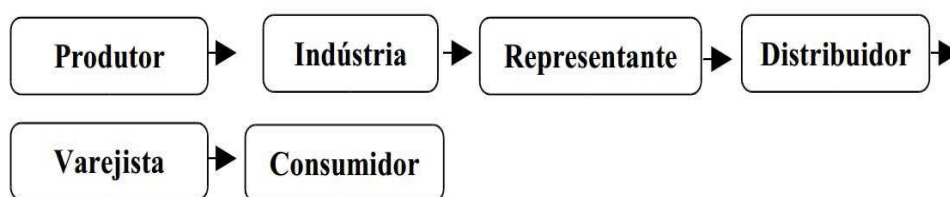


Figura 21: Cadeia Produtiva do Leite.

Fonte: Canzini (2003).

Organizado: pela autora

Consequentemente, a gestão do agronegócio busca mobilizar conceitos e instrumentos de intervenção nas cadeias produtivas, como o crédito agrícola, a inovação tecnológica e gerencial, as normas de taxação, serviços de apoio, entre outros, para melhorar o desempenho em relação a algum indicador específico. Estas intervenções, entretanto, só se tornam eficazes quando é possível compreender sistematicamente, não só o que ocorre nos limites das propriedades rurais, mas em todos os segmentos em que a produção agropecuária se insere.

Sendo assim, podemos conceituar a cadeia produtiva como um conjunto de componentes interativos, incluindo os sistemas produtivos, fornecedores de insumos e serviços, processamento e transformação, agentes de distribuição e comercialização, além de consumidores finais. Na realidade, o objetivo da cadeia é suprir o consumidor final de determinados produtos ou subprodutos (CASTRO et al., 1994).

Observa-se que a cadeia produtiva funciona como um incentivo de crescimento para o pequeno produtor, no qual é estimulado o crescimento da produção para a expansão do negócio. Relacionado esse processo a agricultura familiar, às cadeias produtivas, nesse cenário, são baseadas no crescimento da produção e no melhoramento das técnicas de reprodução, mas mantendo a filosofia predominante da produção da agricultura familiar.

Uma cadeia produtiva tem forte dependência de seus consumidores finais. São estes, em última instância, que determinam e premiam o desempenho da cadeia produtiva, formando

o seu mercado. Este mercado pode ser entendido como um conjunto de indivíduos e empresas que apresentam interesse, renda e acesso a produtos disponíveis. Será o mercado consumidor final que irá determinar as características dos produtos a serem oferecidos. Essas preferências afetam os demais componentes da cadeia produtiva, inclusive os sistemas produtivos. Desta forma, o mercado consumidor torna-se fonte primária das demandas para uma cadeia produtiva (CASTRO et. al., 1994).

Morvan (1988) apud Simonini (2007) definiu os elementos constituintes de uma cadeia de produção como sendo: a) uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas entre si, por um encadeamento técnico; b) um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre todos os estados de transformação, um fluxo de troca, situando a montante e a justante, entre fornecedores e clientes; e c) um conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e asseguram a articulação das operações.

Embora a agricultura familiar tenha como ponto relevante sua capacidade de adaptação para suprir grande parte de bens e serviços requeridos para sua reprodução e atendimento da demanda mercantil, com foco em sistemas integrados, de acordo com Wilkinson (2008), a agricultura familiar está, simultaneamente, envolvida em processos de adaptação aos padrões dominantes e em mobilizações para impor um novo conjunto de padrões mais compatíveis com as suas condições técnicas e econômicas. Além do desafio de uma maior organização do processo produtivo primário e do processamento agroindustrial, enfrentam também dificuldades quanto ao abastecimento de insumos, equipamentos produtivos e tecnologia para a conquista de novos segmentos de mercado para seus produtos finais.

Nestes atributos, esta realidade é de acordo com estimativas da USDA (United States Department of Agriculture), em 2006, o Brasil era o quinto maior produtor de leite do mundo, com uma produção de aproximadamente de 24,7 bilhões de litros. Dados da Produção Pecuária Municipal (PPM), para o período 2002-2006, mostram que o Brasil vem obtendo uma evolução positiva na produção leiteira, crescendo em quase 17,4% ao final do período.

A atividade leiteira está inserida em uma cadeia produtiva de alta complexidade, que tem exigido um crescente grau de especialização dos produtores, em que a incorporação de inovações tecnológicas justifica-se por questões sanitárias e de produtividade (CONTERATO et. al., 2007). No entanto, de acordo com Zoccal (2005), a atividade leiteira no Brasil tem características próprias. Em geral, a estrutura produtiva da cadeia é formada por unidades automatizadas, onde a atividade se apresenta pouco especializada, sendo operada com mão-de-

obra, predominantemente, familiar e dispõem de poucos recursos para melhoramentos genéticos e reinvestimentos.

Na agricultura familiar, termo que designa uma variedade de atores que possuem em comum a atividade agrícola e a utilização predominante do emprego de mão-de-obra familiar, a pecuária leiteira é, historicamente, uma atividade de grande relevância para a geração de emprego e renda. De acordo com Guilhoto et. al. (2007), a atividade leiteira, em 2006, gerou um valor total em torno de R\$6,7 bilhões, sendo que o segmento da agricultura familiar foi responsável por 59% de todo esse valor, enquanto que o segmento empresarial obteve 41%. Uma vez em funcionamento, a atividade leiteira desencadeia um acúmulo gradual no patrimônio familiar, mediante aplicação constante e diária de trabalho familiar para a ordenha, manutenção das instalações, tratamento e alimentação do rebanho. No entanto, os resultados positivos desta atividade oscilam de acordo com o tipo de animal criado, a forma de alimentação do rebanho, a quantidade de animais por área, o montante de investimentos, entre outros fatores. Portanto, existe uma significativa diversidade de sistemas de produção leiteira no Brasil (NORDER, 2006).

A produção de leite no Brasil vem se destacando progressivamente e, atualmente, é o sexto maior produtor com volume significativo de produção que corresponde a aproximadamente 5,7 da produção mundial estimado em 2013, segundo o IBGE. Perante os produtos agropecuários, o leite é o mais importante do agronegócio brasileiro, segundo Alvin; Martins, Caperjani (2004), em valor bruto da produção.

No Nordeste, este crescimento foi ainda mais significativo, pois, no mesmo período, a produção aumentou 35,3%, com uma produtividade voltada para a produção familiar, em que a maioria não possui acesso a mecanização nas unidades produtoras do leite e coletam manualmente sob a prática da ordenha.

Mesmo com esses dados, a dificuldade para continuar produzindo em grande escala é enorme, principalmente, porque as famílias nordestinas enfrentam o elevado nível de concentração fundiária. Isto induz a uma grande concentração de famílias, quase sempre numerosas, em pequenos estabelecimentos ou minifúndios, que conduz a uma superexploração, o que representa sobrecarga sobre os recursos naturais. A intensa fragmentação das terras vem acentuando essa problemática, e, com isso, as estratégias e práticas antes desenvolvidas pelos agricultores familiares não têm sido suficientes para garantir a sustentabilidade dos sistemas.

A consequência diante dessa realidade é a necessidade de diversificação não somente do sistema de produção, mas também a fonte de renda dos agricultores para melhoria da qualidade de trabalho do agricultor familiar.

3.1.1. A Cadeia leiteira no cenário brasileiro

O Brasil é, tradicionalmente, um grande produtor de leite e essa atividade, que começou com características extrativistas, já ocupa posição de destaque no cenário econômico nacional. No entanto, para atingir esse patamar de destaque de cadeia produtiva do leite, o setor lácteo brasileiro e seu encadeamento produtivo passaram por mudanças expressivas ao longo da década de 90. O impacto da abertura comercial, a partir de 90 e consolidada a partir de 1994, foi, logo, sentido em toda a economia. Nos setores mais expostos da agricultura, como o do algodão e o dos lácteos, o processo se configurou mais intenso e demorado e, somente nos anos mais recentes, a reestruturação do sistema produtivo parece estar dando os primeiros sinais positivos (SOARES et. al., 2010 apud COELHO, 2001).

A transformação da cadeia produtiva do leite foi surpreendente e “o Mercosul passou a ser um exportador líquido de produtos lácteos, sendo capaz de ampliar substancialmente sua participação no mercado mundial, e, em 2004, o Brasil passou de importador para exportador líquido” Soares et. al. (apud Aguiar, 2009, p. 271). Após a década de 90, o Brasil assumiu o status de exportador de lácteos. No ano de 2008, o saldo da balança comercial de lácteos foi positivo em US\$ 327,7 milhões. Nesse período, as exportações totalizaram 148,6 mil toneladas e US\$ 540,8 milhões, o que representou um aumento de 43,5% em volume e 80,9% em valor, frente ao total exportado em 2007 (SOARES et. al., 2010 apud SEHNEM e CAMPOS, 2009).

O crescimento da produção de leite no Brasil, os países pertencentes ao Mercosul – Argentina, Paraguai e Uruguai, o quadro evolutivo brasileiro é representativo e ascendente e apresenta uma variabilidade menor, se comparado aos seus parceiros. Afirma-se com segurança, que depois das dificuldades superadas, o Brasil, finalmente, é o setor leiteiro nacional que passou por transformações importantes, a partir do início da década de 90, com a liberação do preço do leite, formação do Mercosul, implantação do Plano Real, a queda nos preços pagos aos produtores e os recebidos pelos consumidores, entre outras (SOARES et. al., 2010 apud SILVA e APPEL, 2002; VIDOR, 2002; MARTINS, 2003).

Em 2005, ano do mais recente dado oficial disponível, do IBGE, o Brasil produziu 24,6 bilhões de litros de leite. Comparando-se ao ano anterior, houve crescimento em todas as

regiões do país. Em termos nacionais, foram produzidos 23,5 bilhões de litros e o crescimento foi de 4,7%. A maior região produtora de leite é a Sudeste, que respondeu por 39% da produção nacional em 2005. Em seguida, aparecem as regiões: Sul, com 27%, Centro-Oeste, com 15%, Nordeste, com 12%, e Norte, cuja participação de 7% da produção nacional é bem menos expressiva (IBGE, 2007).

De acordo com os dados expostos, nota-se que o aumento consecutivo da produção leiteira conduziu o Brasil à autossuficiência na produção dos lácteos, embora ainda haja importação de produtos específicos para atender à demanda interna, especialmente, soro desidratado de queijo, ou para os demais produtos, em momentos em que os preços externos ficam mais baixos do que os praticados no país.

Entender o contexto econômico do desenvolvimento da cadeia produtiva do leite, no cenário brasileiro, envolve quesitos distintos, principalmente, porque a produção de leite está dispersa por todo o território nacional e é caracterizada pela grande heterogeneidade no que diz respeito ao tamanho das propriedades, ao tipo de produtor, rebanho e as tecnologias de produção adotadas, ou seja, ao processo produtivo.

Sendo importante frisar que cada região do país possui características peculiares destacando-se, principalmente, no contexto da produção leiteira, destacam-se principalmente as regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país. Ao longo dos últimos 20 anos, a produção de leite apresentou um comportamento modificado entre as Unidades da Federação e nas regiões geográficas brasileiras.

Através da análise em quatro diferentes períodos (1990-1995, 1995-2000, 2000-2005, 2005-2010), a região Norte apresentou o maior crescimento em dois dos quatro períodos analisados (1995-2000 e 2000-2005), porém entre 2005 e 2010 foi a região que teve uma produção menor, apenas 2,22% (IBGE, 2012).

Já a região Centro-Oeste, que, juntamente, com a região Norte foi considerada, nos anos 90, a nova fronteira do leite, apresentou o maior crescimento entre 1990 e 1995, com 31,8% de aumento na produção de leite. No período de 1995 a 2000, a produção de leite só cresceu menos que a região Norte. Nos dois últimos períodos analisados (2000-2005 e 2005-2010 – PPM/IBGE, 2012), a região apresentou crescimento expressivo, porém em ritmo bem menor do que os dois períodos anteriores, mostrando uma desaceleração no crescimento da produção de leite.

A região Sudeste, apesar de ser a maior produtora de leite do país notou-se que a produção de leite cresceu menos nos últimos 20 anos apenas 57,7%, freada, principalmente, pela queda na produção de leite no Estado de São Paulo, que neste período recuou 18,1%.

Entre 1990 e 1995, a produção de leite na região cresceu 8,9%, conquanto, nos períodos de 1995-2000, 2000-2005 e 2005-2010, o crescimento foi, respectivamente, de 13,7%, 11,2% e 12,4% (IBGE, 2012).

A surpresa apresentada, pelos dados coletados pelo IBGE (2012), foi a região Nordeste que, no período de 1990 a 1995, a produção de leite caiu 7,8%, mas apresentou, nos últimos oito anos, um novo dinamismo, resultando em um forte crescimento na produção de leite, especialmente na última década.

3.1.2. A cadeia leiteira no Nordeste

A produtividade leiteira no Nordeste surpreende, principalmente, por apresentar características próprias, que oferecem potencialidades à produção de leite. A maioria dos estados tem pequena dimensão geográfica, grandes núcleos populacionais, com densidade demográfica elevada e carência alimentar pelos produtos de origem animal.

Todos esses fatores favorecem ao maior uso de tecnologia e utilização de menores áreas por parte do sistema de produção de leite. No entanto, a falta de maior aporte tecnológico pode estar levando o setor para a utilização de áreas maiores e mais distantes, pulverização de unidades produtoras e afastando-as dos principais centros consumidores.

Com menos de 1/3 da população e produzindo pouco mais 10% do leite nacional, o Nordeste é uma região, notoriamente, importadora. Há enorme espaço para o aumento de produção e melhoria da produtividade, mas não pode estar submetido a conceitos antigos, pré-tecnológicos e preconcebidos.

O foco da produção de leite é o mesmo em qualquer parte: o volume, incluindo-se, neste caso, a porcentagem de sólidos de interesse industrial e a qualidade composicional e higiênica. A importância, pelo menos de um custo/benefício favorável ao sistema produtivo de leite, é condição imperiosa para sua sobrevivência, exigindo que os parâmetros ligados à produção sejam eficientes e integrados. Afinal, competitividade e sustentabilidade são os fatores de ordem para a sobrevivência de qualquer sistema agropecuário.

Nesse segmento, a produção leiteira nordestina cresceu, especificamente, na Bahia, sendo considerado o estado de maior produção de leite, representando 31% da produção regional, porém esta participação foi diminuindo nas duas últimas décadas. Pernambuco ocupa a segunda posição, com 21,9% do total de leite produzido, seguido do Ceará, com 11,1%. Fazendo uma análise entre 1990 e 2010, os estados de Pernambuco, Sergipe e

Maranhão apresentaram um aumento na participação do total de leite produzido na região Nordeste, enquanto os demais apresentaram um decréscimo (IBGE, 2012).

Ainda diante do debate anterior, o maior destaque foi o estado de Sergipe, pois, nesta unidade federativa, o crescimento foi de 116,3%, mesmo tendo uma produtividade voltada para a produção familiar, sem tecnologia avançada na maioria das localidades produtoras do leite.

Mesmo com todas as dificuldades, a região Nordeste teve contribuição significativa no contexto da produção leiteira no Brasil, especificamente, nos últimos anos, no tocante à produção de leite de vaca, com crescimento contínuo, acima da média das demais regiões brasileiras, com exceção da região Sul. Apesar de estar inserida numa região de clima, predominantemente, semiárido, resultados positivos foram sendo alcançados, podendo ser claramente demonstrados com as instalações de plantas industriais laticinistas de grandes grupos atuantes no setor.

Pelas porcentagens e mudanças apresentadas na região Nordeste, de acordo com as expectativas dos respondentes quanto às taxas de crescimento da produção de leite até 2020, haverá mudanças significativas nesta região, visto que ela poderia passar da condição de importadora de leite para a autossuficiência, podendo, inclusive, se tornar exportadora de leite e derivados.

3.2. A Cadeia Produtiva do Leite no Município de Nossa Senhora da Glória

A cadeia produtiva, segundo Caperjani (2004), mantém o equilíbrio devido à diversidade das unidades de beneficiamento e deve ser retratada numa visão integrada de forma sintética e abrangente, direcionando a importância da atuação de entidades, neste caso, cooperativas e associações que, dessa maneira, somaria forças, possibilitando analisar quais os obstáculos a serem superados e quais as alternativas de solução serão viáveis perante os entraves desta instância. Neste sentido, formam-se os elos da cadeia resultante do processo de soma, integração e corresponsabilidade, em um consenso que todos são parte integrante das perdas e ganhos individuais, assim como o todo.

O município estudado possui características intrínsecas, estruturada na inter-relação, facilitando a viabilização de agregar valor ao produto, atração de investimentos privados, oportunidade de empregos e rentabilidade econômica. Desta forma, a cadeia produtiva do leite organiza-se, de modo particular, ao que pretende abranger a distribuição proveniente do seu beneficiamento final, atendendo o mercado tanto local como global.

No Alto Sertão Sergipano, o município de Nossa Senhora da Glória tem boa produtividade de leite, baseada na produção na forma de cadeia onde a produção familiar é destaque no Nordeste, mesmo enfrentando dificuldades, estes agricultores superam problemas como a dependência de insumos, aumentando os custos, principalmente, do uso ração industrial no período seco e as dificuldades quanto ao atendimento das exigências legais para a produção de queijo artesanal.

Assim, como opera nos sistemas de produção que tem no leite sua principal atividade, predomina a gestão e produção familiar de derivados lácteos. Os gestores dos estabelecimentos de leite e derivados em Nossa Senhora da Glória, majoritariamente, são produtores rurais, sendo as queijarias e as unidades artesanais de produção, situadas nas próprias unidades de produção familiar, o que lhe dar o caráter de autoprodução. O local de residência de 54,17% dos proprietários das queijarias e de 80,00% das produções caseiras e na unidade rural, local onde é desenvolvida a atividade queijeira. Por outro lado, 66,67% como sabemos, os proprietários das fábricas de laticínios, residem na zona urbana.

O leite é processado no território do Alto Sertão Sergipano de forma industrial, artesanal e caseira, e no Município de Glória, são três laticínios industriais, 24 fabriquetas e algumas produções caseiras, segundo a EMDAGRO. Embora as fabriquetas utilizem mão-de-obra contratada, o que predomina é a produção familiar, sendo que, o conhecimento da atividade queijeira é repassado de geração para geração, portanto, com forte componente cultural. Aproximadamente 126 mil litros/dia são oriundos de agricultores de Glória e, também de municípios circunvizinhos, são processados, diariamente, pelos laticínios, o que representa 70% do leite que chega até as unidades de beneficiamento do município, estes dados são da Produção Pecuária Municipal (PPM), para o período 2002-2006, IBGE.

Na compreensão da constituição da cadeia produtiva do leite, na presente área de estudo, pode-se uma analisar os dados coletados em trabalho de campo, por meio da aplicação de questionários e entrevistas, na tentativa de evidenciar a devida importância do agricultor familiar na constituição da cadeia do leite para contemplação desta pesquisa.

Diante da realização do trabalho de campo, mesmo sendo uma cadeia curta, foi possível observar a disposição estrutural até sua dinâmica de comercialização. Para sua realização, foram concretizados 37 questionários, aplicados diretamente com agricultores familiares, produtores de leite no município, estando distribuídos nos seis aglomerados rurais observados, na tabela 09, os critérios utilizados para escolha destes aglomerados, foi por possuírem menor raio de distância em relação à sede municipal, de acordo com as relações de produtividade e dinâmica econômica para desenvolvimento do povoado.

Tabela08: Distribuição dos questionários aplicados no município de Nossa Senhora Da Glória/SE -2014/2015

Município	Povoados	Nº de Questionários
Nossa Senhora da Glória	Tanque da Pedra	8
	Fortaleza	5
	Mamoeiro	10
	Piaba	6
	Baixa Limpa	4
	Lã do Carneiro	4

Tabela 09: Distribuição dos questionários aplicados no município.
 Fonte: Trabalho de campo 2014/2015.

Nos questionários aplicados, foram abordadas questões relacionadas à caracterização do perfil familiar, perfil socioeconômico, organização da produção, acesso às políticas públicas e quem contribuem ou dependem da renda familiar no estabelecimento, à questão da comercialização etc.

Nesta direção, inicialmente, para entender a realidade do espaço vivido destes protagonistas foi importante o conhecimento do perfil das famílias. Dos questionários aplicados 80% foram do sexo masculino, 14% do sexo feminino e 6% eram filhos que permitiu observar que as informações colhidas, em sua maioria, eram do chefe de família, estes sendo o aspecto dominante e quem também administravam a unidade produtiva e esse ator com a faixa de 40-60 anos, sendo portador de meia idade. Os homens atuam em todo o processo e beneficiamento que envolve a produção, portanto, desde o serviço leve ao pesado, abrangendo o cultivo da palma até a ordenha, sua primeira instância. Em face disso, levamos em consideração a divisão do trabalho por sexo, onde a pessoa responsável pela gestão do estabelecimento, sendo o fenômeno observado em todos os estabelecimentos, e na falta deste, a pessoa para administrar os trabalhos do estabelecimento poderia ser o filho com maior idade ou em última instância, a esposa.

Porém, o papel da mulher não sendo o menos importante, vem em segundo lugar e as mesmas trabalham na unidade familiar nos afazeres domésticos, mas que atuam nas atividades desenvolvidas e relacionadas ao leite, como na produção artesanal do queijo caseiro, como também no cuidado nas criações de pequeno porte, como a avicultura e caprinocultura. Agregando a expansão das atividades de caráter não agrícolas, que dá uma garantia da renda,

isso constata que, aproximadamente, em média de 40% da população rural possuem escolaridade até nível médio, sendo representada pelas matriarcas.

Os filhos do sexo masculino, na sua maioria, estudam e nos horários opostos dedicam-se ao trabalho do estabelecimento e sua principal atividade se atribui a prática da ordenha. Os que trabalham fora vendem sua força de trabalho para outros estabelecimentos ou trabalham fora das atividades agrícolas, mas sem deixar de exercer sua contribuição no trabalho familiar, dentro da unidade de produção. O que não significa que o trabalho externo seja complementar, pois em algumas situações a renda não agrícola contribui na constituição da renda familiar. Como verifica-se na figura 22 abaixo:



Figura 22: Ordenha mecanizada, trabalho familiar dos filhos homens.

Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Os genitores, nos últimos anos, vêm se preocupando em dar boa formação escolar e qualificação profissional aos descendentes, associada com o trabalho na unidade familiar. Assim, estes dispõem da impossibilidade de manter-se somente para os estudos diante da necessidade de integrar-se nas atividades agrícolas, incluindo todos os membros da família, inclusive incapazes (as crianças), o que reflete no baixo rendimento escolar. Com relação à divisão de tarefas na unidade familiar, pode variar de acordo com a idade e sexo, e, neste caso, as crianças no momento que não estão estudando, ajudam nas tarefas mais leves. É importante destacar a importância do trabalho da mulher, das crianças e adolescentes, por mais que seja apenas uma ajuda, cada membro da família tem função específica no estabelecimento.

Pelo estudo empírico, alguns filhos do gênero masculino pensam em continuar na terra e dar continuidade a tradição, ao contrário das mulheres em que muitas já têm acesso à universidade e alimentam o sonho de sair do ambiente rural e ir para a cidade. Mas, alguns o

sonho não são possíveis, por falta de estímulo para estudar devido às condições de vida. Foi possível averiguar que alguns jovens que conseguiram ingressar ao nível superior, estando em Universidades públicas e privadas. Percebe-se que é fundamental a orientação dos pais para que aos filhos façam seu trajeto para o futuro, com objetivos que garantam sua independência, social e cultural.

No tocante ao acesso a terra, historicamente, no Alto Sertão esta realidade ligada à pequena unidade, onde a aquisição foi realizada através da herança, o que solidifica um processo social igualitário: a força da agricultura na forma intrafamiliar, figura 23. Em relação às pastagens, há um predomínio de 63% dos estabelecimentos agropecuários, com extensão inferior a 50 tarefas, dominando, em termos espaciais, a unidade produtiva, facilitando o desenvolvimento da pecuária.

AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE

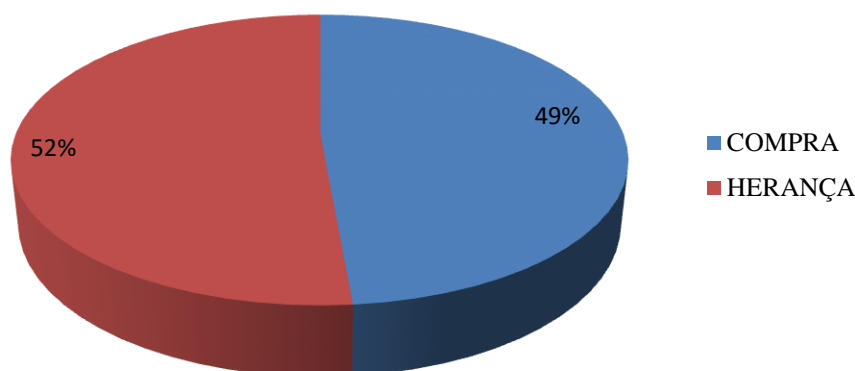


Figura 23: Aquisição da Propriedade através da compra e herança.
Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Nesta direção, todos os produtores apresentados, na amostra, são proprietários dos estabelecimentos, excluindo a possibilidade de existir a gestão na forma de arrendatário, parceiro, ocupante ou trabalhador. O domínio da condição de proprietário fortalece a agricultura familiar nessa região.

Desta maneira, foi interessante observar que, em algumas unidades, os filhos que permanecem, dão continuidade ao trabalho na unidade produtiva, o chefe da família disponibiliza uma área para a construção da residência, o filho ao que este constitui suas famílias, continuam a residir no estabelecimento em que todos trabalham de maneira integrada.

Desse lado, foram quase unânimes os casos dos proprietários residirem na propriedade e raros os que residem fora dela que, neste caso, não há adesão da contratação da mão-de-obra no estabelecimento, pois as eventuais tarefas como alimentar o gado, e ordenhar e entregar a coleta domiciliar, feita pelas fabriquetas, são feitas pelos membros da família. Conforme figura 24 abaixo:

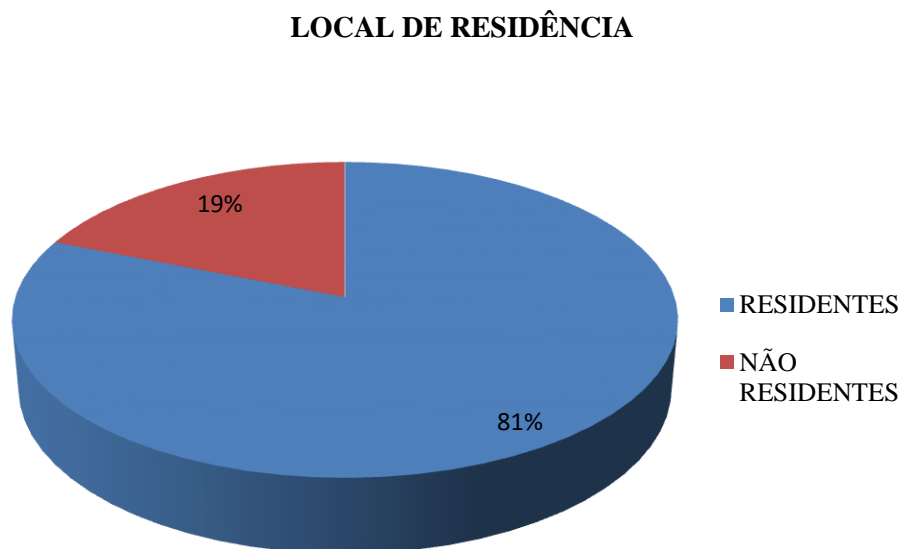


Figura 24: Local da residência do produtor de leite.
Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Nos estabelecimentos, os pequenos agricultores da região exerce a produção agrícola de alguns cultivos para alimentação da família como milho, feijão e mandioca, que podem ser cultivados, em consórcio com a palma. São cultivados em meados no final de março para que a produção seja amparada em todo inverno e muitos aproveitam para adubar, com esterco de gado no próprio estabelecimento.

A cultura mais desenvolvida é o milho que, atualmente, vem sendo cultivado em maior escala, tendo sua produção destinada ao consumo humano e para a produção de silagem para alimentação animal e o cultivo da palma, que tem grandes extensões de plantio. Com o advento do inverno, a família prepara a terra para o plantio e colheita, em ciclo mais curto, daí a prioridade ao milho, agora disseminado pela semente transgênica, podendo a colheita ser realizada em até 90 dias.

Já no verão os agricultores ficam impossibilitados de plantar devido às condições naturais do meio. Enquanto persistir a seca, tem como alternativa as plantações de roça de

palma que dão suporte na alimentação do gado, apesar dos contratempos do ciclo do plantio, que podem chegar até cinco anos.

A disponibilidade da alimentação bovina sofre grandes impactos devido às condições climáticas, em que o gado é consumidor assíduo de ração, soja, milho, a silagem, sendo o suporte nutricional. A palma forrageira é a base alimentar em que 98% dos entrevistados confirmam o seu plantio, é a silagem uma excelente estratégia alimentar nos períodos de seca. Esses dois ciclos permitem observar a irregularidade na produção leiteira. Quando necessitarem, os pequenos produtores de leite adquirem os insumos no mercado local, geralmente, na feira de Glória, realizada aos sábados. Como pode observar na Figura 25 abaixo:



Figura 25: Plantação de palma associada a outras culturas.

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Durante anos, a agricultura e a pecuária da região foram desprovidas de recursos tecnológicos; os tratos das culturas eram realizados com enxadas, o arado era puxado por animal e o manejo com o gado era, totalmente, manual, principalmente em relação a ordenha. Foi possível observar in loco, que os insumos compostos por máquinas, serviços e de infraestrutura produtiva, apenas uma minoria dos produtores estão em busca do manejo mais eficiente, como no caso da ordenha mecanizada, sendo uma forma de produção independente, poucos tem acesso, devido ao alto custo, que ainda prevalece à ordenha manual. O que torna a pequena produção leiteira gloriense heterogênea é a disparidade da na coleta, a ordenha manual não coleta volume significativo em relação à mecanizada, que coleta cinco vezes mais. Como verifica-se na figura 26 abaixo:



Figura 26: Equipamento completo da ordenhadeira mecânica.

Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Durante trabalho de campo, somente quatro estabelecimentos foram encontrados ordenhadeira mecânica, cada um contendo somente equipamento, pois estes produtores aderiram ao financiamento bancário, inclusive na compra de aparelhamentos complementares. O equipamento completo custa em torno de R\$ 6.000,00, a ordenha mecânica possibilita a coleta de 200 a 350 litros de leite/dia e estes produtores produzem o queijo caseiro no próprio estabelecimento e o excedente repassa para a fabriqueta. Visto que, os produtores desmecanizados sem recursos para ter acesso à tecnologia, vendem o leite somente para as fabriquetas e os mecanizados demandam para fabriquetas, indústrias e também produzem o queijo caseiro.

Entretanto, a ordenha manual entre os agricultores familiares mantém-se dominante e é realizada duas vezes ao dia. A primeira, no início da manhã e a segunda ao final da tarde, em que sua coleta é realizada pela fabriqueta até cinco horas da tarde, totalizando produção diária média de aproximadamente 4.550 litros de leite vendidos ao dia, tendo como base os dados estimados dos povoados estudados, incluindo nesse contexto também a produção mecanizada (tabela 10).

Tabela 09: Produção diária destribuída por Povoado em Nossa Senhora da Glória/SE-2014/2015

POVOADOS	LITROS/DIA
Piabas	855
Mamoeiro	444
Baixa Limpa	810
Lagoa do Carneiro	619
Tanque de Pedra	1.630
Fortaleza	175

Tabela 10: Produção diária destribuída por Povoado (estimativa).

Fonte: Trabalho de campo 2014/2015.

A produção é totalmente destinada para as fabriquetas, única alternativa de comercialização, o que provoca a insatisfação dos produtores em relação ao preço diário por litro de leite, assim, o produtor de leite, sr. I. J. S. relata:

“No inverno passa ser mais valorizado o litro custando R\$1,00 e no verão chega a cair de R\$ 0,80 para R\$ 0,75, período que existem mais dificuldades em produzir por causa da seca e quando ela maltrata nem sempre que temos o dinheiro pra comprar ração, quando os silos ou rolão acaba para se misturar com a palma.” (I. J. S).

De acordo com o relato do produtor, em suma, a grande problemática são os preços mínimos, principalmente, daqueles determinados pelos laticínios, desta maneira, as fabriquetas impõem preços relativamente diferenciados e constituindo-se rede de sociabilidade, mantendo-se um padrão de preço para não haver desigualdes, mas os produtores ficam sem alternativa para negociar, ou seja, é vender ou tomar prejuízo. Este monopólio se dá por conta da ausência dos mercados institucionais com empoderamento e a demanda seria maior que a oferta e o produtor teria liberdade para colocar suas propostas de venda.

Nesse sentido, a demanda de produção destinada as fabriquetas possui coleta diária e intensa em que a utilização de tanques de resfriamento (figura 27) são restritos e desnecessários, por conta da inutilização pelos pequenos produtores, pois destinam diretamente para fabriqueta devido a experiencias negativas com as fábricas. Ultimamente, os tanques existentes nos povoados são dominados por um pequeno número de atravessadores, estes que também fazem parte das fabriquetas e efetuam o repasse para os grandes laticínios.

O que amplia o grau de subordinação perante os produtores de leite que passa por um valor já determinado entre os receptadores e repassa por valor diferenciado tirando lucros significativos.



Figura 27: Tanque de resfriamento em Propriedade particular.
Fonte: Trabalho de campo, 2015.

A falta de organização entre os agricultores familiares no município fragiliza a constituição da cadeia e para o seu fortalecimento seria de suma importância que se organizassem em cooperativas e que as associações realmente fossem atuantes para operar em benefício dos produtores de leite da região. Foi investido a cunho político um empreendimento para uso coletivo destinado ao beneficiamento do leite, no entanto, os produtores ficaram na esperança, pois nunca foi inaugurado, servindo de abrigo para animais, como podemos observar na figura 28 abaixo:

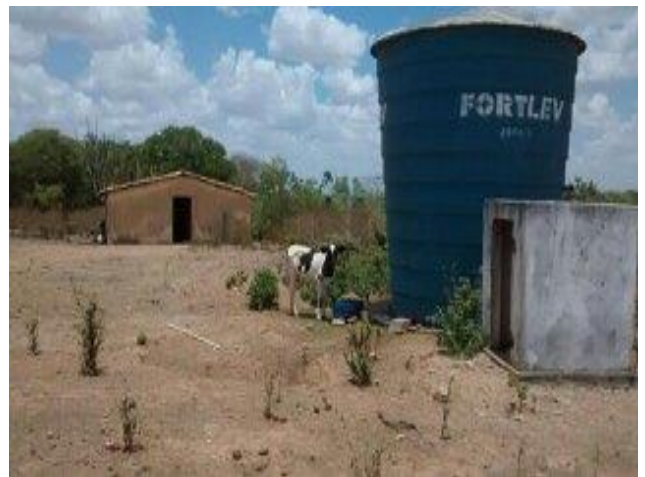


Figura 28: Unidade Beneficiadora pública em abandono; b- Área externa da unidade.

Fonte: Trabalho de campo, Fevereiro, 2015.

Para melhor compreensão do espaço geográfico, o trabalho de campo possibilitou perceber uma certa disparidade em relação à representatividade entre os povoados, em que foram aplicados os questionários, levando-se em consideração a condição do produtor a seu reatamento na produtividade.

No povoado Fortaleza, por exemplo, pode-se afirmar, diante de dados coletados, que produz mais leite no período do inverno, aderem às condições naturais, soltando o gado no pasto e suspendendo o uso da suplementação (ração), colocando em questão que é o período do ano que tem menos dificuldades, falta a redução dos custos em relação ao verão e que muitas vezes a alimentação se resume na palma pura; por outro lado, os produtores dos povoados Mamoeiro e Tanque da Pedra têm sua produção equivalente, pois, estes declaram que alimentam o gado com ração o ano inteiro ou que mantem sua produção estável como nos demais povoados. Conforme apresenta figura 29 a seguir:

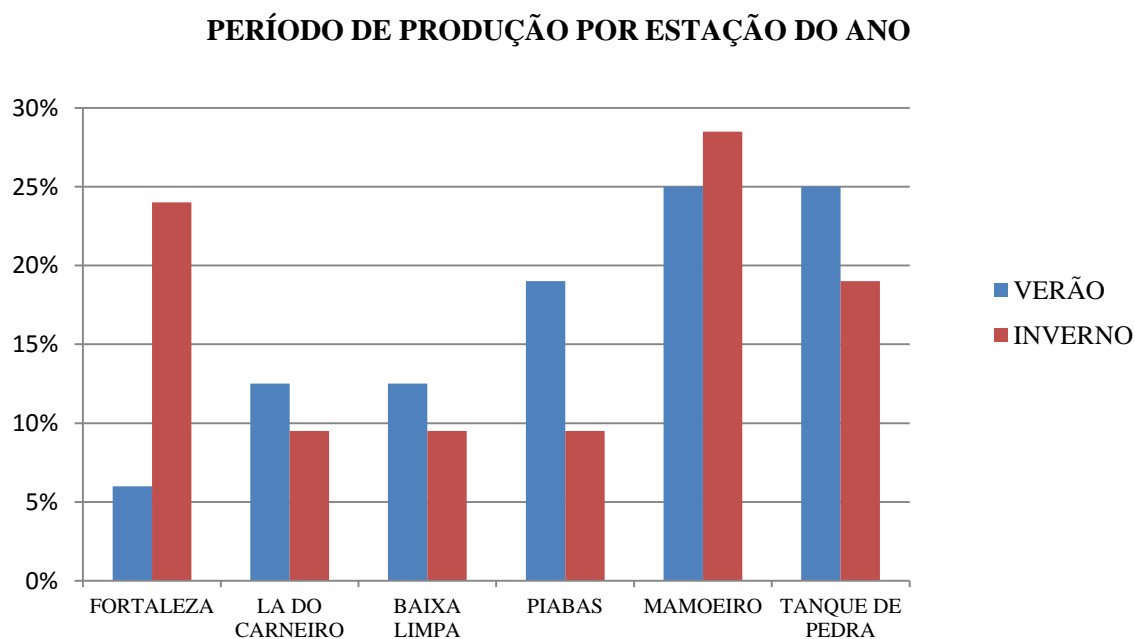


Figura 29: Período de produção por estação do ano.

Fonte: Trabalho de campo, abril 2015.

Ainda, em relação o gráfico acima, o grande diferencial desta representação levando-se em consideração a acessibilidade dos povoados em relação à sede municipal. Os povoados Mamoeiro e Tanque da Pedra tem um raio de distância bem próximo à sede e somando as condições de infraestrutura que facilita vias de acesso, nestes povoados é que se observa maior concentração de fabriquetas. Porém, muito rudimentares e muitos dos produtores realizam a fabricação do queijo caseiro. Assim, como observado a figura 30 a seguir:



Figura30: Produção caseira do queijo; b- Produção de queijo em fabriqueta.
Fonte:Trabalho de campo, janeiro 2015.

No povoado Fortaleza, o acesso é dificultado por conta do relevo muito acidentado e a coleta realizada por carroças ou motos. Piabas, Lagoa do Carneiro e Baixa Limpa são povoados que tem seu acesso pela rodovia estadual em direção a Carira com acesso de estrada de chão e atende às fabriquetas e indústrias de laticínio da localidade como representam na figura 31:



Figura 31: Indústria de Laticínio C&FILHOS no povoado Lagoa do Carneiro.
Fonte: Sandra Andrea Souza Rodrigues.

Na relação entre produtor e atravessador, o produtor se utiliza de estratégias de permanência no campo, acessando ao microcrédito, em especial o PRONAF, utilizado para custeio ou investimento. A produção de leite é comercializada para as fabriquetas, as

produções caseiras e são praticados valores diferenciados no pagamento entre os estabelecimentos entre R\$ 0,75 a R\$ 0,80, principalmente, de acordo com o período do ano. O preço imposto pela fabriqueta é mais elevado, tendo maior valorização em relação ao preço ofertado pelas fábricas de laticínios e, ainda assim, alegam insatisfação e relatam que é muito baixo o valor pago por litro.

Os produtores, as fabriquetas e os intermediários, têm uma relação confortável em ambas as partes na relação comercial, visto que, na maioria, têm grau de parentesco e da prioridade aos membros da família. Esta proximidade garante em adquirir o leite na porta, confiança da garantia de pagamento no final da semana e a negociação com base na devolução do soro para alimentação dos suínos e bezerros, conforme se observa na figura 32 abaixo:

COLETA DA PRODUÇÃO PELA FABRIQUETA

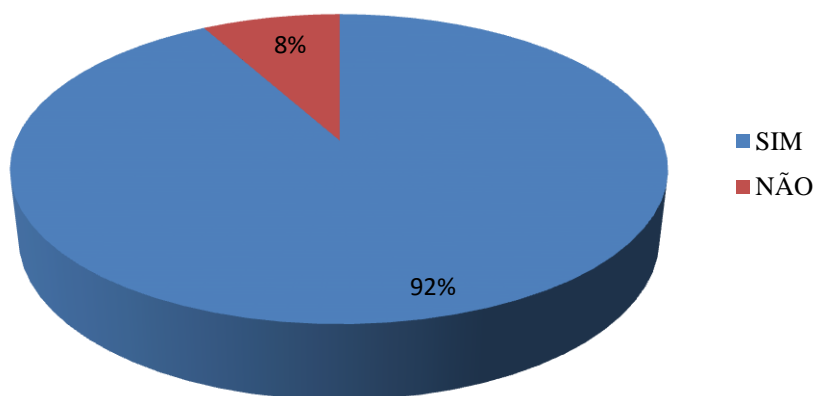


Figura 32: Coleta da Produção.
Fonte: Trabalho de campo, 2015.

No gráfico acima, é possível observar o despreendimento e o domínio das fabriquetas em relação a coleta da produção, onde mais de 90% é realizada duas vezes ao dia. A parceria está compreendida nos valores pagos pelas fabriquetas em relação ao das indústrias, que são mais inferiores. A relação de sociabilidade entre produtor/fabriqueta vai além da confiança e garantia de pagamento, eles têm a concepção de estarem se fortalecendo mutuamente. Os produtores representados pelos 8,10% não disponibilizam sua produção para as fabriquetas e utilizam na sua própria produção de queijo caseiro.

Perante o trabalho de campo, podemos analisar a relação de parceria entre a fabriqueta e o produtor e atendem sob a garantia do recolhimento do leite nas unidades produtivas, estas

fabriquetas além de produzir seus derivados também faz o repasse para a indústria configurando-se como atravessador. A produção que não é repassada pode ser transformada em queijo caseiro ou vendido *in natura* na feira local, em que produtor tem clientela garantida.

A produção dos derivados produzidos pelas fabriquetas tem sua matéria-prima o leite *in natura* produzido pelos agricultores familiares e tem repasse garantido para atacadistas locais e atravessadores a serem vendidos fora do estado. O mercado consumidor é designado pelo fornecedor ao consumidor final, assim, dispondo do comércio varejista, estes podem ser atacadistas de sua própria indústria.

3.3. As Estruturas de Comercialização do Leite em Nossa Senhora da Glória: do curral aos mercados institucionais.

O leite produzido em Nossa Senhora da Glória, que abastece as unidades de beneficiamento local, tem o escoamento da produção oriundo dos agricultores familiares, proveniente de uma estrutura fragilizada, mas que possibilita o abastecimento do mercado local suplantada nos canais de comercialização e no favorecimento do mercado regional.

A extinção dos mercados institucionais PAA e PNAE foi o entrave que favoreceu o fortalecimento das fabriquetas e indústrias, sendo estratégias para consolidar o escoamento do leite. A inclusão de institucionalidades poderia amenizar os preços determinados pelos atravessadores na sua efetivação e consolidaria a cadeia e o agricultor familiar teria as condições de articular e independente.

Dentro da estratégia de comercialização do leite *in natura*, caracterizado como cadeia de circulação, produzido no município, que sai da unidade de produção até chegar ao consumidor, é vendido a indústria de laticínios para ser processado e transformado em derivados, podendo ser vendido pelo produtor em forma de leite *in natura* ou ser processado e vendido pelo próprio produtor na forma de queijo. Dessa forma, o produto é comercializado em feiras, estabelecimentos comerciais ou comercializado por atravessadores, que repassam provocando uma ampla variação nos preços pagos pelos consumidores.

Neste sentido, existem fatores que poderiam interferir na variação dos preços impostos a serem pagos ao produtor, como a falta de reconhecimento de custos elevados de produção, a existência de laticínios, sem a participação de grandes empresas, a ausência de aquisição por parte do governo e prefeitura para merenda escolar. O produtor do município de Nossa Senhora Glória se enquadra como a principal responsável da estrutura da cadeia, na

qual existem muitos criadores vendendo o mesmo produto. Também atua individualmente: fator este que ocorre como estratégia de competição, influenciado no preço do leite que seria mais rentável aos produtores, se houvesse organização. Como pode-se analisar na figura 33 abaixo:

SATISFAÇÃO DOS PRODUTORES SOBRE O PREÇO DO LEITE

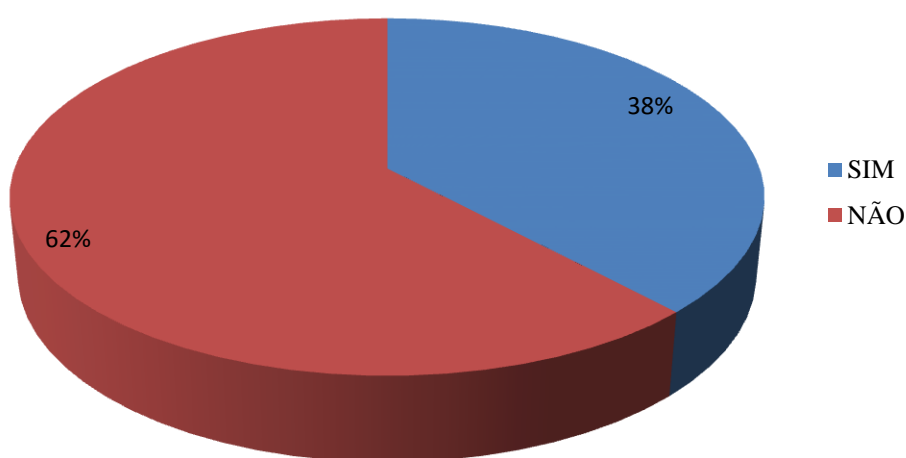


Figura 33: Satisfação dos produtores sobre o preço do leite, em Nossa Senhora da Glória.
Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Conforme foi observado em trabalho de campo, conforme apresenta a figura 37, existe a insatisfação destes produtores em relação aos valores pagos, tanto pelas fabriquetas como pelas as indústrias de laticínios, que ainda são bem mais inferiores e o desconhecimento de mercado somado ao individualismo.

As relações comerciais produtor/indústria são mais concretizadas, o que aumenta o poder de negociação, mas no varejo vem ocorrendo com retorno mais rápido viabilizando ampliar a comercialização que influencia no mercado do leite. A margem de ganho em relação ao consumidor na cadeia produtiva do leite tem aumentado em relação ao produtor, já que os produtos industriais possuem preços flexíveis do que os produtos primários (VILELA, 2003).

Constatou-se também que o preço do leite entre as fabriquetas e as indústrias de laticínios possuem valores distintos, permitindo que o processo de comercialização do leite fortaleça a relação de quem forma o preço e de quem toma o preço predominando a

distribuição e o beneficiamento perante a produção. Desta forma, iniciativas individualizadas passam a ser predominantes por aqueles que possuem o poder de barganha, devido à desunião entre os produtores. (Figura 34).

INCENTIVO A PRODUIR LEITE

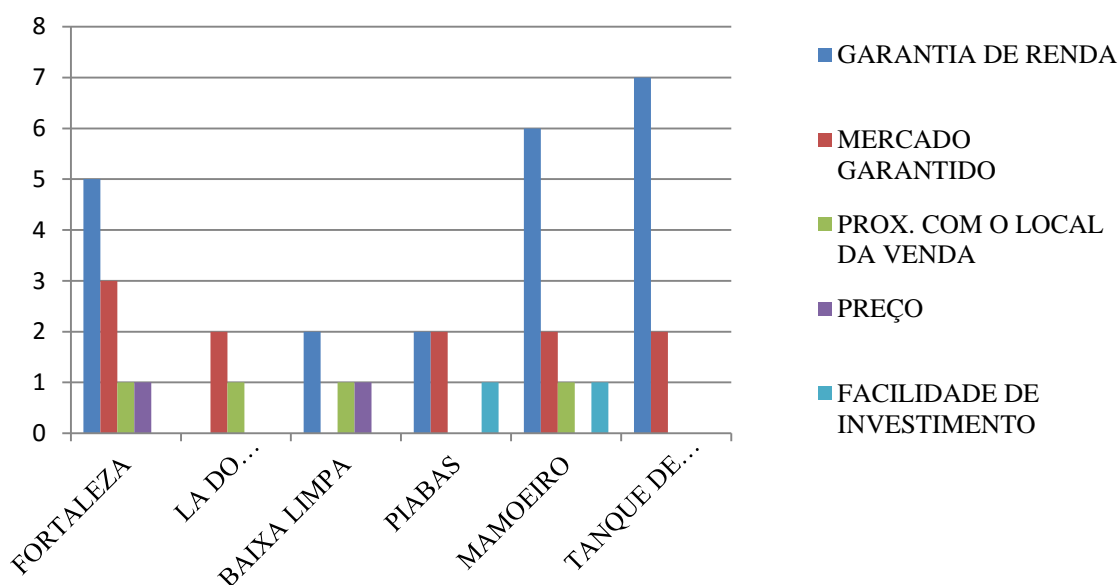


Figura 34: Incentivo a Produção.
Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Ainda no que retrata a formação dos preços, constatou-se que o preço pago pelo litro de leite varia de R\$ 0,75 a R\$ 0,80, no verão, e de R\$ 0,85 a R\$ 1,00, no inverno. Reflexo da variação na formulação de preços em que os produtores não são organizados. Os produtores de leite frente à necessidade acabam sendo cativos para garantir a continuidade.

O município tem a cadeia produtiva do leite ligada somente por canais de comercialização expressivos, porém praticada sob o lastro da informalidade, representada pelas fabriquetas que têm a maior parte de suas vendas destinadas ao mercado local e regional, utilizando atravessadores, distribuindo além do estado de Sergipe e atendendo à demanda de outros estados nordestinos, como a Bahia, Paraíba, e Rio Grande do Norte (figura 35). O mercado formal composto pelos maiores laticínios atende a mesma demanda, anteriormente citada. Como pode ser verificado na figura 35 abaixo:



Figura 35: Escoamento da produção; b- Produção destinada a outros estados.
Fonte: Sandra Andrea Souza Rodrigues.

Para se estabelecer o fortalecimento da cadeia produtiva do Leite que, atualmente, encontra-se fragilizada, mas, sobretudo, ligada aos canais de comercialização e desfavorecida dos mercados institucionais, apresenta sua importância dentro da possibilidade da produção, passando a atuar com interação da associação de produtores e a intervenção do poder público local, para que se atraía mais membros na sua composição para agir de maneira unificada em prol dos seus interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar, categoria emergente, integra-se à sociedade global através de uma relativa autonomia das unidades de produção, pois os mecanismos que reagem ao funcionamento destes estabelecimentos estão pautados tanto na economia local, quanto nos costumes do agricultor familiar. Contudo, apesar de sua relativa autonomia, a agricultura familiar encontra-se subordinada às decisões econômicas e políticas.

A pecuária leiteira, o sustentáculo econômico dos pequenos produtores do município de Nossa Senhora da Glória, perpassa por vários desafios e o maior deles é a seca, concentrada com maior intensidade no território do Alto Sertão do Estado, devido as suas características físicas e climáticas, limitando os recursos naturais. Verificou-se, *in loco*, que alguns produtores, durante o verão, utilizam algumas estratégias para sobrevivência do rebanho, como a produção de silagem; o uso do soro do leite; o cultivo intenso da palma, sendo a base alimentar, principalmente, no período de seca e a prática mais emergencial é da comercialização do animal, no sentido de sustentar a reprodução. Permanecendo o impasse de qual período do ano se tem uma melhor qualidade do leite, em consequência da alimentação do gado leiteiro, ficando dividida a opinião entre os produtores se com pastagem ou com a adição de suplementação de cereais.

Esta pesquisa, permitiu explicar e analisar as particularidades que a agricultura familiar do sertão sergipano necessita para o desenvolvimento socioeconômico da região, utilizando como meio de renda a produção de leite *in natura*, mas se articulada com os mercados institucionais daria autonomia a estes atores integrantes do processo. No entanto, suas potencialidades de reprodução são caracterizadas como cadeia de subsistência, estratégia econômica para atender à demanda das fabriquetas.

Neste interim, constatou-se que o APL não é atuante, sendo apenas secundário na sua constituição, constatando-se a inexistência de associações, cooperativas e empresas em que estes seriam pontos de conexão para consolidar sua atividade operacional.

Com base no trabalho empírico, realizado entre os anos de 2014 a 2015, confirma-se que a cadeia está configurada na atuação dos atravessadores, essa prática que tem contribuído para o fortalecimento, tanto financeiramente quanto territorialmente, cada atravessador domina um grande percentual de produtores. Essa relação tornou-se um mal necessário em função da incredulidade dos agricultores não acreditar e, assim, receiam buscar outras formas

de escoamento da produção como a inclusão de intitucionalidades que possa eliminar a ação dos atravessadores e o seu trabalho possa ser mais valorizado no mercado.

No entanto, não há uma atuação efetiva em nenhum dos estabelecimentos contidos nos seis povoados em que foi aplicado o questionário, negando a participação no PAA/PNAE, até porque é extinto no município, sua produção é destinada, exclusivamente, para fabriquetas ou estes produzem o queijo caseiro para o comércio local. No levantamento das informações, verificou-se que a única política pública atuante é o microcrédito, com acesso ao PRONAF, seja para investimento ou custeio em busca da prosperidade, tendo como ponto negativo a inadimplência, em que muitos estão impedidos de acessarem por confiarem em terceiros.

As categorias geográficas, no processo da pesquisa, evidenciaram o Espaço e Território, cuja perspectiva foi de analisar o espaço com o método empírico-analítico, ou seja, a produção e reprodução da sociedade que concretiza-se no espaço para com o fortalecimento em relação a constituição da cadeia produtiva do leite. O território foi inserido no sentido de apropriação representado como *locus* da inserção da dominação e das relações de poder, procedidas nos núcleos sendo estas as unidades beneficiadoras e controladoras do preço e manipulação do processo.

No que se refere ao município de Nossa Senhora de Glória, observa-se que vem destacando-se, constantemente, no cenário estadual atribuído aos três setores da economia: primário, secundário e terciário, aprofundando uma vigorosa superioridade urbana em relação aos municípios circunvizinhos com destaque territorial. Durante trabalho de campo, observou-se também que a cidade continua a tradição dos seus antepassados, ainda servindo de parada para viajantes e comerciantes, acrescido da procura sob o seu desenvolvimento.

Portanto, diante do estudo de caso, pode-se afirmar que a cadeia produtiva do leite, trata-se de uma cadeia fragmentada que não é soldada porque existem estratégias que não são efetivadas como os mercados institucionais. As fabriquetas surgem como alternativas estratégicas criadas para consolidar o escoamento do leite, mas, mesmo assim, se fortalece e o crescimento das indústrias beneficiou-se com a ausência destes mercados.

Por fim, pode-se afirmar que os agricultores familiares se inserem na cadeia produtiva do leite como cativos dos canais de comercialização para atender à demanda do mercado, ao que poderiam tornar seu trabalho mais valorizado, através da venda do leite por meio de organizações, na realidade o que ocorre é que estes vêm sendo insentados do seu poder de emancipação e desarticulados com as políticas públicas específicas, esta que seria o alicerce para o reconhecimento do produtor dentro da cadeia.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992, 275 p.
- AGUIAR, Danilo Rolim Dias. Leite: Argentina, Brasil e Uruguai. In: Agronegócio no Mercosul: uma agenda para o desenvolvimento. BATALHA, Mário; SOUZA FILHO, Hildo (Org.). **Agronegócio no Mercosul: Uma Agenda para Desenvolvimento**. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 8, p. 263-300.
- ANDRADE, Manuel Correia de, 1992 -. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste/** Manuel Correa de Andrade. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BATALHA, Mário Otávio. **Gestão agroindustrial**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- BNDES, **Arranjos Produtivos Locais e o Desenvolvimento**, 2003.
- BRANDENBURG, Alfrio. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora UFPR, 1999, 326p.
- BRUM, Argemiro Luís. Mercado e cadeias produtivas. In: SIEDENBERG, Dieter (Org.). **Desenvolvimento sob múltiplos olhares**. Ijuí : Ed. Unijuí, 2012. p. 187-206.
- BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROU, Carlos. **Agricultura familiar e o novo mundo rural**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul/dez de 2003, p.312-347.
- CAMACHO, R. S. **A produção do espaço e das relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista**. Entre lugar, vol 1, 2010.
- CANZIANI, J. **Programa empreendedor rural: cadeias agroindustriais**. Curitiba: SenarPR, 2003.
- CAPEJANI, Eduardo. **Cadeia produtiva do leite em Itabi-Se: Entraves e oportunidades**. (Dissertação de mestrado). São Cristóvão, 2004.
- CARVALHO, Diana Mendonça de. **Comercialização de hortifrutigranjeiros em Itabaiana-SE**. (Dissertação de mestrado). São Cristóvão, 2012.
- CARVALHO FILHO , O. M. de. **Setor lácteo: redefinindo suas fronteiras**. MilkPoint, São Paulo, 31 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br>. Acesso em: 11 jul de 2015.]
- CASTRO, A. M. G. de; CAMPOS, F. A. A.; QUIRINO, T.R.; YEGANIAN TZ, L. Enfoque sistêmico, P&D na agropecuária e formação de capacitação técnica na Embrapa. In: XVIII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica, 17, **Anais do XVIII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica**. São Paulo: USP/FEA/IA/PACTO, 1992.
- CASTRO, Iná Elias de; CORREIA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CENSO AGROPECUÁRIO. Brasil: IBGE, 2006.

CERDAN, C.; MITERNIQUE, S.; CARVALHO FILHO, O. M.; NETO, J. H. **Valorização do leite no semiárido**. Aracaju, SE: Embrapa/ EMDAGRO/CIRAD, 1996. 18p.

SAUTIER, D. Construção e desenvolvimento dos territórios rurais. In: SABOURIN, E. TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: EMBRAPA. Informação tecnológica. 2002

CONTERATO, M. A.; GAZZOLA, M.; SCNEIDER, S. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, RS: suas metamorfoses e reações locais. In: TONNEAU, P.; SABOURIN, E. **Agricultura familiar, interação entre políticas públicas e desenvolvimento local**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

CORRÊA, A. R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1986. 93p.

DINIZ, J. A. F. **A condição camponesa em Sergipe – desigualdade e persistência da do leite no semi-árido**. Aracaju, SE: Embrapa/ EMDAGRO/CIRAD, 1996. 18p.

EMDAGRO-Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe. Disponível em <http://www.emdagro.se.gov.br/> acesso em dezembro 2014.

FRANÇA, Vera L. A.; CRUZ, Maria Tereza S.(Orgs.) **Atlas Escolar de Sergipe: espaço geohistórico e cultural**. João Pessoa: Ed.Grafset. 2007.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 18.ed. São Paulo: Editora Nacional. 1982.

GUILHOTO, Joaquim; ICHIARA, Sílvia; SILVEIRA, Fernando Gaiger; DINIZ, Bernardo Campolina; AZZONI, Carlos. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Brasília: NEAD, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque. O Advento do homem branco. In: Holanda, Sérgio Buarque (Org) **História geral da civilização brasileira**. Tomo I, A Época Colonial. 5.ed. São Paulo: Difel, 1976. p. 87-14.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Pesquisa Pecuária Municipal. Produtos de origem animal por tipo de produto. 2012. Disponível em <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em maio, 2015.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1998. 348 p. v. 2.

_____. (Coord.) **A Agricultura familiar: do mito a realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LOPES, E. S. A pluriatividade na agricultura familiar do Estado de Sergipe. In: **Territórios Rurais e Agricultura Familiar no Nordeste**. São Cristovão: Editora UFS, 2009.

MALUF, Renato S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: Carneiro, M. J; MALUF, R. S. (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD 2003, p.135-152.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2.ed ver. Ampliada. São Paulo: Contexto. 2008.

MDIC- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Disponível em <www.mdic.gov.br>. Acesso em junho, 2015.

MENDES, Alves Mendes. **Pluriatividade e Agricultura familiar no Nordeste Brasileiro**. In: Mendonça (Org.). Experiências e Reflexões sobre o desenvolvimento rural e regional. EDISE, Aju, 2014.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão (GO)**. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENEZES, S. S. M. **A Força dos Laços de Proximidade na Tradição e Inovação no/do Território das Fabriquetas de Queijo Sergipano**. Tese. (Doutorado em Geografia) NPGeo/UFS. Aracaju, 2009.

NAVARRO, Zander. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar** / Zander Navarro, Maria Thereza Macedo Pedroso. – Brasília, DF : Embrapa Informação Tecnológica, 2011.248 p. : il. ; 21 15 cm. – (Texto para Discussão / Embrapa. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, ISSN 1677-5473 ; 42).

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar: Quantos ancoradouros**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar (orgs.). Geografia agrária: Teoria e Poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. P.211-270.

NORDER, L. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHINEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

OLIVEIRA, Tânia Maria Brito Ferreira de. **Dinâmica da produção e comercialização dos produtos lácteos de Nossa Senhora da Glória, Semiárido sergipano**. (Dissertação de mestrado). São Cristóvão, 2007.

PECQUEUR B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese de cesta de bens e de serviços territorializados. IN: **Revista Eisforia**. Florianópolis, dezembro, 2006, p. 135-154.

PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira. **Os reflexos da seca no estado de Sergipe**. São Cristóvão: NPGeo, UFS, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA. Disponível em: <<http://www.emdagro.se.gov.br/>>. Acesso em: março. 2015.

PROCHNIK, Victor; HAGUENAUER, Lia. Cadeias produtivas e oportunidades de investimento no Nordeste Brasileiro. **Análise Econômica**. Ano 18, n. 33, março, 2000 - Porto Alegre Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2000.

R. L. L. (orgs.) Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 51-
RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, José Valmor; BOMFIM, Osvaldo Ribeiro; et al. **Determinação do perfil sócioeconômico das unidades produtoras de derivados do leite - fabriquetas, localizadas no território do Alto Sertão Sergipano**. EMDAGRO: Sergipe, 2011.

ROCHA, A. dos. S. **Mercados e estratégias Empresariais na agroindústria de leite e laticínio**: um estudo comparativo. 180 f. 2004. Dissertação de (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Anna Blume, 1998, 227p.

SABOURIN, E. TEIXEIRA. O. A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: SANTOS, Espaço e Método**. 4.ed. São Paulo: Nobel, 1997b.

SANTOS, G. A. Redes e territórios; reflexões sobre a migração. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA,

SANTOS, Jorge Henrique Vieira. **Glória Cantada em Versos – 80 Anos de Emancipação Política**. Aracaju, J.Andrade, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

_____. **A natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997a.

SEBRAE. Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Leite em Aimores-MG. 2004.

SEMEC. **Apostila de Pesquisa**. Nossa Senhora da Glória. 1988.

SEPLANTEC. **Perfis municipais**, 2002.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2ª ed. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003.

SIMONINI F. J. **Análise diagnóstica e prospectiva de cadeias produtivas**. In: Anais do 45º Congresso da Sober, Londrina, 2007.

SOUZA, José Carlos de. **Discurso do Homenageado**. Discurso proferido na sessão solene da Câmara Municipal de Nossa Senhora da Glória, em 30 de setembro de 2005.

VEIGA J. E. Do global ao local. **Campinas: Armazém do Ipê** (Autores Associados), 2005.

_____. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, 220p.

VILELA, D. **Produção de Leite de vaca Holandesa em confinamento ou em pastagem de coast-cross**. *Revista da sociedade Brasileira de Zootecnia*. Viçosa, v.25, n.6. p.1228-1245, nov-dez. 2003.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, p. 405 .

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Brasília: Hucitec/EDUNB. 1995.

ZOCCAL, R. **A inserção do Brasil no mercado internacional de lácteos**. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2005.

SANTOS, J.E. Glória Cantada em Versos – 80 Anos de Emancipação Política. Aracaju, J.Andrade, 2008.

_____. **Breve relato sobre Nossa Senhora da Glória**. Disponível em <<http://www.ilzahistoria.xpg.uol.com.br>, acesso em 15 de fevereiro de 2013.

_____. **A Origem do Povoado “Boca da Mata”**. Disponível em <<http://www.capitaldosertao.blog.terra.com.br>, acesso em 15 de fevereiro de 2013.

APÊNDICE



A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CONSTITUIÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA/SE .

QUESTIONÁRIO

Nº

APÊNDICE A

Entrevistador (a): _____ **Data:** ____/____/2006 **Início da Entrevista:** ____ h

Município:	Localidade:
Nome do Entrevistado (a):	Apelido:

I - FAMÍLIA E TRABALHO

1 - Caracterização da família do proprietário (relacionar também os membros da família que, morando ou não no domicílio, contribuem com/ou dependem da renda familiar).

Nº	Nome	Sexo (A)	Idad	Estado civil (B)	Relação com proprietario (C)	Grau Instrução (D)	Ocupação Principal 1 (E)	Local onde Trabalha (F)	Ocupação secundária (G)	Local onde Trabalha (H)
01										
02										
03										
04										
05										
06										
07										
08										
09										
10										
(A) 1 - Feminino 2 - Masculino		(B) 1- Casado (a) 2 - Solteiro (a) 3 - Viúvo(a) 4 - Separado(a) 5 Divorciado(a) 6 - Junto (a) 98 - Outros			(C) 1 - Chefe da família 2 - Cônjuge 3 - Filho(a) 4 - Pai/Mãe 5 - Irmão/Irmã 6 - Sogra/Sogra 7 - Outros parentes 8 - Agregados 98 - Outros		(D) 1 - Analfabeto (a) 2 - Sabe ler e escrever 3 - 1º Grau incompleto 4 - 1º Grau completo 5 - 2º Grau incompleto 6 - 2º Grau completo 7 - Curso técnico 8 - 3º Grau incompleto 9 - 3º Grau completo 98 - Outra			

(E) e (G) 1-Agricultor(a) conta própria; 2 – Trabalhador(a) rural 3 – Trabalhador(a) doméstico 4 – Pescador (a) 5 – Marisqueiro (a) 6 – Comércio 7 – Servidor público 8 – Construção civil 9 – Aposentado(a)/Pensionista 10 – Não trabalha 98 – Outro	(F) e (H) 1 - Na Unidade Produtiva/domicílio 2 - Fora do estabelecimento em atividade agrícola; 3 - Fora do estabelecimento em outras atividades 4 - No estabelecimento e fora em atividade agrícola 5 - No estabelecimento e fora em outras atividades 6 - Não trabalha 98 – Outros
---	--

¹ Ocupação principal – priorizar a maior renda ou na ausência dessa considerar a maior parte do tempo.

2. CARACTERÍSTICAS DO PRODUTOR

2.1. Condição do produtor: () Proprietário () arrendatário () parceiro () ocupante () trabalhador.

2.2. Como adquiriu a propriedade: () herança () compra () outros. Qual? -----

2.3. Tamanho da propriedade: -----(Tarefas)

3. Reside na propriedade? () sim () não

3.1. Onde? ----- Quanto tempo? -----

4. Exerce outra (s) atividade(s)? () sim () não

4.1 Qual? -----Onde? ----- Por que? -----

5. A família recebe algum tipo de benefício/ajuda em dinheiro?

1 () Sim	2 () Não	3 () Não sabe / Não respondeu
1.1 () Bolsa Escola R\$	1.2 () Programa estadual R\$	1.3 () Bolsa Família: R\$ 1.4 () PETI: R\$
1.5 () Auxílio a portadores de Deficiência/ Idosos R\$	1.6 () Vale Gás: R\$	1.7 () Programa municipal R\$
1.8 () Parentes/amigos/organ. Comunitárias R\$	1.9 () Seguro safra: R\$	98 () Outro: _____

6. Quais dos programas abaixo o Sr. (a) e a sua família tem acesso (marque mais de uma alternativa se necessário)

1 () PSF (Prog. Saúde Família) 2 () Educação Jovens e Adultos 3 () Aleitamento materno
4 () Programa do leite 5 () Cesta Básica 6 () Pronaf 98 () Outro: _____

7. Ocorreu alguma mudança mudanças que marcasse a vida de vocês nos últimos anos?

() saída dos filhos do sítio
() A necessidade de trabalhar em outros sítios
() Outros

Qual? _____

8. O percentual da renda da família vem atualmente da produção leiteira? () Sim () Não

9. Quando sobra algum dinheiro,(se afirmativo) em que o Sr. (a) utiliza? (marque mais de uma alternativa se necessário)

- 1 () Não sobra 2 () Guarda 3 () Alimentos industrializados
 4 () Estoque de alimentos 5 () Bens de consumo durável (TV, Geladeira, fogão) 98 () Outro:_____

10. Sempre trabalhou com a criação de gado leiteiro? () Sim () Não

11. Em Caso de resposta negativa. Com o que trabalhava o produtor antes e o que levou a mudar de atividade?

12. O que incentivou a produzir leite (marcar mais de uma alternativa):

- () garantia de renda () facilidades de investimento () Mercado garantido () Preço
 () Proximidade com o local de venda () outros

13. Pra começar a trabalhar com produção de leite precisou pegar crédito no banco?

- () Sim () não

14. Que tipo de financiamento foi utilizado?

- () Custeio () Investimento () Comercialização

15. Emprega assalariado? () sim () não

15.1() Temporário. Em que época do ano? -----

15.2() Permanente. Para que tipo de trabalho? -----

16. Quantos empregados? () 1 () 2 () 3

17. Utilização de tecnologias na propriedade. () Sim () Não.

Quais?_____

17.1Foram adquiridas recentemente? () Sim () Não

18. Outras mudanças?_____

19. Produção Agrícola no estabelecimento?

Produto	Área		Produção Total
	Plantada(ha)	Colhida(ha)	Quant. (kg, t, pés, saco, etc.)

20. O que você produz é para: () Consumo () alimentar o gado () vender e alimentar gado

21. Animais existentes na Unidade Produtiva (UP):

TIPO	QUANTIDADE
1 Vacas de leite	
2 Touros	
3 Bezerros	
4 Galinha	
5 Suínos	
6 Caprinos/Ovinos	
7 Muar(jumento,jegue)	
8 Cavalo	
9 Asininos (Jumento)	
10 Outros	

22. O que utiliza na sua Unidade de Produção (UP) para a exploração agropecuária?

Especificação	Quantidade/ Unidade	Valor Pago por Unidade (R\$1,00)	Local de compra (A)
Sementes			
1 Palmas			
2 Silagem			
3 Capim			
4 Farelo			
5 Soja			
6 sal mineral			
7 vitaminas e complementos			
8 Carrapaticidas/Vermífugos/Desinfetantes/Vacinas			
9 Outros			

(A) Local de Compra: 1 – No município 2 – Em outro município vizinho 3 – Em outro estado 98 – Outros:_____

23. Você em algum momento da vida teve acesso ao PRONAF? () Sim e () Não. Ou a outro tipo de crédito () Sim () Não. Qual?

24. Este credito contribuiu para alguma melhoria na sua qualidade de vida entre 2010 e 2014?
() Sim () Não. Como?_____

25.Quantas cabeças de gado leiteiro possui?()1-5 () 6-10 () 11-20

26.Qual a raça mais utilizada para produção leiteira?

() Holandes () Gi leiteiro()Guzerá ()Mestiços.

27. Qual o preço médio da cabeça na fase de produção?_____

28. Qual o ciclo da produção de uma vaca da produção leiteira e produz por quanto tempo?

29. Em que período do ano produz mais leite? () Verão () Inverno

30.Quantos litros são produzidos por dia?_

31. Quantas vezes são ordenhadas ?()1- vez () 2vezes () 3vezes

32.Como é feita a ordenha? () manual () mecanizada

33.Possuem unidades de resfriamento () sim () não.

34. Em caso de afirmativa, Os tanques são fornecido pelas industrias () sim () não

35. Com o que é alimentado o gado?Marque mais de uma alternativa: () Palma() farelo () capim () silos () Rolão () Milho () Soja

32.Quantas vezes ao dia o gado é alimentado? () 1-2vezes ()2-3 vezes ()

33. Existe na propriedade assistência técnica ?() Sim () Não

33.1 A assistência técnica é do Estado ou Particular?_____

34. Qual a procedência dos técnicos agrícolas nas visitas? ()semanal () a cada 15 dias () mensal

35.Tem dado resultado o acompanhamento da assistência técnica ? () sim () Não

36.Há algum incentivo por parte das indústrias de laticínios para produção? Qual?

37. A produção é vendida diretamente para: () as fabriquetas de queijo e derivados () para industrias de laticínios () Outros

38. Vende sempre para o mesmo comprador? () sim () não. Por que?

39. Como escoo a produção?

() Intermediário pega na porta () Carro próprio () outros _____

40. Vocês estão satisfeitos com os valores pagos pela produção? () sim () não

41. Você consegue lembrar de alguma mudança que tenha ocorrido na comercialização do leite entre 2010-2014?

() Sim () Não. Quais? _____

42. Há algum apoio por parte do Estado? () assistência técnica () financeiro () extensão rural

43. Participam do programa PAA/PNAE do Leite? () Sim () Não

44. Em caso positivo .Em relação ao acesso quem trouxe a informação? () amigos () Banco () secretario da Agricultura

45. O que acha do acesso a esses programas foi fácil? () sim () não

46. Vocês estão satisfeito com o valor pago pelo programa ? () sim () não

47. Quais os principais dificuldades encontradas nos últimos anos para a produção do leite ?

48. Pretende continuar com a produção de leite () Sim () Não

Caso afirmativo

Porque? _____

49. Sua renda melhorou nos últimos anos ? () 30% () 50% () 70% () 100%

50. Na sua opinião o que precisa melhorar ? () credito () investimento () mais mercado

() outros _____

51.O que mudou na familia depois que começou a trabalhar com a produção do leite?

52. Os filhos pretende continuar na pratica da produção leiteira? ()sim () não

Em caso negativo. Porque?_____

53. O que você pensa em relação ao futuro ,pretende continuar na produção leiteira ou ir para outros tipos de produção?

54.OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR: condições gerais em que foi aplicado o questionário.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE****NÚCLEO DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA****A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CONSTITUIÇÃO DA
CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DA
GLÓRIA/SE.**

Nossa Senhora da Glória, 2014

APENDICE B**Entrevista****Órgão:-----****Entrevistado:-----****Data:----/----/----- INÍCIO-----**

1- Descreva como essa entidade atua na questão da cadeia produtiva do leite em nossa senhora da Glória? Existe parceria com outras entidades em relação à questão do leite?

2- Você acha que a infraestrutura que vocês possuem é suficiente para atender a demanda dessa cadeia produtiva?

3-Em caso negativo, o que você acha que poderia ser melhorado?

4-A quantos anos você trabalha com esse cadeia produtiva?

5-Em media quantos estabelecimentos familiares estão inseridos na produção leiteira? Quantos povoados estão envolvidos na atividade leiteira do município?

6-Como você descreve os agricultores familiares inseridos nessa cadeia produtiva? De que forma os familiares se organizam na tomada de decisões quanto à produção?

6.1- Há a interação de produção manual e mecanizada? Como esses agricultores se inserem na modernização da agropecuária?

6.2- Qual seria o índice de agricultores inseridos na cadeia produtiva do leite que aprimoraram a tecnificação de coleta do leite?

6.3- Que outras atividades tem sido desenvolvidas nas unidades familiares leiteiras para o aumento da produção? Há seleção de raça para produção? Qual seria a raça?

6.4- Vocês prestam assistência técnica nessas unidades quanto a questão da alimentação animal para produção de leite? Que tipo de alimentação é incentivada?

6.5- Há incentivos por parte de vocês que as unidades produzam alimentos para esses animais? Quais produtos ? vocês incentivam a pratica da silagem?

6.6- Quais as outras possibilidades do agricultor familiar inseridos na produção leiteira complementar a renda?

7- Quais as ações desenvolvidas pelas politicas publicas em beneficio do agricultor familiar integrado a produção de leite no município de Nossa Senhora da Gloria?

8- Sobre o PRONAF, no município, muitos agricultores o solicitaram nos últimos 4 anos para desenvolvimento da atividade leiteira? Qual seria a modalidade mais comum desse tipo de financiamento? E como essa política tem contribuído com o segmento?

9- Como os agricultores familiares produtores de leite se insere no APL estadual? O APL atende e incentiva a atividade leiteira na geração de renda?

10- O modelo da cadeia produtiva do leite existente em nossa senhora da Gloria se assemelha ou diferencia das existentes em atende ou em outros municípios sergipanos?

11- Quais os rebatimentos econômicos e sociais da cadeia produtiva do leite na qualidade de vida do agricultor familiar?

12-Em linhas gerais quais as principais dificuldades e perspectivas dos agricultores familiares produtores de leite no município?
